

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A PRIVATIZAÇÃO/MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SISTEMA DO CAPITAL E DA SUA CRISE  
ESTUTURAL**

**Elaci Costa Ferreira de Carvalho**

**Maceió**  
**2010**

**Elaci Costa Ferreira de Carvalho**

**A PRIVATIZAÇÃO/MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
BRASILEIRA NO CONTEXTO DO SISTEMA DO CAPITAL E DA SUA CRISE  
ESTRUTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Professor Doutor Ivo Tonet

**Maceió**

**2010**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

C331p Carvalho, Elaci Costa Ferreira de.  
A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural / Elaci Costa Ferreira de Carvalho, 2010.  
159 f.

Orientador: Ivo Tonet.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 140-159.

1. Ensino superior – Brasil – Privatização. 2. Capitalismo – Crise. 3. Neoliberalismo. 4. Globalização. 5. Mercantilismo. I. Título.

CDU: 304:378(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

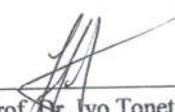


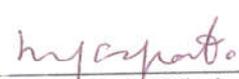
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

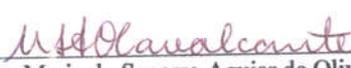
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – UFAL**

Membros da Comissão Julgadora de defesa da dissertação de mestrado de Elaci Costa Ferreira de Carvalho, intitulada “**A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural**”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 12 de janeiro de 2010, às 9h30min, na sala de multimídia do PPGSS/UFAL.

**COMISSÃO JULGADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ivo Tonet  
Orientador/PPGSS/UFAL  
CPF: 169.595.409-25

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Célia da Silva Porto  
Examinador interno do PPGSS/UFAL  
CPF: 228.071.364-00

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante  
Examinador externo do PPGSS/UFAL  
CPF: 269.196.304-78

## AGRADECIMENTOS

Aquele que tem estado presente em todos os momentos de nossa vida, e cuja fé depositada Nele só tem contribuído para que lutemos pela emancipação humana.

Ao João, Jonathan e Laís, pelo apoio e compreensão demonstrados durante minhas ausências para a elaboração desta pesquisa.

Aos nossos colegas de trabalho pelo apoio, e muito especialmente as minhas amigas do coração, Silvana e Quitéria, que estiveram tão próximas durante nossos momentos de tensão e ansiedade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivo Tonet, por sua colaboração e grande capacidade de socializar seus conhecimentos.

Aos meus colegas do Mestrado, pela fértil troca de experiências e apoio demonstrados em vários momentos de nossas lutas, particularmente ao meu amigo Albani, pelo estímulo e apoio evidenciados.

À Coordenação do Curso, nas pessoas da Dr<sup>a</sup>. Rosa Prêdes e Dr<sup>a</sup>. Valéria Correia, as quais demonstraram apoio e compreensão durante os momentos difíceis que vivenciamos.

Aos examinadores interno e externo, representados pelas professoras Dr<sup>a</sup> Maria Célia da Silva Porto e Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante, que muito contribuíram com suas sugestões e críticas construtivas para o aprimoramento deste trabalho.

A todos os trabalhadores brasileiros responsáveis pela produção da imensa riqueza desse país e que são impedidos de usufruírem dela e de terem acesso à universidade pública.

*“Chegou-se finalmente a uma época em que tudo aquilo que os homens tinham considerado como inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico, que se pode alienar. É a época em que até as coisas que até então eram comunicadas, mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas, - virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. – em que tudo finalmente entra no comércio. É a época de corrupção geral, da venalidade universal, ou para falar em termos de economia política, a época em que, tendo-se todas as coisas, morais ou físicas, tornado valores venais, entram no mercado para serem apreciados pelo seu mais justo valor” (Marx – Textos Filosóficos)*

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é realizar, com base numa pesquisa bibliográfica, um estudo do processo de privatização/mercantilização da educação superior brasileira, no contexto do sistema do capital e de sua crise estrutural, abrangendo o período que vai da ditadura militar, até o atual momento, quando se desenvolve a reforma universitária sob o governo Lula da Silva. No sentido da concretização deste objetivo foi realizado, preliminarmente, um estudo, sobre a relação-capital que é a matriz da sociedade burguesa, cuja tendência é transformar tudo em mercadoria; em seguida foi realizada uma análise da crise estrutural do capital que tem propiciado sua invasão em várias áreas da sociedade, anteriormente não organizadas segundo a sua lógica, como a área da educação superior, como também das estratégias construídas pelos representantes do capital para enfrentar a crise que intensificaram a exploração do trabalhador e contribuíram para a redução do campo público e a preponderância do campo privado, inclusive na educação superior, impondo o acirramento das desigualdades nesta área. O referencial teórico-metodológico adotado foi o marxiano, o que permitiu a apreensão não superficial do objeto investigado. O processo lento e gradual da privatização/mercantilização da educação superior brasileira, que se expandiu de forma expressiva no período da ditadura militar, vem se aprofundando a cada governo, sob a influência das agências multilaterais, principalmente, do Banco Mundial, com o aval do Estado, que através de várias ações e medidas legislativas, vem contribuindo para o agravamento desse processo. A capacidade civilizatória do capital se esgotou. As reformas realizadas só tendem a agravar a situação da maioria da humanidade, o que se verifica também no campo da educação, particularmente, no nível superior. A superação dessa situação, da crise estrutural que atinge todas as esferas da vida social, só acontecerá com a instauração de outra forma histórica de produção e reprodução social, o que requer a extinção do capital, do Estado e do trabalho alienado.

**Palavras-chave:** Privatização/mercantilização da educação superior. Crise do capital. Globalização. Neoliberalismo. Reestruturação produtiva.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to accomplish, based in a bibliographic research, a study of the privatization/commoditization of the Brazilian higher education on the capital system context and its structural crisis, focusing on the period from military dictatorship to present, at the moment of the ongoing University Reform under the Lula da Silva's government. For this purpose was made, preliminarily, a study about the capital-relation, which is the basis of the bourgeois society, whose tendency is to transform all in commodities; after that was carried out an analysis of the structural crisis that allowed it invade another society's dimensions previously not organized by its logic as higher educational system, as well as the strategies built by the capital's exponents to face the crisis that intensifies worker's exploration and contribute to reduce the public sphere and the preponderancy of the private sector, inclusively higher education, exacerbating, in this manner, the inequalities in that sphere. It was adopted the Marx's theoretical and methodological referential that made possible a profound understanding of the subject researched. The slow and gradual process of privatization/commoditization of the Brazilian higher education, whose expansion in the military regime period was significant, goes on deepening in each government, under the strong influence exerted by international organizations, especially the World Bank, supported by the State, which through a body of laws contributes for the advance that process. The capital's capacity of civilization finished. The social reforms tend to aggravate the majority of humanity problems and the same is true for education, mainly, in the higher level. To change this situation, to suppress the crisis that affect all society, only through the instauration of another historical form of social production and reproduction; this requires the suppression of the capital, the State and the salaried labor.

**Keywords:** Privatization/commoditization of higher education. Capital's crisis. Globalization. Neoliberalism. Productive restructuring.

## LISTA DE SIGLAS

ADUFC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará  
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento  
AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos  
ANDES - SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CREDUC – Programa de Crédito Educativo  
EAP – Estratégia de Assistência ao País  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIES – Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GATS – Acordo Geral de Comércio em Serviços  
GATT - Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio  
GED – Gratificação de Estímulo à Docência  
GERES – Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICSID – Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IFC – Corporação Financeira Internacional  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado  
MEC – Ministério da Educação  
OCDE - Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras  
PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação  
PEC – Projeto de Emenda Constitucional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNU – Programa Nova Universidade  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPP – Parceria Público-Privada  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PT – Partidos dos Trabalhadores  
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SEED/MEC – Secretaria de Educação a Distância do MEC  
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 CAPITAL, CRISES CÍCLICAS E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL .....</b>	<b>18</b>
1.1 O Capital: reflexões sobre o seu processo e as estratégias para o seu controle .....	18
1.2 As crises cíclicas do sistema do capital .....	30
1.3 A crise estrutural do sistema do capital .....	34
<b>2 A OFENSIVA DO CAPITAL: AS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL .....</b>	<b>50</b>
2.1 A globalização capitalista .....	50
2.2 O “neoliberalismo” .....	59
2.3 O processo de reestruturação produtiva .....	67
<b>3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA CRISE: O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO/ MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>74</b>
3.1 A ditadura militar e a expansão do processo de privatização/mercantilização da educação superior .....	76
3.2 A orientação privatizante do ensino superior na “Nova República” .....	81
3.3 O protagonismo do Banco Mundial na orientação à privatização/mercantilização da educação superior no Brasil .....	87
3.4 O governo de Fernando Henrique Cardoso: a reforma da educação superior no contexto da Reforma do Estado .....	99
3.5 Governo Lula da Silva: a continuidade do processo de privatização/ mercantilização do ensino superior sob a aparência de “democratização” do acesso a este nível de ensino .....	115
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é realizar uma análise, baseada numa pesquisa bibliográfica, que inclui também o estudo de artigos e notícias relativos ao tema em tela, ou seja, acerca do aprofundamento do processo de privatização/mercantilização da educação superior no Brasil.

Ressaltamos que o sentido do termo privatização em relação à educação superior/universidade não é aquele visível, que representa a venda, pelo Estado, de um bem público à iniciativa privada, ou a transferência de benefícios, mediante contrato. Diferentemente, é algo bem mais sutil, podendo ser chamada de “privatização branca”, que acontece por meio da instalação de fundações de apoio nas universidades públicas, da transferência da responsabilidade do Estado pelo financiamento dos serviços educacionais aos indivíduos, famílias ou empresas e da transferência de recursos públicos para instituições de ensino privado<sup>1</sup> (SOBRINHO, 2003; GENTILI, 1998).

Em relação ao termo mercantilização, Oliveira (2005, p. 7/8) afirma que ele é um neologismo que surgiu na época neoliberal, “uma época que se caracteriza, entre outros aspectos, por um revigoramento da propensão capitalista a transformar tudo em mercadoria [...]. Mercantilizar um bem é fazer com que passe a funcionar como mercadoria”. No que se refere à crescente mercantilização da educação, principalmente da superior, Leher (2005, p. 2) assevera que a educação como um bem social, não deveria ser considerada como mercadoria, mas na realidade tudo concorre para isso, considerando sua inserção “[...] no setor de serviços a partir da Rodada Uruguaia do GATT (1987-1994), conforme as demandas das maiores corporações e das instituições financeiras [...]”.

O processo de privatização/mercantilização da educação superior no Brasil se expandiu de forma expressiva no período da ditadura militar,<sup>2</sup> cuja “política educacional [...] transformou, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis [...]” (NETTO, 1991, p. 62). Dessa forma, a ditadura militar se constituiu um momento histórico no qual já se podia

---

<sup>1</sup> Nessa direção há casos de pagamento, dentro das universidades públicas, de cursos de pós-graduação, de apadrinhamento de escolas, quando indivíduos e empresas contribuem financeiramente nos gastos com infraestrutura e equipamentos e de concessão de benefícios fiscais, por parte do governo federal, às entidades de ensino superior privadas, sendo o Programa Universidade para Todos (ProUni), do atual governo federal, um exemplo emblemático da chamada “privatização branca”.

<sup>2</sup> Segundo Cunha (*apud* SAMPAIO, 2000, p. 167), havia nesse período uma política clara do governo que facilitava e induzia a expansão do setor privado.

entrever sinais do *capital em crise*<sup>3</sup> revelando-se através da expressiva invasão do mesmo no espaço público, particularmente na área da educação superior.

Esse processo teve continuidade no âmbito da “Nova República”, aprofundando-se na década de 1990 - já em plena crise do capital- de forma predominante no bojo das reformas do Estado e da educação, ocorridas nos governos Collor/Itamar Franco, mas com mais força nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Sua escalada crescente atinge o século XXI, com o governo Lula, no contexto do agravamento da crise estrutural do capital, tornando mais difícil o acesso dos que pretendem adentrar à universidade pública.

Tendo em vista o nosso objeto de pesquisa ser o processo de privatização/mercantilização da educação superior, vigente no âmbito da crise estrutural do capital, nesta investigação trabalhamos com a hipótese de que há no Brasil um movimento lento, gradual e às vezes sutil, apoiado no Estado e sob a orientação dos organismos multilaterais - com destaque para o Banco Mundial - que objetiva sumariamente efetivá-lo. Nesse sentido, com vistas a encontrar as respostas cabíveis que possam explicar as causas fundantes desse movimento, formulamos os seguintes questionamentos: qual a relação social em que se constitui a base da sociedade capitalista e cuja tendência é contribuir para transformar todas as coisas em mercadoria? Como o capital, em seu movimento, subordina os homens e a sociedade a sua lógica de autorreprodução? Em que consistem as crises do capital e quais as suas consequências para a humanidade? Através de quais estratégias a burguesia tenta enfrentar a crise estrutural do capital? Essa crise tem contribuído para o capital adentrar na área da educação, apesar de ela não ter sido originariamente organizada segundo sua lógica? Como os diversos governos brasileiros, a partir da ditadura militar deflagrada em meados da década de 1960 têm contribuído para a privatização/mercantilização do ensino superior? Qual o protagonismo do Banco Mundial nesse processo?

Diante das questões supracitadas, ressaltamos em princípio que é sob a direção dos organismos multilaterais, principalmente do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que representam a hegemonia dos Estados Unidos, que países periféricos, como o Brasil, acatam suas diretrizes políticas e econômicas com consequências

---

<sup>3</sup> Acerca das origens da denominada *crise do capital*, alguns autores marxistas têm concepções aproximadas. Braga (2008, p. 144), afirma que para Mészáros, “a crise estrutural do capital inicia-se no pós-Segunda Guerra e aprofunda-se no início da década de 1970”. Por sua vez, Lessa (1998, p. 8), admite que, segundo Mészáros, a crise estrutural do capital, “assumiu, num primeiro momento (a dos anos cinquenta e sessenta), a forma do *Welfare State* e, num segundo momento, nos anos setenta até hoje, a forma de um “*continuum* de depressão” [...]. Para Sobrinho (2003, p. 101), “os anos 1960 prenunciaram a profunda crise que se instalava, e que se agravou em 1973 [...]”.

danosas para a maior parte dos seus habitantes. Para constatar tal fato, basta verificar os resultados dos Planos de Ajuste Estrutural,<sup>4</sup> a exemplo do *Consenso de Washington* e das reformas impostas por essas organizações para aqueles países.

Em relação às estratégias privatizantes, em vigor na área da educação superior, o protagonismo exercido na década de 1990, e que continua até hoje, tem sido do Banco Mundial, o qual, por conta do seu papel dominante no encaminhamento das reformas na área educacional de vários países periféricos foi denominado por Leher (1999, p. 19), de Ministério Mundial da Educação dos países periféricos.

Nessa direção, a situação caótica em que se encontra a educação pública é um fenômeno geral, que afeta tanto os países do capitalismo avançado como os países periféricos,<sup>5</sup> havendo uma deterioração crescente dos espaços públicos e um avanço da privatização em áreas que se moviam, anteriormente, mesmo que de forma precária, como no caso dos países periféricos, sob o *ethos* público. Refletindo sobre esse problema, Mészáros (2006, p. 19), admite o fato de que “a diferença entre os países é apenas de *grau*, e a tendência geral é que se obliterem essas diferenças ainda perceptíveis”. Para esse autor (*op. cit.*, p. 38), este fenômeno representa o capital em crise, com dificuldades de expansão, tentando alargar suas margens contraídas de acumulação devido à queda da sua taxa de lucro. Como decorrência dessa crise, surge a exigência e a imposição de cortes nos gastos sociais, conforme o citado autor (2002, p. 916), gerando assim a decadência crescente do campo público e a preponderância do privado.

No sentido de contextualizar nossa investigação, no Capítulo I realizamos uma análise sobre o capital, devido ao fato de ele ser a matriz da sociabilidade burguesa, constituindo-se segundo Mészáros (2002) na base de um sistema de controle sociometabólico que domina e mantém subordinado a sua lógica, todas as dimensões da sociedade. Dessa forma, visando a sua reprodução, o capital subordina a arte, a educação, a política e as demais dimensões a sua lógica, ou seja, no interesse de sua autovalorização. Sendo assim, atualmente, todos os aspectos da vida social e individual são perpassados pelos interesses do capital (TONET, 2007, p. 14).

---

<sup>4</sup> Para um excelente panorama dos resultados dos Planos de ajuste do FMI e do BM, consultar o livro do autor Chossudovsky (1999), intitulado *A Globalização da Pobreza – Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*.

<sup>5</sup> Segundo matéria da Revista Ensino Superior de 2009, acessada via online, em junho de 2009, o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama vai lançar medidas para a educação e o ensino superior, tendo em vista a situação caótica da educação no país. Segundo o presidente, há um alto índice de evasão do *high school* (ensino médio) e também da educação superior (“metade dos alunos que começa uma faculdade nunca termina”). Devido aos altos custos para cursar uma universidade naquele país, “que podem chegar a US\$ 40 mil”, muitos ficam de fora do sistema (MELAZO, 2009, matéria online).

Por esse motivo, consideramos de suma importância recuperar a dinâmica de ação do capital através, respectivamente, do resgate de suas formas de desenvolvimento, de sua hegemonia na sociabilidade capitalista, e de sua característica de ser incontrolável, segundo Mészáros (2002). Quanto a esta característica, ela se explica pelo fato da impossibilidade de o capital assumir outra lógica que não a da sua própria autorreprodução, exercendo o domínio sobre o trabalho e produzindo desigualdades sociais cada vez mais abrangentes, inclusive na área educacional que, devido a sua crise, vê-se sumariamente transformada em uma mercadoria entre tantas já existentes.

O conhecimento sobre a dinâmica do capital e, sobretudo sobre sua incontrolabilidade, implica, por sua vez, a compreensão sobre a incapacidade de ele considerar as necessidades humanas, demolindo desse modo as ilusões cultivadas em torno de se alcançar a solução dos males sociais através da implementação de reformas em qualquer área da sociedade, sob a condução do Estado<sup>6</sup> burguês moderno. Isso ocorre devido ao fato de que, segundo Mészáros (2002, p.113), a esfera estatal representa “a estrutura de comando político do sistema do capital”, sendo, segundo esse autor (2007, p. 79), fundamental à existência do capital, na medida em que se constitui, junto ao trabalho e ao capital, um dos pilares de sustentação do sistema do capital. Essa condição, intrínseca ao aparelho estatal, impede que se resolvam os problemas vivenciados pela maioria da humanidade como a pobreza, a desigualdade social, a violência e outros males sociais que são consequências da existência da exploração do capital sobre o trabalho.

Dessa forma, salientamos o princípio marxiano que enfatiza o aspecto de que faz parte da lógica do sistema do capital a transformação de todas as coisas em mercadorias, sendo a própria força de trabalho uma mercadoria. Como vivemos numa sociedade de mercadorias, pois segundo Marx (1988, p. 45, Livro I) “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” [...]”, tudo vem sendo crescentemente mercantilizado, inclusive a educação<sup>7</sup>, ressaltando-se, contudo, o fato de que, em tempos de crise estrutural do capital, esse processo se acirra.

---

<sup>6</sup> A autora Pastorini (2004, p. 93), baseada em Sposati, afirma que “o Estado reproduz o sistema capitalista sem alterar praticamente as desigualdades por ele geradas, contendo possíveis conflitos, respondendo “humanitariamente” à situação de miséria e pobreza dos trabalhadores [...], mas sempre dentro dos limites impostos pela acumulação do capital e pelo jogo político.”

<sup>7</sup> O professor Lander (2008, p. 300/1/2) discorrendo sobre o movimento avassalador da “utopia (antiutopia?)” do mercado total” em nossa era neoliberal, afirma que “ a expansão da lógica do mercado é um processo de penetração e subordinação de todas as atividades, recursos [...] que até o presente não haviam sido plenamente submetidos.” Para ele, a privatização de atividades que antes eram consideradas como pertencentes a área pública, é um processo que avança tanto nos países centrais como nos periféricos. Cada vez mais o capital vai requerendo “novos âmbitos para sua inversão/valorização”, como o campo universitário “[...] e os processos de produção do conhecimento científico em geral”, sendo, segundo esse autor, um âmbito “[...] que até

Nesse sentido, Silva (1999, p. 81-2) afirma que,

Anteriormente, havia uma separação entre a lógica que regia a esfera econômica e a lógica que regia a esfera política, a esfera social, a esfera educacional. De certa forma, essas últimas constituíam uma espécie de proteção contra os efeitos perversos da lógica da organização econômica. A lógica da produção econômica era necessária para uma produção e distribuição eficazes, mas ela era vista como claramente inadequada para ser aplicada àquelas outras esferas. [...] No triunfo do mercado e das políticas neoliberais, a lógica econômica torna-se envolvente, abrangente, totalizante. Não se trata apenas da previsão marxiana de que, no capitalismo, tudo se torna crescentemente mercantilizado. A lógica econômica, empresarial, capitalista torna-se uma verdadeira e completa visão de mundo. Não se trata apenas de que tudo vira mercadoria: nós devemos pensar, sempre, em termos de mercadoria.

Ainda no âmbito deste capítulo, discorreremos sobre as crises do sistema do capital: as cíclicas e a crise estrutural do capital, as quais, segundo Mészáros (2002, p. 91 e 682), apresentam diferenças marcantes entre si. Desse modo, a crise estrutural que irrompeu na década de 1970 é diferente das anteriores por ser permanente e universal, abrangendo todas as dimensões da sociedade. Para esse autor, essa modalidade de crise se materializa quando o capital atinge seus limites absolutos, chegando ao fim de sua ascendência histórica, quando os ganhos defensivos dos trabalhadores, sob a sua crise, já não são mais viáveis.

Obter um adequado conhecimento acerca da crise sob a qual estamos, através da recuperação de sua origem e consequências, se constitui um aspecto de fundamental importância. Do nosso ponto de vista, tal conhecimento contribui no sentido de não nos deixarmos enganar com as explicações que vinculam o caos que se abate sobre a humanidade, num estágio de pleno desenvolvimento das forças produtivas, a situações conjunturais, passageiras, ocasionadas pelo excesso de gastos do Estado, à corrupção política, à falta de investimento em educação e outras mistificações ideológicas. Algumas expressões desse caos se revelam no desemprego estrutural, no crescente número de pessoas que passa fome,<sup>8</sup> na redução do espaço público e em outros inúmeros males sociais. Consideramos também outro equívoco considerar esta crise como o resultado da especulação financeira ou como culpa dos Estados Unidos. Nessa direção, entendemos que todas estas

---

relativamente pouco tempo se supunha que devia ser regido por critérios diferentes da lógica da rentabilidade mercantil [...].”

<sup>8</sup> Conforme relatório de 2009 da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a fome crônica atinge um sexto da população mundial. O diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico Agrícola da FAO, Kostas G. Stamoulis, afirmou que é a primeira vez na história que o mundo tem tantos famintos. Em relação a isso ele diz que é uma contradição, pois o mundo tem muita riqueza, apesar da crise. Diz ainda que existem recursos para acabar com a fome, pois houve um recorde de colheita de grãos, sendo assim, para ele, “[...] não há falta de comida, há falta de acesso à comida àqueles que têm fome” (GAZETA DO POVO, 2009, grifo nosso). A contradição ressaltada pelo Diretor é inerente ao sistema do capital, é a existente entre a produção social da riqueza e a apropriação privada da mesma.

explicações convergem no sentido de omitir o fato de esta ser uma crise do próprio sistema do capital (MEDEIROS, 2009, p. 4).

Em conformidade com o entendimento de Mészáros (2007, p. 294), esta crise se constitui na crise do próprio capital, ocasionando dificuldades a sua lógica expansionista e de acumulação que o impele a adentrar outros campos anteriormente não organizados sob sua lógica, como a educação, apoiando-se no Estado para a execução de reformas que atendam aos seus interesses autorreprodutivos, gerando a privatização, principalmente do ensino superior, contribuindo “para a perpetuação da sociedade de mercadorias.”

Ainda neste sentido, Lessa (2005, p. 86) afirma que,

[...] a mercantilização da medicina, convertida em serviço a ser vendido pelas redes de seguro-saúde privadas, uma tendência que tem uma sua irmã siamesa na *mercantilização do ensino* pelos grandes supermercados de diplomas que são as redes particulares de ensino, [...] são todas expressões diferenciadas da mesma e única necessidade de o capital lançar mão de todas as possíveis e imagináveis relações sociais para a sua própria reprodução nessa época de sua crise estrutural.

Dando continuidade a nossa exposição, no capítulo II abordamos as estratégias organizadas pelos representantes do capital com vistas à contenção da crise, demonstrando como o capital procurou e sempre procura, no interesse exclusivo de sua reestruturação, recompor sua taxa de lucratividade, com o apoio indispensável do Estado. Contudo, também ressaltamos os limites dessas estratégias burguesas, pois como afirma Antunes (1999, p. 36), a resposta capitalista enfrentou a crise só em sua superfície, na sua dimensão fenomênica, portanto, sem “reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista”.

Nessa direção, as tentativas de resposta à crise oportunizaram momentos passageiros de crescimento econômico, mas o resultado geral dos planos de reestruturação e das reformas efetivadas nas áreas econômica, política e educacional só acirraram mais os já graves problemas existentes, não conseguindo deter os desdobramentos da crise que impõem hoje ao mundo situações de desumanidade ímpares.

Como resultado da administração burguesa da crise, dentre outros graves problemas, temos o aumento de demissões de trabalhadores em meio a um nível elevado de desemprego; o agravamento do já precário atendimento público na área da saúde, que faz com que, - como mostram os meios de comunicações -, várias pessoas morram sem atendimento nos corredores dos hospitais públicos, e a falta de estrutura na rede de ensino público em todos os níveis, sendo que, no nível de ensino superior, impera a rede privada. Esta, por sua vez, vem aumentando a cada ano devido à política do governo federal de redução do público e estímulo ao privado, atendendo às “orientações” das agências multilaterais, representantes do

imperialismo estadunidense. Assim, de maneira geral, todas essas instâncias são guiadas e servem - de acordo com a posição assumida na divisão internacional entre os países - “as leis férreas do modo de produção capitalista que se impõem a todos, submetendo tanto burgueses quanto trabalhadores” (MEDEIROS, 2009, p. 3).

No capítulo III, abordamos de forma específica o desenvolvimento do processo de privatização/mercantilização da educação superior no Brasil, ressaltando a redução que vem sendo operada no campo público nesse nível de ensino, estabelecendo como início de nossa análise o período de grande expansão do citado processo que foi o período da ditadura militar. Nesse sentido, demonstramos que esse processo privatizante vem sendo materializado através da manutenção/redução de um financiamento insuficiente para a área, além do incentivo ao ensino privado, ambos realizados por meio da elaboração e implementação de medidas legislativas, medidas essas que também, em relação à universidade pública, tentam imprimir um caráter empresarial à mesma.

Frente a esse processo, ressaltamos que ele tem gerado a precarização do ensino superior público, acompanhado do aumento crescente de instituições privadas de ensino superior que, com pouquíssimas exceções, ministram um ensino de péssima qualidade, na área da graduação. De forma geral, entendemos que esta estratégia precarizante constitui uma política que, principalmente, desde o início da década de 1990, vem sendo estimulada, especialmente pelo Banco Mundial, a partir da adoção pelo governo brasileiro das diretrizes políticas para a educação desse Banco, as quais obtiveram continuidade nas gestões do governo Lula.

No bojo desse terceiro capítulo, recuperamos a trajetória histórica do processo de privatização/mercantilização da educação superior, vigente na sociedade brasileira, enfocando, inicialmente, o período da ditadura militar. Assim, no primeiro momento, abordamos a expressiva expansão desse processo no citado período, como também, analisamos seu prosseguimento no governo do presidente José Sarney, na chamada “Nova República.” Posteriormente, traçamos um panorama acerca do protagonismo do Banco Mundial na “recomendação” de uma política educacional voltada para o campo privado. Em seguida, destacamos os pontos principais da reforma educacional do ensino superior do governo de Fernando Henrique Cardoso, reportando-nos também a algumas medidas na área da educação superior, em vigor no breve governo Collor e do seu sucessor Itamar Franco.

Sobre o governo atual do presidente Lula, discorreremos sobre os principais aspectos da reforma educacional ainda em andamento, enfatizando, particularmente, o decreto que regulamentou as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio, além do

Programa Universidade para Todos (ProUni), que têm aprofundado o processo de privatização/mercantilização da educação superior, de acordo com os interesses dos organismos multilaterais, com destaque para o Banco Mundial.

De forma geral, no âmbito desse terceiro capítulo, demonstramos como a política educacional para a educação superior, implementada por esses governos - considerando suas especificidades e diferenças de administração, além das resistências verificadas na sociedade que impediram que objetivos privatizantes mais graves se concretizassem - tem seguido a lógica do capital. Nesse sentido, ressaltamos o fato de que devido a sua condição de crise estrutural, o capital tenta destruir os ganhos concretizados em sua fase de ascendência histórica, conforme tese defendida por Mészáros (2002). Esse fenômeno é evidenciado na educação superior, respectivamente pela crescente desresponsabilização do Estado com essa área, “pela redução de verbas públicas para seu financiamento e, simultaneamente, pelo estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, sob a aparência de democratização do acesso à educação” (LIMA, 2007, p. 152).

Enfatizamos que a perspectiva teórica adotada nessa pesquisa é a marxiana, pois consideramos que é a única que garante uma apreensão não superficial do objeto a ser investigado. Nestes termos, acreditamos que somente o método dialético permite captar a essência do objeto, rompendo o superficial, o aparente e o imediatamente dado. Assim, fazendo uso desse método, será possível a realização de um estudo crítico que desvele o real sentido das políticas, ações e leis, dirigidas, na verdade, pelo movimento do capital em sua plena crise. Por intermédio do método dialético, desvelaremos o fato de que as políticas propostas pelos vários governos do Brasil na área da educação superior, sob a orientação, particularmente, do Banco Mundial, têm contribuído para a privatização e mercantilização deste nível de ensino, pois como afirma Karol Kosic “[...] compreender o fenômeno é atingir a essência” (KOSIC *apud* COSTA, 2003, p. 181).

Neste sentido, embasamo-nos em autores que assumem a perspectiva do trabalho, dentre os quais estão: István Mészáros, Osvaldo Coggiola, Ivo Tonet, Sérgio Lessa, Kátia Lima, entre outros, que possuem uma concepção de homem e do trabalho referenciadas na visão marxiana.

# 1 CAPITAL, CRISES CÍCLICAS E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

## 1.1 O capital: reflexões sobre o seu processo e as estratégias para o seu controle

Iniciamos este subitem admitindo o fato de que o autor Karl Marx, ao analisar a sociedade burguesa, teve como ponto central de sua reflexão o capital, considerando-o “o poder econômico onipotente da sociedade burguesa” (MARX *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 702). Para Marx, o capital não se constitui uma coisa, “apesar de tomar a forma nas coisas enquanto meios e material de produção, dando-lhes um caráter social específico” (BIANCHI, 2005, p. 88), mas é uma “relação social entre pessoas intermediada por coisas, [...] uma relação social de produção”. (MARX, 1988, v. II, p. 286). Desse modo, o capital significa riqueza acumulada, ou melhor, dizendo, “é trabalho acumulado [...] é propriedade privada dos produtos do trabalho do outro”, e como tal “é o poder de domínio sobre o trabalho e sobre seus produtos” (MARX, 2004, p. 80).

Além de não ser uma coisa, o capital é também mais do que apenas uma simples relação social, sendo também um *processo*, como afirma Mézáros (2002, p. 711), citando Marx: “[...] o capital não é uma simples relação, mas um *processo*, em cujos vários momentos sempre é capital” (grifo de Marx).

Conforme Marx, a origem do capital, em sua forma ainda não totalmente desenvolvida, madura, localiza-se antes da era capitalista, a qual data do século XVI,<sup>9</sup> na antiguidade, quando surgiram as primeiras formas históricas do capital, a exemplo do capital usurário e do capital comercial. Desse modo, “ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital,” sendo o dinheiro, “sua primeira forma de aparição”, o qual, “deve transformar-se em capital por meio de determinados processos” (MARX, 1988, v. I, p. 133, 121).

Antes da era capitalista, o capital foi acumulado de forma nada honesta, sendo descabida a fábula que difundiu a ideia de que ele proveio do esforço de alguns que trabalharam muito para investirem posteriormente. Como afirma Huberman (1986, p. 144), “[...] o capital era acumulado principalmente através do comércio - termo elástico,

---

<sup>9</sup> Segundo Marx (1988, v. II, p. 253) “ainda que os primórdios da produção capitalista já se nos apresentam esporadicamente em algumas cidades mediterrâneas, nos séculos XIV e XV, a era capitalista só data do século XVI”.

significando não apenas a troca de mercadorias, mas incluindo também conquista, pirataria, saque, exploração”. Nesse sentido, Marx faz uma afirmação que resume perfeitamente a exata condição da sua origem, ao asseverar que “o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (MARX, 1988, v. II, p. 282).

Como categoria econômica, o capital surge antes da formação do capitalismo e, segundo Mészáros (2002), pode até sobreviver em formas pós-capitalistas.<sup>10</sup> Com efeito, segundo esse autor (*op. cit.*, p. 1065), “o capital e a produção de mercadorias não só precedem, mas também necessariamente, sobrevivem ao capitalismo”. É neste sentido, que para ele existe a distinção entre capital e capitalismo, uma vez que é somente no âmbito do capitalismo, em sua maturidade, que há o domínio absoluto do capital, sendo que “o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital”<sup>11</sup> (ANTUNES *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 16).

É por isso que Mészáros (2002, p. 723) ressalta que para Marx “a *relação causal vai do capital ao capitalista*, e não o contrário” (grifo do autor), o que, segundo o autor, torna imperativo superar o capital a fim de que, a partir do mesmo, não surja o capitalista ou outra figura semelhante num outro contexto sócio-histórico, como foi o caso da burocracia existente à época da URSS, ou na China, na atualidade.

Nesse sentido, o capital é, segundo o supracitado autor (*op. cit.*, p. 707), “o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história”, dominando tudo e a todos. Por isso, como afirma Lessa (1998, p. 3), apoiado nesse autor, ele é muito mais do que “uma mera relação de *poder* entre a burguesia e os trabalhadores, a qual poderia ser extinta com a “expropriação dos expropriadores” (grifo do autor).

Desse modo, a necessidade de eliminação do capital se constitui o principal objetivo, e não a derrubada do capitalismo, já que “a grande preocupação de Marx não era com” aquilo que pode ser derrubado”: a propriedade privada, o trabalho assalariado e o Estado capitalista” ((MÉSZÁROS, 1997, p. 145). Na verdade, para que o trabalho seja emancipado da

---

<sup>10</sup> Em sua obra intitulada *Para Além do Capital* (2002), Mészáros analisa o fracasso da sociedade “pós-capitalista,” que foi a extinta URSS.

<sup>11</sup> Segundo Romero (2005, p. 169), baseado em Marx, “[...] a subsunção do trabalho no capital é a forma geral de toda a produção capitalista [...]”. A subsunção formal é uma “relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital” anterior à introdução das máquinas na produção, nela o trabalhador ainda não perdeu todo o controle sobre o processo de produção, pois ele ainda “detém o monopólio do conhecimento (saber-fazer) do processo de trabalho”. A outra forma de subsunção, a real, caracteriza-se por ser uma “relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital” na qual o trabalhador é expropriado “do seu saber-fazer”, só então ele perde todo o domínio “sobre o ritmo de produção e, principalmente, sobre o modo de se produzir – e isso passa a ser ditado pela maquinaria, a qual subsume realmente o trabalhador.”

dominação do capital, há a necessidade de superação do capital e do Estado, pois, segundo esse autor (2002, p. 600), “[...] paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital”.

Apesar de a história do capital possuir uma dupla face, sendo a sua dimensão positiva permeada por grandes realizações<sup>12</sup> - o que foi registrado por Marx em algumas de suas obras, como o Manifesto Comunista, Ideologia Alemã e outras -, a sua dimensão negativa se sobrepõe à positiva, na medida em que, por meio do capital “é produzida a mais-valia”<sup>13</sup> que, por sua vez, gera uma riqueza contínua e incessante que deve ser sempre ampliada, através da exploração da força de trabalho assalariada, sem a qual ele não se reproduziria. Assim, tem ele “um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia [...]. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo... (MARX, 1988, v. II, p.251 e v. I, p. 179/80).

Nesse sentido, o capital estabelece uma relação contraditória com o trabalho assalariado, levando o autor Grespan (2008, p. 43) a afirmar que “o capital existe por despojar a força de trabalho dos meios de trabalhar por si mesma – nega-a, nesse sentido. Só que simultaneamente ele depende dela e a afirma, para “reanimar-se” e obter mais-valia, valorizar-se, tornar-se o que é, valor que se valoriza”.

A consequência mais relevante desse processo de expansão do capital implica o fato de que a imensa riqueza produzida pelos trabalhadores, que precisam vender sua força de trabalho - já que foram expropriados dos seus meios de produção -<sup>14</sup> é apropriada por uma minoria que detém, agora, os meios de produção e os instrumentos de trabalho.

Ocupando-se em refletir sobre o processo de desenvolvimento do capital, Mészáros (2009, p. 119) admite que a história comprova que a exploração e a dominação da maioria dos seres humanos por uma minoria, não foram criadas pelo capital, na medida em que,

Ele apenas aperfeiçoou uma variedade particular de dominação econômica, política e cultural, estruturalmente reforçada, assegurando-se em sua tendência

---

<sup>12</sup> Segundo Mészáros (2004, p. 247) Marx, inclusive, “identificava as potencialidades da emancipação como *tendencialmente* inerentes ao próprio capital, embora, é claro, estivessem profundamente submersas nas múltiplas contradições deste último” (grifo do autor). Mészáros cita Marx ao afirmar que, no meio de toda riqueza, de todo desenvolvimento das forças produtivas, devido a sua própria lógica, que não permite atender as necessidades humanas, “[...] todo este desenvolvimento atua de modo contraditório, [...] a atuação das forças produtivas, da riqueza geral, etc., do conhecimento, etc., se dá de tal maneira que o indivíduo trabalhador *se aliena* [...]; relaciona-se com as condições dele extraídas através do seu trabalho como se elas não fossem sua própria riqueza, mas *alheia*, e sua própria pobreza” (grifo do Marx).

<sup>13</sup> A importância da mais-valia para o capital se explica pelo fato de a força de trabalho ser a única mercadoria que cria valor, ou seja, que tem a capacidade de produzir um valor superior ao que ela custa. Por isso, ela é apropriada pelo capitalista, fazendo com que o salário pago ao trabalhador não cubra o total do que foi produzido por ele durante seu período de trabalho, o que constitui uma relação de exploração.

<sup>14</sup> Uma excelente descrição da história desta expropriação encontra-se no livro intitulado *História da Riqueza do Homem* (1986), do autor Huberman, que tem como fonte *O Capital*, de Karl Marx.

geral numa escala global em contraste com os predecessores históricos do sistema do capital, mais particularistas e bem menos eficientes.

Assim, segundo Marx (1988, v. I, p. 235), o capital inserido no processo de produção,

Evoluiu para o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou seja, sobre o próprio trabalhador. [...] o capital evolui, além disso, para uma relação coercitiva que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que exigia o estreito círculo de suas próprias atividades vitais. E como produtor de laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador da força de trabalho, o capital supera em energia, exorbitamento e eficácia todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado direto.

No bojo dessa posição de destaque, o capital faz com que a única “virtude” considerada agora seja a contábil, em que a racionalidade econômica é levada ao extremo. Por isso, “[...] do ponto de vista da felicidade pessoal, essa racionalização expressa quão *irracional* é a conduta que faz o homem existir em função de seus negócios, e não o inverso” (WEBER *apud* GORZ, 2007, p. 27-grifo do autor).

Em seu desenvolvimento na história da humanidade, o capital ultrapassou conceitos sagrados elaborados pela Igreja, desconsiderou regras morais e tradições ditadas pela sociedade, abriu caminhos na busca de riqueza pela riqueza, passando por cima de tudo que limitasse essa busca.<sup>15</sup> Em razão desse desbravamento, foi “considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Na sua corrida expansiva, durante seu desenvolvimento histórico, no intuito de sua auto-acumulação, segundo Paniago (2007, p. 93), o capital precisou,

Promover a separação da anterior unidade entre a produção e controle, para alcançar os níveis de acumulação necessários à superação da antiga forma feudal de produção, marcadamente limitada pelos padrões da auto-suficiência produtiva e da circulação em mercados locais. Ao destruir as barreiras interpostas a seu impulso incontrolável à acumulação ampliada, sempre com vistas a uma escala de expansão crescente, o capital gerou uma série de novas contradições inelimináveis.

Devido a sua própria natureza autoexpansionista, no sentido de submeter o trabalho aos seus desígnios com o intuito de apropriar-se da mais-valia, o capital não aceita restrições a sua lógica nem se autolimita. Nesse sentido, Mézáros (2002, p. 251) afirma que “*o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites*, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade” (grifo do autor).

Ao longo dos séculos da história do capitalismo – já são mais de cinco-, ocorreram, e continuam ocorrendo, tentativas de controlar o capital através de realização de reformas que na verdade não conseguiram restringir sua lógica que é a de se autorreproduzir através da

---

<sup>15</sup> Conforme Tonet (2004, p. 12), esse papel revolucionário, desempenhado pelo capital, é destacado por Marx em sua obra intitulada *Elementos fundamentais para a crítica da economia política* (Grundrisse).

exploração da força de trabalho. Neste sentido, Boff (2000, p. 33), afirma que “a lógica do capital é essa: produzir acumulação mediante a exploração. Primeiro, a exploração da força de trabalho das pessoas, em seguida a dominação das classes, depois o submetimento dos povos e, por fim, a pilhagem da natureza”.

Como consequência das lutas defensivas contra o capital, houve alguns ganhos para os trabalhadores como, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, ocorrida no século XIX.<sup>16</sup> Todavia, logo em seguida, o capital encontrou uma maneira de se recompor do prejuízo. Neste sentido, Marx afirma que, os inspetores de fábrica, embora elogiassem as consequências positivas da legislação fabril de 1844 e 1850, “reconhecem, no entanto, que a redução da jornada de trabalho provocou uma intensificação do trabalho destruidora da saúde dos trabalhadores, e, portanto, da própria força de trabalho” (MARX, 1988, v. II, p. 37).

Na atualidade, uma das formas de ressarcimento do capital, em relação a alguns direitos conquistados pelo trabalhador com a aprovação da Constituição de 1988, é relatada por uma reportagem veiculada em 14/05/08. Assim, em relação à conquista do adicional de férias 1/3, o autor afirmou que os empresários, diante da despesa extra, “reduziram o salário dos novos contratados e diminuíram as contratações”. Também, com relação à concessão da meia-entrada aos estudantes no cinema e outros eventos culturais, os donos de cinema “não ficaram com o prejuízo, elevaram o preço da entrada para o restante do público, que não dispunha do mesmo privilégio” (GUANDALINI, 2008, p. 108/112).

Através dos exemplos supracitados, podemos constatar que a lógica do capital<sup>17</sup> é perversa já que seu único objetivo é a sua autovalorização, não admitindo para isso nenhum controle.<sup>18</sup> Acerca da impossibilidade de controle do capital, Mészáros (2002, p. 100) afirma que,

---

<sup>16</sup> Segundo Marx (1988, v. I, p. 227), a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho foi semelhante “[...] a uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta” [...] entre eles e os capitalistas. Nesse sentido, em 1847, na Inglaterra, foi aprovada pelo Parlamento, a lei da jornada de 10 horas, válida apenas para mulheres e adolescentes, e mesmo assim, violada por muitos industriais (MARX, 2006, p. 79, nota do editor).

<sup>17</sup> De acordo com Alves (2001, p. 58), é importante ressaltar que quando se diz “lógica do capital”, não se quer destacar só o aspecto econômico como a visão liberal entende, pois é essa visão que admite a separação entre economia e política, impedindo assim a apreensão do capital em sua totalidade, pois “o capital é uma *relação social* de produção (e reprodução) da vida material [...] voltada para a valorização do valor” [...], mas é também, segundo o autor, apoiado em Mészáros, “um modo de *controle social*, capaz de constituir (e reconstituir), de modo particular, a *totalidade social concreta*, seja a economia, a política, a cultura, etc., na perspectiva de uma sustentação orgânica de seu objetivo essencial – a extração de sobretrabalho. Sendo assim, continua Alves, baseado em Mészáros, falar em capital implica relacioná-lo ao “seu *elo íntimo*, o *Estado político* e sua superestrutura jurídico-ideológica” (grifo do autor).

<sup>18</sup> A obra considerada referência para a discussão da tese do filósofo István Mészáros, acerca da impossibilidade de controle do capital, é o livro da autora Cristina Paniago (2007), intitulado *Mészáros e a incontrolabilidade do capital*.

O capital *jamais* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma auto-restrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. (grifo do autor).

Neste período *contra-revolucionário* que vivenciamos,<sup>19</sup> em que o capitalismo parece reinar sem rival, e quando a maioria aderiu ao lema da “inexistência de alternativas”, as propostas para “humanizar” o capitalismo se multiplicam através das “soluções quixotescas,” segundo expressão utilizada por Mészáros (2002), em sua obra denominada *Para Além do Capital*.

Nesse contexto, demasiadamente conturbado, os governos, empresas e entidades da chamada sociedade civil, tentam minimizar os resultados da exploração, mas estes se agravam cada vez mais. Assim, a desigualdade, o desemprego, a fome e a miséria têm se aprofundado em todo o mundo, até mesmo nos países que compõem o seletivo grupo dos “desenvolvidos”. Numa reportagem de 23/04/08 intitulada “Os pobres no país dos ricos”, o repórter afirma que “nunca, porém, tantos americanos precisaram de ajuda como agora” (PETRY, 2008, p. 72). Também na Grã-Bretanha e em outros países da Europa, a pobreza<sup>20</sup> e a desigualdade vêm aumentando (MARTIN; SCHUMANN, 1996, p. 60).

Em relação aos países do Sul, a situação é mais caótica, devido à própria posição subordinada desses países na divisão internacional do trabalho. Especificamente no caso da América Latina, tem destaque a recolonização a que ela vem sendo submetida, para alegria dos defensores do imperialismo, como é o caso do historiador Paul Johnson, ao declarar que “finalmente voltou o colonialismo, já não era sem tempo” (COGGIOLA, 2005, p. 96/97).

Conforme os exemplos mencionados, a desigualdade e a pobreza cresceram de forma acelerada no continente latino-americano,<sup>21</sup> e até mesmo o Banco Mundial confirma esta situação, em seu Informe sobre o Desenvolvimento Mundial, 2000/2001 (SOARES, 2003, p. 66).

As propostas apresentadas para controlar o capital, através de reformas, são antigas. De maneira abrangente, elas procederam tanto dos conservadores como de indivíduos progressistas, mas tiveram como denominador comum o fato de não conseguirem ir além do horizonte do capital. Um exemplo de seus formuladores foi o socialista utópico Robert Owen

---

<sup>19</sup> Segundo o filósofo Sérgio Lessa (2007, p. 57), “o que caracteriza um período contra-revolucionário é o sentido e a direção mais favorável ao sistema do capital das “soluções” (ainda que necessariamente parciais) das crises, dos conflitos e, não a ausência dos mesmos.”

<sup>20</sup> Para Seabrook, “a pobreza não pode ser “curada”, pois não é um sintoma da doença do capitalismo. Bem ao contrário: é evidência da sua saúde e robustez, do seu ímpeto para uma acumulação e esforço sempre maiores [...]” (SEABROOK *apud* BAUMAN, 1999, p. 87).

<sup>21</sup> Entre os livros que retratam a dramática situação vivenciada no continente latino-americano, destaca-se *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina* (2002), do autor Pierre Salama.

(1771-1858), a quem Marx faz alusão em *O Capital* (1988, v. I, p. 227), como defensor e executor, em sua fábrica, da limitação da jornada de trabalho para 10 horas. Contudo, devido ao fato de ele querer conciliar interesses antagônicos entre as classes, seu projeto utópico não vingou,<sup>22</sup> levando-o sumariamente à falência. Nessa mesma direção, tem destaque os *possibilistas*, uma vertente reformista do movimento socialista francês do século XIX, que pretendiam alcançar apenas o “possível” (nota 16, p. 97, em *A guerra civil em França* de Karl Marx).

Segundo Mészáros (2002, p. 148), podemos declarar como a fase inicial do reformismo no movimento socialista radical, o período correspondente ao final da década de 1860 e início da década de 1870, que foi anunciado por Marx em sua *Crítica do Programa de Gotha*, em 1875 (grifo do autor). Marx, através desse texto, criticou a tendência reformista do Partido Social-democrata alemão, refletida na concepção de Estado e de Revolução de seus componentes, no que foi peremptoriamente rejeitado.

É com Edward Bernstein (1850-1932), um importante representante do Partido Social-democrata alemão e fundador do *Socialismo evolucionário* ou reformista, que surge uma tentativa paradigmática de controle do capital. No bojo das suas intenções reformistas, ele propôs uma revisão da teoria marxista, por admitir que ela não era mais condizente com a realidade, uma vez que naquela época os operários já participavam do Parlamento.<sup>23</sup> Assim, de maneira geral, ele e seu grupo preconizavam a transformação gradual do capitalismo em socialismo, através de reformas idealizadas no Parlamento.<sup>24</sup>

Em contraste com a exigência marxiana de que todo movimento político deve ser um meio e que o objetivo principal é a emancipação econômica da classe trabalhadora, a qual se daria com a instauração do trabalho associado,<sup>25</sup> Bernstein e seus correligionários defenderam “[...] o estabelecimento *gradual* de uma ordem *socialista* utilizando o instrumental do Estado capitalista (uma verdadeira contradição nos termos)” (MÉSZÁROS, 2004, p. 373, grifo do autor). Essa perspectiva, apesar de mais de cem anos de tentativas de

---

<sup>22</sup> Sobre a proposta reformista social e educacional de Robert Owen consultar os livros de István Mészáros: *O desafio e o fardo do tempo histórico- o socialismo no século XXI* (2007) e *A educação para além do capital* (2005).

<sup>23</sup> O Parlamento é, ainda hoje, considerado, por uma maioria, como um local de lutas onde se prioriza os interesses da classe trabalhadora, esquecendo-se de que esse órgão político foi criado pela burguesia e que durante toda sua história sempre prevaleceram os interesses dos seus criadores. Isto ocorre devido ao fato de que é o capital que “está no controle completo do processo sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 838).

<sup>24</sup> Segundo Tonet (2005, p. 96), foi neste momento que teve início o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política, pois a Social-Democracia alemã deixou de ser revolucionária, passando a defender bandeiras reformistas, priorizando as lutas a partir do Parlamento.

<sup>25</sup> Para Marx, o trabalho associado é uma forma de trabalho que requer um alto desenvolvimento das forças produtivas e a diminuição do tempo de trabalho, na qual os homens terão o controle do processo de trabalho e de todo o processo social (TONET, 2005, p. 141).

instalar o socialismo “aos poucos”, obviamente sem consegui-lo, tornou-se dominante nos países do capitalismo central, onde surgiu e posteriormente até seus antigos adversários de esquerda aderiram ao “gradualismo trabalhista”, ocorrendo assim a socialdemocratização de importantes partidos da classe trabalhadora que compuseram a *Terceira Internacional*(*id.*, *ibid.*, p. 373, grifo do autor).

Hoje, podemos constatar, através da situação de extrema desigualdade socioeconômica que reina no mundo e da situação precária da classe trabalhadora, sob o chamado neoliberalismo, quais foram os efetivos desdobramentos da estratégia reformista proposta por Bernstein e dos seguidores de seu movimento reformista. Como afirma Mészáros (2002, p. 289),

O fato de, com a consumação global da ascendência histórica do capital em nossos dias, o movimento social-democrata ter abandonado até suas metas reformistas limitadas e adotado sem reservas a “economia dinâmica de mercado” do capital, transformando-se mais ou menos abertamente numa versão do liberalismo burguês, aponta o fim de uma estrada que constituía, desde o início, um beco sem saída para as aspirações emancipatórias.

A experiência soviética também se constituiu outro “beco sem saída,” não se atingindo o objetivo final da revolução que é a emancipação da classe trabalhadora segundo Marx, pois, apesar de ter expropriado os capitalistas, de ter ocorrido a tomada do poder burguês, não houve a transformação das relações de produção no sentido da instauração do trabalho dos produtores livremente associados. O capital manteve seu domínio nas sociedades pós-revolucionárias através de vários meios, como por exemplo, da manutenção da divisão de trabalho herdada, da permanência dos vínculos dessas sociedades com o sistema mundial capitalista e da estrutura do aparato produtivo e da forma limitada do conhecimento científico, “produzidas na estrutura da produção de capital e sob as condições da divisão social do trabalho [...],” entre outros meios (MÉSZÁROS, 2002, p. 737).

Essas experiências, segundo Mészáros (2007, p. 374), considerando suas diferenças no âmbito da ação política, não consideraram a necessidade de, segundo Marx, subordinar o movimento político ao objetivo central da *emancipação econômica* das classes trabalhadoras, a qual se concretizaria “com a transformação radical da divisão de trabalho historicamente estabelecida” (grifo do autor).

Depois dessas tentativas emblemáticas de controlar o capital, outros esforços foram direcionados nesse sentido, como o eurocomunismo, o socialismo democrático e as políticas keynesianas que criaram o *Welfare State*. O aspecto em comum dessas experiências era

implementar uma estratégia impossível de ser concretizada, uma vez que tentavam *controlar o capital*.<sup>26</sup> Mas, como assevera Mészáros (2002, p. 630),

“[...] não há possibilidade de *reforma* que leve a *transformações estruturais* do modo de produção capitalista; isso também explica por que todas as tentativas desse tipo, nos seus quase cem anos de história – do *Socialismo Evolucionário* de Bernstein às suas imitações do pós-guerra -, fracassaram em abrir qualquer fenda na ordem estabelecida (grifo do autor).

Nesse sentido, até hoje, os ganhos do trabalho não afetaram a lucratividade do capital, o que evidencia o fato de que os reformadores sociais apenas trabalham ao nível dos efeitos e não das causas dos graves problemas da humanidade. Estes reformadores eram constituídos por aquelas pessoas que Engels, no Prefácio à edição inglesa de 1888 do Manifesto Comunista, denominava de “curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro” (MARX; ENGELS, 2007, p. 77).

Nessa mesma direção Mészáros (2002, p. 576) ressalta que as transformações intencionadas não ocorriam porque,

A dominação do capital sobre o trabalho é de caráter fundamentalmente *econômico*, não político. Tudo o que a política pode é fornecer as “garantias políticas” para a continuação da dominação já materialmente estabelecida e enraizada estruturalmente. Consequentemente, a dominação do capital não pode ser quebrada no nível da política... (grifo do autor).

Apesar de ainda hoje, em pleno século XXI, os defensores da ordem do capital continuar tentando, através de reformas, deterem as desigualdades sociais cada dia mais graves, o que é justificável devido ao interesse de manutenção dos seus privilégios, o que não se entende é como os leitores de Marx que se autodenominam de “esquerda,” insistam em fazer o mesmo, não percebendo que “o que se considera justo ou equitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que é necessário e inevitável num dado sistema de produção” (MARX, 2006, p. 112).

Segundo Tonet (2004, p. 117), Marx, em seu texto intitulado “Glosas críticas ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano” de 1844,<sup>27</sup> demonstra claramente onde reside a origem dos males sociais – se reportando ao âmbito da sociedade civil<sup>28</sup> e ressaltando que “os males sociais fazem parte essencial dela”. O Estado, em sua relação com

---

<sup>26</sup> A respeito das estratégias reformistas que visam controlar o capital, consultar o livro de Tonet (2005), intitulado *Em defesa do futuro*.

<sup>27</sup> Uma excelente análise deste artigo é realizada por Tonet (2004) em seu texto: *A propósito de “Glosas Críticas”*, que se encontra em seu livro intitulado *Democracia ou Liberdade?*

<sup>28</sup> A expressão *sociedade civil*, para Marx, significa “o conjunto das relações econômicas”, sendo que, “a sociedade política, o Estado, é expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram” (GRUPPI, 1986, p. 26).

a sociedade civil, na medida em que surge a partir dela, contribui para a reprodução do sistema do capital, para a reprodução das desigualdades, assim, “[...] é absurdo pedir a esse que elimine os males sociais produzidos por aquela” (TONET, 2005, p. 11). Desse modo, Marx desmistifica a ilusão de acabar com as desigualdades sociais pela via da política, explicitando seu caráter *negativo*, sendo essa via “adequada para realizar as funções *destrutivas* da transformação social, tais como: a “abolição da escravidão assalariada,” a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses etc.,...” (MÉSZÁROS, 2002, p.571, grifo do autor).

O caráter negativo da política, para Marx, explica-se pelo fato de que para ele a origem do Estado está vinculada ao nascimento da sociedade de classes e como tal, esse ente histórico está indissociavelmente ligado à dominação de uma classe sobre outra, à desigualdade social, contribuindo para perpetuar a reprodução de um sistema desigual, seja através da coerção ou do consenso. Para ele há uma relação inextrincável, entre sociedade civil - o conjunto de relações econômicas -, e outras dimensões da sociedade, como a dimensão da política e do Estado, assim sendo, visando à construção de uma sociedade comunista, o Estado precisa fenecer. Nesse sentido, Tonet (2004, p. 123) afirma que para Marx,

A esfera da política expressa e reproduz relações de exploração e opressão, de modo que não pode fazer parte de uma autêntica comunidade humana. A política pode ser um instrumento nas mãos dos trabalhadores para preparar o terreno para a revolução social, destruindo a velha máquina do Estado. Nada mais.

Considerando que a situação de alguns trabalhadores melhora, que alguns ascendem socialmente, muitos se tornando até representantes de sua categoria no Parlamento, advoga-se a possibilidade de *todos*, através da chamada “igualdade de oportunidades” - que, segundo Mézáros (2007, p. 188), é “formalmente proclamada, mas socialmente nula” - chegarem ao topo da escala social, o que é comprovadamente, impossível, pois, segundo esse autor (*id.*, *ibid.*, p. 186) o que a realidade mostra é que,

Após mais de um século de promessas de eliminação – ou ao menos uma redução sensível – da desigualdade por meio de “taxação progressiva” e outras medidas legislativas do Estado [...] verificou-se que a realidade é caracterizada por uma desigualdade sempre crescente, não apenas entre o “norte desenvolvido” e o “sul subdesenvolvido”, mas também no interior dos países capitalisticamente mais avançados.

Mesmo que *parte* da classe trabalhadora – devendo-se frisar, é uma minoria - tenha acesso a melhores condições materiais de vida, este fato não invalida a permanência da alienação e exploração de base, pois permanece a “escravidão assalariada”, já que “à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou

baixo, tende a piorar” (MARX, 1988, v. II, p. 201, grifo nosso). Isto se deve ao fato, segundo Marx, (2006, p. 58) de que, mesmo que o trabalhador tenha um salário maior o lucro do capitalista deve ser infinitamente maior, ou seja,

Quando o capital cresce rapidamente, o salário pode subir, mas o lucro do capital cresce incomparavelmente mais depressa. A situação material do operário melhorou, mas à custa da sua situação social. O abismo social que o separa do capitalista ampliou-se.

Como esclarece Finkel (1977, p. 288), “a forma salário não somente oculta as relações de exploração subjacentes,<sup>29</sup> mas também apresenta seu aumento como um avanço do capitalismo opulento” (tradução nossa). A explicação realizada por Marx torna ainda mais transparente essa forma de mistificação, que ilude a tantos seres humanos que são explorados e não se dão conta desse fato. Portanto, segundo essa autora (p. 288/289) Marx afirma que,

Assim como o fato de que alguns escravos andassem mais bem vestidos e melhor alimentados, que desfrutassem de um tratamento melhor e de um auxílio mais abundante, não acabasse com o regime de escravidão nem fizesse desaparecer a exploração do escravo, o fato de que alguns trabalhadores, individualmente, vivam melhor, também não suprime a exploração do trabalhador assalariado. O fato de que o trabalho suba de preço por efeito da acumulação do capital, só significa que o peso das cadeias de ouro que o trabalhador assalariado forjou para si mesmo, pode sujeitá-lo sem a existência das correntes (tradução nossa).

O fato de os trabalhadores viverem sob o domínio do capital, produzindo a riqueza material que é apropriada por uma minoria, numa “relação de escravidão assalariada”, não os torna as únicas vítimas do processo de alienação.<sup>30</sup> Do mesmo modo, os que vivem da riqueza produzida pela classe trabalhadora também não ficam imunes ao processo geral que os torna “egoístas”, pois o homem é egoísta de fato porque vive numa sociedade alienada e não porque é egoísta por natureza (MÉSZÁROS, 2006, p. 150). Nesse sentido, Marx (1988, v. I, p. 206) afirma que o capitalista também está submetido “às leis imanentes da produção capitalista”.

Do exposto até aqui, percebe-se que a humanidade sujeita à relação-capital só tende a degenerar-se cada vez mais, em todas as suas dimensões, e os sinais já se tornaram bem

---

<sup>29</sup> Marx entendeu perfeitamente “o segredo do salário”. Neste sentido deve-se consultar, O Capital, 1988, v. II, Capítulo XVII, p. 121. Por isso ele pôde afirmar que o “salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. Consequentemente, com um dos lados tem também de ruir o outro” (MARX, 2004, p. 191/2).

<sup>30</sup> Para Marx os processos de alienação atingem a todos, tanto os exploradores como os explorados. São várias as formas de alienação: econômica, religiosa, jurídica, moral etc., sendo a principal delas a que transformou a força de trabalho numa mercadoria. Subjetivamente se consegue superar algumas alienações, mas não a fundamental, decorrente da submissão do homem ao capital. Para Marx, a base de toda alienação é o “trabalho alienado” (MÉSZÁROS, 2006, p. 215), sendo assim, só com a superação do sistema do capital esse tipo de alienação será superado, embora outros tipos de alienação possam surgir.

visíveis com a irrupção da crise estrutural, quando se intensificou a tendência destrutiva dessa relação tanto no que diz respeito à natureza, quanto à espécie humana.

Como essa relação foi uma criação dos próprios homens e, como tal, não é natural nem imutável, como querem os economistas burgueses (MARX, 2008, p. 240), esses também têm condições de superá-la. Sabemos da imensidão do desafio, pois os obstáculos à emancipação humana foram erguidos há milhões de anos. É nesse sentido que Mészáros (2007, p. 234) afirma que “a criação de uma sociedade verdadeiramente equitativa exige a superação radical das hierarquias estruturais de exploração estabelecidas há milhares de anos e não apenas de sua variedade capitalista”.

Porém, como nada está definido *a priori*, tudo está em constante mudança e o homem é o sujeito de sua própria história, pois são eles que a fazem, conforme afirmação do próprio Marx em seu livro “O 18 Brumário”, está aberto o caminho para que a classe trabalhadora<sup>31</sup> lute pela sua emancipação, e conseqüentemente a de toda sociedade. .

Todavia, a classe trabalhadora não pode esquecer que a libertação de sua condição de “escravidão”, a qual está subjacente ao trabalho assalariado, requer, por sua vez, a superação do capital. Isso ocorre porque “o capital pressupõe [...] o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é condição do outro; eles se criam mutuamente” (MARX, 2006, p. 50). Assim, tendo em vista este impasse, essa superação se torna cada vez mais urgente, considerando que o capital em crise estrutural, intensifica sua tendência destrutiva tanto em relação à natureza, como também pelo fato de tornar cada vez mais supérflua a força de trabalho e tende, crescentemente, a transformar tudo em mercadoria.

Como vimos através da reflexão até o momento desenvolvida, as ações reformistas não têm poder para erradicar o capital,<sup>32</sup> pois sua erradicação só será possível, segundo Mészáros (2004, p. 20), “por meio da transferência dos poderes de decisão aos produtores livremente associados,” através de um movimento revolucionário radical socialista, de caráter universal, pois como assevera esse autor, “o movimento socialista não pode obter êxito diante da hostilidade dessas forças a menos que seja rearticulado como um movimento revolucionário de *massa*, conscientemente ativo em *todas* as formas de luta social e política: local, nacional e global/internacional [...]” (MÉSZÁROS, 2007, p. 291, grifo do autor).

---

<sup>31</sup> Por classe trabalhadora, entendemos aqueles trabalhadores assalariados que além de produzirem a mais-valia, também transformam a natureza nos meios de produção e de subsistência, produzindo toda a riqueza da sociedade. Nessa posição, têm-se os proletários, a classe revolucionária, segundo Marx. Uma obra que esclarece bem essa questão é: *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, de Lessa (2007).

<sup>32</sup> No livro de Mészáros, denominado *Para além do capital*, especialmente da p. 738 a 747, ele discute a questão dos passos necessários para a superação do capital.

Eis aí, de forma esboçada, a caracterização da relação-capital que, de forma tirânica, subordina o trabalho e a possibilidade dela ser superada de forma a ser concretizada a emancipação humana.

## 1.2 As crises cíclicas do sistema do capital

O modo de produção capitalista, periodicamente, é tomado por crises econômicas e sociais. Para Marx, elas são consideradas como “inevitáveis e inerentes” a esse sistema, mas a maioria dos economistas acreditava, (e ainda acredita), na “capacidade harmonizadora do mercado<sup>33</sup>” não lhes proporcionando, por isso, grande importância. Para outros, como David Ricardo (1772-1823) e Sismonde de Sismondi (1773-1842), elas eram concebidas “como um limite com o qual o sistema econômico deveria saber lidar” (GRESPLAN, 2008, p. 55).

Como consequência dos estudos sobre as crises, efetuados por vários economistas, diversas causas lhes foram atribuídas. Mas, diferente de Marx, eles defendiam a possibilidade de acabar com elas sem superar o modo de produção capitalista (HUBERMAN, 1986, p. 244), o que se torna impossível, pois “o conceito de crise é inseparável do conceito de capital...” (ANTUNES, 2008, p. 2).

Neste sentido, Mészáros (2002, p. 795), afirma que,

[...] não há nada especial em associar-se capital à crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos [...] sonhem com [...] exatamente isso (grifo do autor).

Alguns estudiosos do tema indicaram como causa das crises, apenas um único fator<sup>34</sup>, o que, segundo Mandel (1985, p. 309), está em desacordo com Marx, pois ele “rejeita explicitamente qualquer explicação monocausal das crises, insistindo em que são uma combinação de todas as contradições do modo de produção capitalista”. Desse modo, o autor reforça o seu ponto de vista, citando Marx, que afirma: “nas crises econômicas mundiais

---

<sup>33</sup> Conforme Gresplan (2008, p. 59), “Marx faz questão de indicar a possibilidade de crise já no nível da produção e circulação de mercadorias, refutando qualquer pretensão de que o mercado pudesse ser sempre harmônico”.

<sup>34</sup> Em relação à opinião de vários economistas sobre as causas das crises capitalistas consultar o livro do autor Huberman (1986), intitulado *História da riqueza do homem*.

todas as contradições da produção burguesa entram em erupção coletivamente” (MARX *apud* MANDEL, 1985, p. 25).

Hoje, a maior parte dos economistas acredita que as crises são fenômenos normais de um sistema dinâmico, e por isso instável, que gera, de modo natural, desequilíbrios periódicos, mas que “são corrigidos pelos mercados (com alguma intervenção dos governos...)” (ALMEIDA, 2008, p. 2).

Faz parte das leis sociais<sup>35</sup>, do modo de produção capitalista, a lei da crise, que foi formulada por Karl Marx (1818-1883). Segundo Carvalho (2002, p. 2), “numa versão sumariíssima”, essa lei pode ser descrita do seguinte modo: “por força da expansão persistente da elevação da composição orgânica do capital, a taxa geral (média) de lucro da economia tende a cair”. Daí surgem as crises de superprodução. Com o crescente aumento das mercadorias e a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, ocorre um paradoxo: mais mercadorias no mercado e menos compradores para elas, devido ao desemprego dos trabalhadores e a conseqüente restrição do consumo.

Quanto à possibilidade de resolução desse problema através do aumento de salário, Marx argumenta que, nesse caso, “o lucro só pode aumentar rapidamente se o preço do trabalho, se o salário relativo cair com a mesma rapidez.” Em seguida, prossegue afirmando que “[...] um aumento geral de salários resultaria numa diminuição da taxa de lucro [...]” (MARX, 2006, p. 57/134). Em decorrência desse processo, instala-se uma contradição básica desse sistema.

Já em 1848, em sua obra denominada *Manifesto do Partido Comunista*, Marx (2007, p. 45) nos fala sobre “a epidemia da superprodução”, sobre essas crises e como a burguesia as enfrenta. Desse modo, segundo ele,

O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.

Nesta oportunidade é importante ressaltar que, em contraposição ao pensamento de muitos, Marx não previu o colapso do sistema do capital devido as suas grandes crises, ao contrário, ele “deixou claro que o colapso da sociedade burguesa no futuro previsível era apenas uma *esperança*, de modo algum uma certeza” (MÉSZÁROS, 2004, p. 338, grifo do

---

<sup>35</sup> Segundo Carvalho (2002, p. 1), as leis que regem a economia, a sociedade e a história não são leis naturais, absolutas, mas leis sociais. Elas são construídas pelos homens e, “como acontece com toda totalidade, o modo de produção capitalista é regulado por um punhado de leis básicas, entre as quais a lei da crise”.

autor). Para este autor (2003, p. 107), baseado em Marx e em Rosa Luxemburgo, permanece a alternativa: “socialismo ou barbárie”, pois, de acordo com a visão de Marx “num futuro indeterminado os indivíduos seriam forçados a enfrentar o imperativo de fazer as escolhas certas com relação à ordem social a ser adotada, de forma a salvar a própria existência”.

Para Mészáros (2002, p. 219), “a crise do capital percebida por Marx em meados do século XIX no “cantinho europeu do mundo” por muito tempo não foi uma crise geral”. Com efeito, as crises anteriores à década de 1970, eram crises cíclicas, parciais, conjunturais, ou seja, não eram crises universais porque não atingiam todos os países e tinham uma duração limitada, diferente da crise sob a qual vivemos, a crise estrutural, uma vez que seu âmbito e duração “superam hoje os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas” (*id., ibid.*, p. 1089).

As crises conjunturais eram consideradas fenômenos normais ao sistema, que sempre retornava ao seu ponto de equilíbrio, daí recomeçando uma nova etapa de expansão. Nesse sentido o autor supracitado (1997, p. 149) afirma que,

A forma típica de crise sob o sistema capitalista é a crise conjuntural que, como dizia Marx, se compara à tempestade tropical, descarregando e, portanto destruindo, no lugar de raios e trovões, o capital excedente (sobreproduzido), permitindo a restauração do equilíbrio e o surgimento de uma nova fase de expansão capitalista. Nesse sentido, a crise conjuntural pertence à “normalidade” do modo de funcionamento do capitalismo, qual seja através de enormes flutuações que representam as crises e retomadas do avanço econômico.

Segundo Carvalho (2002, p. 3), Mandel contabilizou, de 1825 até os anos 1970, vinte crises, sendo dezenove cíclicas e uma *crise sistêmica*, que é uma crise *sincronizada* à escala mundial, ou seja, que atingiu todo o mundo e cujo início se deu na década de 1970 e que dura até hoje. Esta, de acordo com a análise de Mészáros, é considerada uma *crise estrutural* (grifo do autor).

Apesar de gerarem sérios problemas quando ocorreram, durante a fase de ascensão do capital, que segundo Mészáros encerra-se no início da década de 1970, com o início da crise estrutural, conforme registrado anteriormente, essas crises eram conjunturais, periódicas, “como foi a “Grande Crise Econômica Mundial de 1929-1933” (MÉSZÁROS, 2007, p. 356). Para ele, (2004, p. 3), essa crise “era em essência uma “crise de realização” do capital a um nível de produção e consumo absurdamente baixo se comparado com o quadro incomparavelmente mais amplo da produção como do consumo na fase posterior à Segunda Guerra Mundial”. Ao se referir às crises conjunturais ou cíclicas<sup>36</sup>, o referido autor (2002, p.

---

<sup>36</sup> É importante, ressaltar que, segundo Mészáros (2009, entrevista a Boitempo Editorial), “[...] a ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do desenvolvimento capitalista conjuntural, e continuará sendo

175), ressalta o aspecto de que nelas, apenas os limites relativos/imediatos do capital são ativados. Para ele, esses limites,

São os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital.

Esses limites constituem-se em obstáculos nem tão difíceis de serem superados, em comparação com os que o capital se depara em sua crise estrutural. Para o supracitado autor (2004, p. 3), esses limites, em cada uma das três dimensões do sistema capitalista – produção, consumo e circulação/realização - são superados com sucesso devido,

Precisamente à interação recíproca com as outras dimensões. (Por exemplo: o obstáculo imediato à produção é superado com êxito durante algum tempo através da expansão do consumo e vice-versa). [...] Ao mesmo tempo, as contradições imediatas do conjunto são não apenas transferidas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o crescimento exponencial do poder autopropulsivo do capital.

Assim sendo, durante esse tipo de crise, há condições, apesar dos impedimentos à expansão do capital, de serem superados seus limites imediatos, de serem deslocadas, com relativa facilidade, suas contradições. Este aspecto decorre do fato de que “enquanto este mecanismo vital de autoexpansão continuar a funcionar (que é também, ao mesmo tempo, o mecanismo de superação interna ou transferência mais ou menos duradoura das contradições”, (MÉSZÁROS, 2004, p. 3), se está sob uma crise cíclica. Só que, diante da situação que foi dinamizada com a sua crise estrutural, o capital encontra dificuldades crescentes no deslocamento de suas contradições, como o fazia no tempo de sua ascensão histórica. Hoje, segundo o citado autor (2002, p. 1002), fica complicada a utilização de medidas usadas anteriormente, para o deslocamento de suas contradições, como por exemplo, “a guerra total contra seus inimigos reais ou potenciais. Já não é possível exportar a violência interna na escala maciça requerida”.

Diante do exposto, fica evidente que, “pela primeira vez na história, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser “adiados” por muito tempo nem, tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem “exportados” como guerra generalizada” (*op. cit.*, p. 1002).

A época das crises cíclicas, “das grandes tempestades”, caracterizava-se pela relativa facilidade no deslocamento das contradições do sistema. Contudo, isso se alterou, pois

---

enquanto o capitalismo sobreviver”. Só que, para esse autor, em nosso período histórico, vivenciamos “[...] um tipo muito mais fundamental de crise, que se combina com crises capitalistas cíclicas, que afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo.”

segundo o autor supracitado (*id., ibid.*, p. 695/6), “as crises capitalistas sob as novas condições [...] não precisam assumir, de maneira alguma, a forma pela qual a contradição entre produção e troca “descarrega a si mesma em *grandes tempestades*” (grifo do autor).

Como consequência a forma de administrar esse tipo de crise também era bem diferente da forma de administração da crise atual, pois segundo Mézáros (2002, p. 343),

Sob as condições de sua ascendência histórica, o capital teve condições de administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do *deslocamento expansionista*. Agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos internos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável (grifo do autor).

Para o referido autor (*op. cit.*, p. 696), no contexto dessas crises conjunturais, o capital ainda não tinha desenvolvido sua capacidade de gerir suas crises de forma mais bem elaborada, a ponto de evitar as “tempestades,” a exemplo da última grande crise cíclica de 1929/33. Esse fato gerou mal-entendidos por parte de muitos intelectuais da esquerda, os quais viram nisso algo positivo. Todavia, segundo ele (*id., ibid.*, p. 696),

É esta capacidade recém-descoberta pelo capital, de evitar tempestades nas circunstâncias atuais, que foi mal compreendida [...] na verdade, porém, o “capitalismo organizado” não é em nenhum sentido menos perturbado por crises do que o assim chamado “capitalismo de crise”. Muito pelo contrário, a elaboração e o aperfeiçoamento dos métodos de “administração das crises” surgiram em resposta direta às pressões de uma crise em aprofundamento.

Uma crise não-estrutural, cíclica, conjuntural, segundo o supracitado autor (*op. cit.*, p. 798), não afeta as três dimensões do capital, dadas pela produção, consumo e circulação em seu conjunto. Para ele, essa modalidade de crise afeta “diretamente uma das três dimensões e *indiretamente*, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém colocar em questão os *limites últimos* da estrutura global” (grifo do autor). Conforme o autor, compete unicamente à crise estrutural do capital a capacidade de comprometer os limites pertinentes à estrutura global do sistema do capital.

### **1.3 A crise estrutural do sistema do capital**

De maneira geral, existe um consenso, por parte da maioria dos cientistas sociais vinculados à ideologia burguesa, quanto à defesa de uma concepção que eterniza o modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, esses intelectuais defendem a ideia de que, a partir do início da década de 1970 os países capitalistas centrais, “desenvolvidos”, enfrentam uma

crise econômica causada, principalmente, pelo excesso de gastos sociais do Estado e pelo desvio de suas reais funções, criticando sua excessiva intervenção na economia. Em razão desse fato, são chamados de *neoliberais*<sup>37</sup> ou adeptos da *Terceira Via*.<sup>38</sup>

Refletindo sobre os pressupostos pertinentes ao ideário neoliberal, a autora Peroni (2006, p. 11) argumenta que,

Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado; assim, a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

Frente à concepção defendida pelos neoliberais, admitimos o fato de ela ser predominante, não se constituindo, porém a única. Desse modo, outros autores,<sup>39</sup> inspirados em Marx – considerando-se algumas diferenças na forma de abordagem do tema, a partir de uma análise da totalidade social, a qual não privilegia aspectos isolados da sociedade – afirmam de maneira contrária daqueles supracitados, que a humanidade, desde o final da década de 1960, está vivenciando uma crise do sistema do capital.

Essa afirmação possui uma credibilidade incontestável, pois conforme Mészáros (2002, p. 817, 1079/80), até mesmo os defensores do capitalismo admitem a existência de uma grave crise que vem afetando tanto os países do Norte como os do Sul. No contexto dessa relação de crise, os últimos, devido a sua situação precária, tendo em vista a sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho e à rapina a que foram e são submetidos pelos primeiros<sup>40</sup> com o aval de suas classes dominantes nativas, sofrem muito mais as consequências da mesma. Por isso, mesmo que haja diferenças entre esses defensores do sistema quanto ao fato de ser essa uma crise do Estado ou do capitalismo, o que não se pode negar é a sua abrangência, duração e profundidade.

---

<sup>37</sup> Os *neoliberais* são os teóricos adeptos do “neoliberalismo,” que se constitui numa estratégia do capital para o enfrentamento de sua crise através da implantação de reforma da economia e do Estado, que inclui medidas como: liberalização do comércio, privatizações, cortes nas políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, entre outras que contribuíram para incrementar o desemprego e a desigualdade social. O neoliberalismo, como doutrina, nasce após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos estudos de vários economistas, sendo seu principal teórico, Friedrich von Hayek (1899-1992).

<sup>38</sup> A *Terceira Via* consiste na corrente política ligada à *London School of Economics*, liderada por Antony Giddens, que critica o neoliberalismo e o socialismo e defende, entre outras medidas, a necessidade de um “pacto social”, as ações voluntárias dos indivíduos e grupos sociais, a responsabilidade empresarial, a institucionalização dos sindicatos colaboracionistas e as parcerias público-privadas. Para Mészáros (2003, p. 108), no entanto, esse ideário político significa a “aceitação submissa da ordem dominante”.

<sup>39</sup> Entre outros autores que têm abordagens semelhantes, destacam-se Mészáros (2002), Harvey (1989), Antunes (1999) e Coggiola (2002).

<sup>40</sup> Neste sentido, mostrando a subjugação e o domínio imperialista dos chamados “países do Sul” pelos “países do Norte”, da era colonial até os tempos modernos, uma referência é o excelente livro de Chomsky (1993), denominado *Ano 501 – a conquista continua*.

Para o mencionado filósofo húngaro István Mészáros, autor que, no nosso entender, na esteira de Marx, se detém nos aspectos mais centrais na análise do modo de produção capitalista e de sua crise contemporânea, toda a humanidade está a sofrer as terríveis consequências dela.<sup>41</sup> Nesse sentido, fundamentalmente para ele, esta crise se constitui uma crise estrutural do capital, possuindo por isso diferenças das anteriores, tanto em relação ao seu âmbito de ação - uma vez que atingiu o sistema do capital em seu todo, inclusive o próprio Estado,<sup>42</sup> - quanto a sua duração - vem prolongando-se por mais de trinta anos.

A crise estrutural do capital, segundo a concepção de Mészáros (1989, p. 73), irrompeu no início da década de 1970, mas seus sinais já eram evidenciados no pós Segunda Guerra Mundial, devido à adoção geral nesse período da produção militar - o chamado “complexo militar-industrial<sup>43</sup>” - que se constituiu uma das estratégias, segundo o citado autor, para solucionar a crise de superprodução que açoitava o sistema do capital.

A crise atual, conforme Mészáros (2002, p. 796), apresenta-se como uma novidade, sendo diferente das anteriores, pelos seguintes aspectos:

- (1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho [...]);
- (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: [...] quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (grifo do autor).

Em relação a sua origem e ao espaço onde está incluída, Mészáros (2002, p. 798) afirma que a crise estrutural do capital “não se origina por si só em alguma região misteriosa.” [...] ela “reside dentro e emana” das três dimensões principais do capital. Segundo esse autor, enquanto as dimensões do sistema do capital, dadas pela produção,

---

<sup>41</sup> Uma das mais trágicas consequências dessa crise, que tem atingido, de forma indiscriminada, tanto os países do Norte como os dos Sul, além dos trabalhadores qualificados e os não-qualificados, é o desemprego crônico, estrutural. Neste sentido, consultar o livro *Para além do capital*, de Mészáros (2002), sobretudo o item 5.4.

<sup>42</sup> Segundo Mészáros (2006, p. 23), com a crise estrutural, se *acentua* o papel do Estado, o qual deve exercer, por força das circunstâncias, um controle maior sobre o trabalho. Na verdade, o Estado cumpre esse papel devido a sua “determinação interna como estrutura de comando político do sistema do capital em si” [...], uma função intrínseca a sua natureza e que o faz imprescindível ao capital, em qualquer período do capitalismo. Ele administra a crise e ao mesmo tempo é afetado por ela (grifo nosso).

<sup>43</sup> Mészáros (1997, p. 151) cita duas formas “dissipadoras de riqueza” assumidas obrigatoriamente pelo capital: “o complexo industrial militar,” cuja razão de existência “não é o militarismo em si, mas a necessidade crescente de destruir riquezas” [...] e a “taxa decrescente de utilização,” que é “a tendência dos bens, serviços, maquinarias e força de trabalho, se tornarem supérfluos em proporções crescentes.”

consumo e circulação/distribuição/realização estiverem funcionando normalmente, não há nenhuma crise estrutural. Continuando, insiste no fato de que, mesmo havendo “disfunções” que ocorrem em cada uma delas, este aspecto não deve ser confundido com uma crise estrutural, pois essa possui diferenças radicais por ser “uma crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais” (*id., ibid.*, p.798/9, grifo do autor).

Para o citado autor (2002, p. 798), pode haver outros tipos de crises, como as cíclicas, que não afetam as três dimensões em conjunto; e, portanto, não coloca “em questão os limites últimos da estrutura global”. Desse modo, segundo ele (*id., ibid.*, p. 799), apenas se pode falar em crise estrutural do capital, quando,

[...] a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de *deslocamento de contradições* (grifo do autor).

Conforme o autor supracitado (*op. cit.*, p. 778), a fase de ascensão histórica do sistema do capital termina na década de 1970 com o aflorar da crise estrutural. O capital, durante essa fase de ascensão pôde, mesmo no interesse de sua autorreprodução, criar condições de riqueza material e espiritual impensáveis em épocas anteriores, devido ao seu dinamismo irrefreável, proporcionando um grande avanço produtivo<sup>44</sup> e tornando vislumbrável a possibilidade de atendimento das necessidades humanas, mesmo que na prática, a maior parte da humanidade não tivesse usufruído desse avanço (*id., ibid.*, p. 222). Porém, com o fim desta etapa progressista ele se depara com barreiras grandiosas a sua expansão. Neste sentido, o autor (*id., ibid.*, p. 946), afirma que,

A “hora da verdade” só chega quando a necessidade de expansão encontra obstáculos significativos, como os que experimentamos em nossa época. O fato de que, em tais circunstâncias, as dificuldades de expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando de forma mais cruel a satisfação

---

<sup>44</sup> Segundo Mészáros (2004, p. 7), Marx ainda podia se referir à “vitória civilizadora do capital”, se referindo a sua grande produtividade. Mas, hoje, a regressão do sistema revela-se em seu imenso desperdício, à proporção que o capital fica mais perto dos limites do seu potencial produtivo. Para ele, as tendências que sinalizam em sentido oposto àquela antiga produtividade do capital são: “1- a incontrolável procura de recursos – [...] que ignora e passa por alto de todas as consequências para o futuro [...]; 2 - [...] a necessidade imanente a cada vez mais irracional concentração e centralização do capital, que contribui [...] para a produção do “subdesenvolvimento” não apenas da “periferia”, mas também no seu reino “metropolitano”[...]; 3 - o impulso acelerado para a multiplicação do valor de troca, antes simplesmente separado do valor de uso, mas agora abertamente oposto a ele; 4 - o pior tipo de desperdício, o desperdício das pessoas, ou então a forte produção de uma “população supérflua” [...].

das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a “contradição viva”.

Para o referido autor (2002, p. 226), o fim da ascendência histórica do capital reside no fato de o sistema global do capital ter atingido seus limites absolutos, o que determinou a irrupção da citada crise.<sup>45</sup> Para ele (1997, p. 149), os limites absolutos são aqueles que “não podem ser superados pelo próprio sistema”. Eles fazem parte do funcionamento do capital em sua fase destrutiva – a atual -, e avançam junto com a sua autorreprodução, aprofundando-se. De acordo com esse autor, esses limites se expressam de quatro formas: o antagonismo estrutural entre os Estados nacionais e empresas de capital transnacional; o crescente ataque ao meio ambiente refletido no uso perdulário dos recursos finitos e desrespeito às leis ambientais; a causa da emancipação feminina e o desemprego crônico. Cada uma dessas formas inclui uma série de grandes contradições, e são insuperáveis porque “em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

Devido ao fato desses limites terem aflorado, o citado autor (*op. cit.*, p. 217) afirma que “já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico”, tendo em vista que “a margem do deslocamento das contradições do sistema se torna cada vez mais estreita”, e também, ao fato de estar sob o controle das “personificações do capital<sup>46</sup>”, um poder destrutivo, que no passado era inconcebível, e que tem capacidade para atingir toda a humanidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 219).

Embora, no contexto histórico atual posições catastróficas sejam comuns, devido ao agravamento das condições de vida da maioria da humanidade, em que a abissal desigualdade social só aumenta, contradizendo as promessas de um crescente progresso para todos,<sup>47</sup> faz-se necessário frisar que apesar da deterioração social crescente, não se pode

---

<sup>45</sup> As crises econômicas são inerentes ao capitalismo, e como afirma Maceno (2005, p. 99), baseado em Mézáros, “[...] se consubstanciam em uma queda do padrão de acumulação e em uma superprodução.” Com a crise estrutural, a situação torna-se mais problemática, pois além da queda da taxa de lucro e do fenômeno de superprodução, tem-se a ativação dos limites absolutos, os quais não podem ser superados “expandindo-se a eficiência produtiva do capital, dado o seu caráter eminentemente destrutivo” (*id.*, *ibid.*, p. 100). A gravidade da crise é de uma dimensão tão imensa, que “depois de desestruturar grande parte do Terceiro Mundo e eliminar os países *pós-capitalistas* do Leste Europeu, ela afetou também o centro do sistema global de produção do capital” (ANTUNES, 1999, p. 32, grifo do autor).

<sup>46</sup> É Marx (1988) quem denomina o capitalista de “personificação do capital,” e como tal ele não é livre, “é apenas uma engrenagem” do sistema, cumprindo as “leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas” (MARX, 1988, p. 163, v. II, Livro I).

<sup>47</sup> Segundo Mézáros (2007, p. 89/90), no pós Segunda Guerra Mundial, as previsões otimistas sobre o pleno emprego, sobre a certeza de que os países do “Terceiro Mundo” chegariam ao mesmo nível dos países de “Primeiro Mundo” eram consideradas certezas que foram esquecidas “à medida que, com o surgimento da crise

afirmar que o colapso do sistema do capital é iminente. Acerca disso, Mészáros (2002, p. 1089), argumenta que [...] é “excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso”. Para o autor, apesar de ser visível o aprofundamento da destruição imposta à humanidade, tanto em relação à natureza quanto ao modo desumano com que é tratada a espécie humana, sem nenhuma consideração em relação às suas necessidades mais básicas, fica sempre a alternativa: socialismo ou barbárie (MÉSZÁROS, 2007, p. 227).

Em relação à situação de deterioração social que é infligida à maioria da humanidade, tanto nos países centrais, como nos periféricos, o jornalista liberal-progressista Greider (1997), descreve em seu livro intitulado *O mundo na corda bamba: como entender o crash global*, algumas consequências da crise do sistema do capital, ressaltando: os ataques às conquistas sociais em vários países da Europa, a degradação social nos Estados Unidos, a situação dos “jovens europeus e americanos sem trabalho e sem perspectivas em relação ao futuro” (*op. cit.*, p. 379), a desintegração da classe média, o agravamento da exploração dos trabalhadores com o ressurgimento de formas de exploração do início da Revolução Industrial, o desemprego em países como a Suíça (*op. cit.*, p. 70), o domínio do comércio mundial por poucas empresas (*op. cit.*, p. 216), a proteção e a promoção dos interesses do capital pelo Estado (*op. cit.*, p. 440) e a perda de empregos por pessoas com alta qualificação, com a promessa de “subir na vida” negada (*op. cit.*, p. 142, 143, 434).

É importante ressaltar que, de acordo com Mészáros (2002, p. 526), o temor de que o capital possa um dia encontrar seu limite absoluto é antigo, vindo desde “a teoria liberal / burguesa, desde Adam Smith” e que hoje, “este medo transforma-se numa realidade inevitável”. Prosseguindo em sua reflexão, o autor assevera que se faz necessário reconhecer que os limites absolutos do capital foram ativados, pois nesse fato estão embutidas possibilidades destrutivas, mas também, de acordo com ele, é necessário “introduzir algumas ressalvas, a fim de se evitar mal-entendidos e ilusões de falso otimismo com relação à saída da crise” (*id.*, *ibid.*, p. 219).

As ressalvas mencionadas por Mészáros (*id.*, *ibid.*, p. 220) são as seguintes:

Em primeiro lugar [...] a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas do seu modo de controle sociometabólico. Em segundo lugar (o que é bem menos tranquilizador), é preciso fazer a ressalva de que não devemos imaginar que o incansável impulso do capital

---

estrutural do capital, o monetarismo neoliberal assumia a posição de orientador ideológico até então ocupada pelos sumos sacerdotes da salvação keynesiana.”

de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que tente de tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais.

Para Mézáros (2002, p. 220), com o recrudescimento das já graves *contradições*<sup>48</sup> do sistema do capital e a crescente *dificuldade de seu deslocamento*<sup>49</sup> a intervenção do Estado é cada vez mais requerida –, e as medidas legislativas decretadas demonstram esse fato. Porém, vale ressaltar que essa intervenção nunca deixou de existir, tendo em vista o fato de ser imprescindível, já que “o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado” (MÉSZÁROS, 2003, p. 29). Contudo, devido à implosão da crise estrutural essa “ajuda externa” está sendo insuficiente “referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer” (*id., ibid.*, p. 30/31).

Para o referido autor (2002, p. 330), enquanto o capital busca ampliar sua margem de manobra, tentando deslocar suas contradições, essa se estreita cada vez mais com a instalação da crise, já que sob os seus efeitos,

Até mesmo os elementos parcialmente favoráveis da equação histórica entre capital e trabalho têm de ser derrubados em favor do capital. Assim, não somente deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivos para o trabalho [...] mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação. É por isso que o “Estado de bem-estar” está hoje não só em situação tão problemática, mas, para todos os efeitos, morto.

De acordo com o supracitado autor (*op. cit.*, p. 800/272), a crise estrutural atinge todas as dimensões da sociedade e não só a área econômica. Nessa direção, a *crise das instituições políticas*<sup>50</sup> já vem se manifestando há algum tempo, o que é revelado pelo “desaparecimento ignominioso do Estado do bem-estar social”. A crise afeta também “todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital.” Sendo assim, as instituições que contribuem para a reprodução dos valores burgueses como: a família, a igreja e as

---

<sup>48</sup> Segundo Mézáros (2003, p. 19/20), é inerente ao sistema capitalista, uma série de contradições, tais como: produção e controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; divisão entre os países do Norte e os do Sul; produção e destruição; expansão do emprego e geração do desemprego, entre outras, sendo que “na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho [...]”

<sup>49</sup> A dificuldade do deslocamento das contradições pelo capital, em tempos de sua crise estrutural, fica cada vez mais problemática “quanto mais globalmente entrelaçado se torna o sistema do capital,” pois é patente “que não dispomos de órgãos políticos internacionais viáveis que possam reparar as consequências negativas claramente visíveis das atuais tendências de desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2007, p. 360/362). Um exemplo emblemático dessa dificuldade é a Organização das Nações Unidas (ONU), supostamente criada para resolver os conflitos internacionais, mas que é sempre desconsiderada pela potência maior, os Estados Unidos, em direção dos seus interesses, pois foi sempre “guiada pelas ideias políticas norte-americanas” (SCHURMANN *apud* ARRIGHI, p. 68).

<sup>50</sup> Para saber mais sobre a crise estrutural da política, consultar o livro de Mézáros (2007), nomeado *O desafio e o fardo do tempo histórico*, sobretudo o item 10.3.

*instituições de educação formal, também se encontram em crise. Segundo esse autor (id., ibid., p. 994/5), a esse respeito temos que,*

Simultaneamente, algumas das instituições mais fundamentais da sociedade são atingidas por uma crise nunca sequer imaginada. O poder da religião no Ocidente evaporou-se quase que completamente há muito tempo, mas este fato tem sido mascarado pela persistência de seus rituais e, sobretudo, pelo funcionamento efetivo de religiões-substitutas [...] a crise estrutural da educação tem estado em evidência há já um número de anos nada desprezível. E aprofunda-se a cada dia, ainda que essa intensificação não assuma a forma de confrontações espetaculares. E a mais importante de todas as crises: a virtual *desintegração* da família atual – esta célula da sociedade de classes – [...]. (grifo do autor).

Para administrar essa crise de proporções tão imensas, que segundo Mészáros (2007, p. 108), tem como parte integrante até a derrocada do sistema soviético, quais os problemas/contradições que teriam de ser enfrentados? Vislumbra-se a possibilidade de sucesso na resolução desses problemas? Para esse autor, (2002, p. 808) os problemas/contradições são:

- (1) As contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do “complexo industrial-militar” e do sistema de corporações transnacionais;
- (2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital;
- (3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes [...] colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida [...] e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial;
- (4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação [...] ao lado das contradições geradas dentro dos países “metropolitanos” pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais “expatriados.”

Devido à magnitude dessas contradições num contexto de crise estrutural, quando para o capital fica difícil “perseguir a linha de menor resistência”<sup>51</sup> (*id. Ibid.*, p. 807), e suas tendências contemporâneas de desenvolvimento não são orientadas para a resolução dessas contradições, mas ao contrário, só tendem ao seu exacerbamento, soa irônico ou irreal pensar na possibilidade de superá-las. Desse modo, “o mais provável é [...] continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais [...]” (*id. Ibid.*, p. 810). Além disso, para esse autor (*id., ibid.*, p. 808),

<sup>51</sup> Para Mészáros (2002, p. 897), os partidos social-democratas reformistas, os stalinistas e não-stalinistas, do movimento dos trabalhadores, seguiram a linha de menor resistência e fracassaram, quando os primeiros pretenderam reformar o capitalismo, querendo uma mudança gradual do mesmo até chegar ao socialismo, os segundos, apesar de pós-capitalistas, não superaram o capital, e os últimos também falharam, pois, “tentaram “reestruturar” a ordem existente sem nada mudar em sua estrutura de comando hierárquica e exploradora”. Ainda segundo esse autor, o capital sempre segue a linha de menor resistência para superar os obstáculos a sua reprodução, optando por uma linha de ação “que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas” (*op. cit.*, p. 679/680).

A severidade da crise é acentuada pelo efetivo confinamento da intervenção à esfera dos *efeitos*, tornando proibitivo atacar as suas *causas*, graças à “circularidade” do capital, [...] entre Estado político e sociedade civil, por meio da qual as relações de poder estabelecidas tendem a se reproduzir em todas as suas transformações superficiais (grifo do autor).

Como não se elimina as causas dos problemas, o que iria de encontro à razão de ser do capital, esses se acumulam. Por isso, como afirma Paniago (2007, p. 59), baseada em Mészáros,

[...] as contradições, por estarem fundadas no quadro estrutural do sistema, colocam sempre novos problemas a serem contornados, os quais aparecem como uma imposição de restrições e limites à sua reprodução expandida. E, numa situação de crise estrutural, mesmo as ações remediadoras com alguma eficiência no passado têm que ser retomadas em função das “margens em contração” dos ajustes requeridos. Permanecendo a causalidade antagônica do sistema, também permanecem e se multiplicam as contradições correspondentes, uma vez que o sistema do capital não pode enfrentar as causas como causas sem questionar sua própria razão de existência.

Todas as tentativas realizadas na direção de resolver os problemas, segundo Mészáros (2002, p. 801/2), gerados pela própria lógica do capital, a qual consiste na sua autorreprodução ampliada, na sua sanha expansiva, sem consideração pelas necessidades humanas, mas ao contrário, encontrando nessas seu obstáculo, e que se agravam sob sua crise estrutural<sup>52</sup>, “nem sequer arranham a superfície do problema”. Assim, surpreendentemente, o que vemos são absurdos como as despesas militares grandiosas, expressas em bilhões, trilhões de dólares, enquanto “*os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes*”, e, contudo, “até mesmo tais somas e cortes estão muito longe de ser suficientes para permitir ao capital seguir imperturbável o seu caminho: uma das provas mais evidentes da crise de dominação”<sup>53</sup> (*id., ibid.*, p. 801, grifo nosso).

As estratégias utilizadas pelo capital para a resolução de suas contradições no passado tornam-se insuficientes, hoje, devido a sua crise estrutural. Isso acontece porque, segundo o supracitado autor (*op. cit.*, p. 343) “agora estamos diante não apenas dos antigos antagonismos do sistema, mas também da condição agravante de que a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável”.

---

<sup>52</sup> Para Mészáros (1989, p. 66), no momento de uma crise estrutural “o capital não está mais em posição de fazer concessões, que possa simultaneamente transformar em vantagens suas”. Isto decorre do fato de o capital ter esgotado suas possibilidades, ao entrar em sua fase de decadência histórica, deparando-se com seus limites absolutos.

<sup>53</sup> De acordo com Mészáros (2002, p. 801), “o sistema de dominação está em crise porque sua *raison d'être* e sua justificação histórica desapareceram, e já não podem mais ser reinventadas, por maior que seja a manipulação ou a pura repressão”.

Sendo assim, em relação a uma primeira estratégia, referente ao complexo industrial-militar, ocorre que a possibilidade de se utilizar uma parte dos gastos astronômicos destinados às despesas militares<sup>54</sup> para o atendimento das necessidades sociais torna-se irrealizável. Esta condição deve-se ao fato desse complexo industrial-militar, ser “antes manifestação e efeito do que causa das profundas contradições estruturais do capital “avançado”, e também devido ao seu descomunal peso econômico e poder estatal (MÉSZÁROS, 2002, p. 809). Nessa direção, segundo esse autor (*id., ibid.*, p. 809), enquanto não for encontrada,

Uma alternativa estrutural para lidar com os fundamentos causais das contradições aqui mencionadas e que foram deslocadas com sucesso, a esperança de uma simples realocação dos recursos prodigiosos, agora investidos no complexo industrial-militar, fatalmente será anulada pelas determinações causais prevalecentes.

É importante ressaltar a importância do complexo industrial-militar para a economia do sistema do capital. Nesse sentido, Mézáros (1989, p. 74) afirma que o mesmo foi o verdadeiro responsável, no pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos países de capitalismo avançado, pela expansão da base material desse sistema, sendo o Keynesianismo complementar a ele. Para esse autor (2002, p. 1073), em tempos de crise estrutural, chega-se a uma época, em que a multiplicação da demanda dissipadora desse complexo não é mais sustentável e que “as opções teriam de ser feitas entre os gastos militares e os de consumo”.

Em relação a uma segunda estratégia, relacionada à tentativa ilusória de solução do problema antigo e crônico do “subdesenvolvimento” de alguns países a exemplo do denominado “Terceiro Mundo”, pelos países dominantes, o objetivo é expandir seu capital para os primeiros. Contudo, para Mézáros (2002, p. 810), os países do “Terceiro Mundo” já estão integrados “ao mundo do capital, e cumpre nele várias funções vitais”. Em razão disso, segundo ele (*id., ibid.*, p. 810), o que se verifica é que todas as propostas neste sentido são irreais, pois,

Ignoram sistematicamente que é absolutamente impossível manter os pés nas duas canoas: manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital avançado (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um vasto território de subdesenvolvimento forçado) e,

---

<sup>54</sup> Segundo Dias (2008, matéria online), mais de 850.000 milhões de euros foi a quantia dos gastos militares no ano de 2007 em todo mundo. Os Estados Unidos são responsáveis por 45% do total mundial, acompanhado do Reino Unido e da China. Os dados foram revelados pelo Instituto Internacional de Investigação para a Paz (SIPRI), no seu relatório anual intitulado “Armamentos, Desarmamentos e Segurança Internacional”. O SIPRI informa também que a venda de armas aumentou 8% em apenas um ano, sendo que também neste aspecto os norte - americanos dominam completamente. O absurdo de tudo isso, segundo Dias, é que na última reunião da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) os governos se comprometeram a destinar 4.500 euros para a luta contra a fome, ou seja, o mundo gasta cerca de 190 vezes mais dinheiro em armas do que no combate à crise de alimentos.

ao mesmo tempo, impelir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida.

No que se refere ao aspecto da situação dos países chamados de “Terceiro Mundo” em relação aos países do “Primeiro Mundo”, um ponto importante que merece ser evidenciado é que, segundo Mészáros (2002, p. 1074/75) a industrialização dos primeiros, atingiu no pós-guerra, um determinado patamar, mesmo que subordinada aos interesses do capital ocidental, objetivando não atender as necessidades da população empobrecida, “mas prover escoadouros irrestritos para a exportação de capital e gerar nos primeiros tempos níveis inimagináveis de superlucro sob a ideologia da “modernização” e a eliminação do subdesenvolvimento”. Para ele, embora se fale em “dependência” e “ajuda para o desenvolvimento”, “o capital ocidental tornou-se muito mais dependente do “Terceiro Mundo”- de matérias primas, energia, mercados de capital e superlucros avidamente repatriados – do que o contrário”. Embora em seu início essa industrialização tivesse sido manipulada, ela conseguiu um desenvolvimento local, o que gerou “uma contradição irreconciliável entre a dinâmica local e os objetivos “metropolitanos” originais”. Por sua vez, os problemas internos dessas “economias em desenvolvimento”, devido ao contexto de crise estrutural, se multiplicam, sendo expressos tanto no fracasso de muitas “estratégias de desenvolvimento”, como na “freada da originária espetacular taxa local de expansão”.

Em relação, particularmente, ao Brasil, o que se percebe é que ocorre um processo de desindustrialização, acompanhado da destruição de postos de trabalho e da geração de empregos de baixa qualidade, como compensação (KLEIN *apud* FURTADO, 2003, p. 230). Esse país, apesar de sua posição superior, em relação a outros países da América Latina, apesar de seus êxitos, continua sendo um país de “Terceiro Mundo”, é “subdesenvolvimento industrializado, uma situação em que os avanços no terreno industrial são pagos ao custo da fragmentação e da fraqueza das conexões interativas entre os distintos setores da economia e da sociedade”. Coexistem, lado a lado, modernidade e pobreza, progresso técnico e divisão social, “se fortalecendo, reciprocamente, em um paradoxo aparentemente sem fim” (PIPITONE *apud* COGGIOLA, 2005, p. 94/5).

Portanto, tendo em vista a intervenção se manifestar sobre os efeitos e não sobre as causas dos problemas/contradições, esses vão se acumulando e no contexto de crise estrutural, nos deparamos com um quadro de profunda “reversão civilizatória da lógica do capital”, na oportuna expressão de Alves (2001, p. 98).

Submersos numa situação de regressão social, os trabalhadores são grandemente afetados, tanto em relação à precarização das relações de trabalho, como no que diz respeito às dificuldades impostas a sua organização para defesa dos seus interesses. Neste sentido, Mézáros (2002, p. 824), assevera que,

O estreitamento da margem de acumulação lucrativa do capital afetou grandemente as perspectivas do movimento dos trabalhadores até mesmo na maioria dos países do capitalismo avançado. Não apenas piorou o padrão de vida da força de trabalho em emprego formal (para não mencionar as condições de milhões de pessoas desempregadas e subempregadas), mas, [...] também reduziu as possibilidades da sua ação autodefensiva, como resultado da legislação autoritária imposta às classes trabalhadoras pelos seus parlamentos supostamente democráticos.

O mais agravante disso tudo é que não há perspectiva de solução da crise, apesar das estratégias elaboradas pelos representantes do capital neste sentido, expressas na chamada “Globalização”, “Neoliberalismo” e na atual Reestruturação Produtiva, as quais serão analisadas no segundo capítulo desta dissertação.

Sob essa crise, apesar das “soluções quixotescas”,<sup>55</sup> segundo o referido autor (2002), que são propostas para a resolução dos problemas sociais que se multiplicam, contrariamente ao pretendido, as dificuldades se intensificam, pois, segundo esse autor (*id., ibidem.*, p. 916),

O sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência, muito menos para expandir, de acordo com a necessidade crescente, o Estado de bem - estar social, que não há muito tempo chegou a constituir sua finalidade justificadora.

A crise estrutural, segundo Coggiola (1996, p. 263), revelou as limitações históricas do sistema do capital em sua atual fase histórica. Mesmo havendo oscilações na área produtiva, “não há possibilidades de uma nova expansão histórica das forças produtivas capitalistas”, pois todos os problemas acumulados há bastante tempo não foram resolvidos, como o desemprego e a dívida externa. Para ele, “o capitalismo usou a fundo as possibilidades do gasto armamentista, do desenvolvimento parasitário, do desenvolvimento artificial das nações atrasadas com vistas a criar mercados para seus capitais e mercadorias”, esgotando nesse processo seus recursos.

---

<sup>55</sup> As “soluções quixotescas” são adotadas com empenho em várias áreas da sociedade. Assim, na educação temos “amigos da escola”, uma campanha visando mobilizar a sociedade para ajudar as escolas que foram deixadas ao relento pelo poder público; em relação à fome que se alastra, tivemos as campanhas contra a fome, como a do Betinho – “Ação da Cidadania” –, e outras mais, disseminando-se a esperança ingênua de acabar com a fome; para acabar com o desemprego, temos, não só no Brasil, mas também na Suécia (COHEN *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 328), o “[...] investimento em pequenas empresas e programas educacionais”. Em relação a esse tipo de ação, Mézáros (2002, p. 328), afirma que: “Como bem acentuou Straughton Lynd, o slogan muito anunciado de “educação” e “retreinamento” – sem a correspondente base industrial em expansão dinâmica, e ainda mais sob circunstâncias da “racionalização” capitalista contracionista – significa que “no ano que vem um de nós se vai” (grifo nosso).

Mesmo assim, o atendimento das necessidades da maioria da população é prometido por candidatos, durante as campanhas eleitorais, como também pelos governantes, de forma isolada, sem uma explicação de onde viriam os recursos para a execução de tal promessa. Desse modo, uns prometem fazer uma “revolução pela educação”, outros prometem criar um sistema de saúde decente, mas as promessas nunca são realizadas, e muito menos o serão, numa situação de crise estrutural, pois, como afirma Mészáros (2002, p. 818),

[...] as demandas mais urgentes de nossa época, que correspondem às necessidades vitais de uma grande variedade de grupos sociais – empregos, educação, assistência médica, serviços sociais decentes, assim como as demandas inerentes à luta pela liberação das mulheres e contra a discriminação racial -, podem, sem uma única exceção, ser abraçadas sem restrições por qualquer liberal genuíno. Entretanto, é absolutamente diferente quando não são consideradas como questões singulares, isoladamente, mas em conjunto, como partes do complexo global que constantemente as reproduz como demandas não realizadas e sistematicamente irrealizáveis.

Em relação às demandas que não podem ser realizadas, para *todos*, temos, a exemplo, o caso do presidente norte-americano, Bill Clinton, que ao ser empossado, em 1992, prometeu, aos seus eleitores, uma série de reformas, como por exemplo, reconstruir o sistema público de ensino precarizado, tornando-o “um sistema eficiente de formação” e garantir o atendimento do seguro saúde para *todo* cidadão no futuro. Só que esses projetos “dependiam de despesas públicas adicionais”, e poderes maiores impediram a concretização de tais reformas (SCHUMMAN; MARTIN, 1996, p. 100, grifo nosso). Atualmente, a história se repete com o atual presidente norte-americano Barack Obama, que também promete reformar o sistema público de ensino e atender a grande parte da população americana “que não possui nenhum plano de saúde, público ou privado” (FAVARO, 2009, p. 85). Segundo Mészáros (2007, p. 289), a mudança de governo, sempre tão esperada, reproduz os mesmos resultados insuficientes, e isso não deveria ser surpresa, pois “as razões pelas quais as instituições políticas [...] resistem com êxito a mudanças significativas para melhor é que elas mesmas são parte do *problema* e não da *solução*” (grifo do autor).

Não se procura as reais causas dos problemas que se avolumam em todas as esferas da sociedade, atribuindo sua existência à corrupção, ao roubo, a má administração etc. Neste sentido, Mészáros (2002, p. 916), afirma que,

As *causas reais* das inegáveis dificuldades são, então, concebidas como os *efeitos evitáveis* das ações “indisciplinadas”, “ineficientes”, “de roubo” etc. de indivíduos passíveis de punição e que devem ser induzidos a aceitar a “rígida disciplina” do mercado como seu “dever moral” (grifo do autor).

Ocorre, porém, que a mistificação ideológica não detém absolutamente a crise e, por isso, estamos experienciando seu desdobramento efetivo na atualidade, com suas implicações

na área financeira.<sup>56</sup> A crise na área financeira teve início nos Estados Unidos em 2007, se disseminando em seguida por todo o planeta. No bojo dessa crise, como sempre são principalmente os trabalhadores os mais afetados, pois eles já vêm suportando as suas danosas consequências há muito tempo e agora, estão colhendo os frutos amargos dos fatos recentes. Nesse sentido, estão sendo atingidos com demissões (o que vem agravar a situação do desemprego estrutural que atinge tanto os países centrais como os periféricos, intensificando seus nefastos efeitos, como o aumento da violência, a perda da autoestima e do sentido de viver, principalmente, entre os jovens), e com perspectivas de mais cortes de postos de trabalho e no orçamento dos governos, que atingirão, principalmente, a área dos serviços sociais, já tão debilitada.

No que diz respeito ao desemprego no sistema do capital, embora ele seja um fato característico desse sistema, criado pelo próprio modo de produção, os seus crescentes índices acarretam graves problemas para o desenvolvimento do próprio sistema, que se baseia na acumulação e é guiado pela expansão, pois a necessidade de ter consumidores para as mercadorias produzidas torna-se problemática com a escassez dos mesmos, causada pela própria lógica do sistema, poupadora de trabalho. Aí reside o ponto crítico – “o nó górdio”- da crise estrutural do capital, segundo Paniago (2007, p. 41), baseada em Mészáros.

O desemprego crônico e crescente do sistema do capital demonstra que esse tipo de sociabilidade é inviável, o que vem confirmar as palavras proferidas, no final da década de 1950, por um dos seus abnegados defensores, o sociólogo francês Raymond Aron (1905-1983), para quem “[...] se o número de desempregados é muito grande, então o regime é injustificável. Se o capitalismo comportasse, permanentemente, uma fração importante de mão-de-obra sem emprego, estaria evidentemente, condenado” (ARON, 1981, p. 96).

O desemprego, entre os jovens latino-americanos, vem aumentando de forma contínua, nos últimos dez anos, segundo os dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). No Brasil, entre 1995 e 2005, o desemprego desses jovens aumentou de 11,4% para mais de 19%. Segundo essa Organização, para 1/3 dos latinos americanos que trabalham, entre 15 e 24 anos, ter um emprego não significa sair da pobreza, já que

---

<sup>56</sup> Na verdade, é bom ressaltar, para não se resumir toda a crise ao aspecto financeiro, como muitos fazem, que “a crise produtiva, marcada pela queda de lucros, é refletida de modo ampliado na crise financeira” (GRESPLAN, 2008, p. 65). Além da área financeira, segundo Mészáros (2008, p. 6) “também os *setores produtivos* da indústria capitalista estão com sérios problemas” [...]. Referindo-se, particularmente, à indústria automobilística, esse autor afirma que “a imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro, especialmente nas últimas três ou quatro décadas, é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria* e as resultantes perturbações que se levantam com a absolutamente letárgica acumulação de capital (e na verdade acumulação fracassada) naquele campo produtivo da atividade econômica” (grifo do autor).

continuam ganhando menos de US\$ 2,00 por dia. Para a OIT, essa crise é mundial, gerando “a alimentação do tráfico de drogas ou crime organizado e apoio a terroristas, em algumas regiões” (GLOBO.COM, em 29/10/06). Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou que 46% dos jovens brasileiros vivem na pobreza e desde cedo abandonam a escola para procurarem um trabalho que ajude na renda familiar (UOL NOTÍCIAS, em 24/09/2008).

Em relação à situação do desemprego em termos mundiais, que, como explicitado anteriormente, atinge também os países do Norte, a previsão é de agravamento dessa situação, pois, segundo a afirmação do Diretor-geral da Organização Mundial do Trabalho (OIT), Juan Somavia, está previsto o fechamento de 20 milhões de postos de trabalho no mundo. De acordo com ele, a previsão de 210 milhões de desempregados até o final de 2009 pode estar subestimada, pois não se sabe como será a evolução da crise. Segundo esse diretor “se temos enormes recursos para resgatar o sistema financeiro, não podemos dizer que não há esses recursos para salvar o povo, porque é o povo que vai sofrer os danos da crise” (ÚLTIMO SEGUNDO, em 20/10/08).

Com a fase de agudização da crise, torna-se patente a incapacidade dos representantes do capital em explicá-la. Como estão desnorteados, procuram culpabilizar ou algumas personalidades<sup>57</sup> ou o modelo neoliberal americano.<sup>58</sup> Contudo, não apontam saídas para a sua superação. Por sua vez, como assevera Fiori (*apud* MEDEIROS, 2009, p. 2), uma “esquerda” incompetente, através de suas políticas, defende,

Um desenvolvimento acelerado do capitalismo, como melhor forma de distribuir a riqueza sem tocar na propriedade. E como consequência passou a defender e praticar as políticas econômicas que favorecessem ao aumento da lucratividade do capital [...] desde que estimulassem ou permitissem o aumento da produção, da possibilidade de uma redistribuição fiscal a favor do mundo do trabalho e de mais proteção social.

O que não se reconhece é que, tanto os trabalhadores como a burguesia estão sob o poder do capital, sendo “a classe trabalhadora [...] um acessório do capital”, não sendo o trabalhador assalariado realmente livre e o capitalista, que é “personificação do capital,” também está preso às “leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas” (MARX, 1988, p. 150 e 163).

O desenvolvimento da luta de classes se dá nessa realidade, das leis inflexíveis do sistema do capital, sendo que a burguesia está sempre “lutando para mantê-las e reforçá-las, e

---

<sup>57</sup> Segundo Teixeira (2009, p. 66), a revista *Time*, elegeu os 25 culpados “pela maior crise econômica desde a Grande Depressão, em 1929”, e submeteu os nomes a votação na internet.

<sup>58</sup> De acordo com Costa (2009, matéria online), os líderes globais reunidos em Davos em 2009, culpam o modelo neoliberal americano, mas não vislumbraram as saídas para a crise.

a classe operária, por aboli-las, superando o capitalismo e sua exploração” (MEDEIROS, 2009, p. 3).

Para enfrentar a crise estrutural do capital, “atendendo a determinação imperiosa de suas “leis imanentes” (MEDEIROS, 2009, p. 3), as grandes corporações dos países do capitalismo “avançado,” junto aos seus respectivos governos, com o protagonismo da nação imperialista por excelência, que são os Estados Unidos, criaram estratégias, que serão objeto de nossa análise no próximo capítulo, no interesse da ampliação da margem de acumulação lucrativa do capital. Mas, segundo Mészáros (2002, p. 817), o que vai de encontro à opinião da maioria, até mesmo de uma esquerda resignada, que aderiu ao lema da inexistência de alternativa, propagado pelos defensores do sistema, “[...] continua a ser verdade que a única alternativa real à crise estrutural do capital que se aprofunda é *livrar-se completamente de todo o sistema* (grifo do autor).

Como veremos, no próximo capítulo, as tentativas para fazer face à crise, além de não resolverem, (e nem poderiam), os problemas graves com os quais se defronta o sistema do capital, resultado das suas próprias contradições exacerbadas, em sua fase destrutiva, apenas intensificaram ainda mais as dificuldades já existentes, aprofundando-as.

## 2 A OFENSIVA DO CAPITAL: AS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL

### 2.1 A Globalização capitalista

Há alguns anos a palavra “globalização” virou moda e apareceu como algo inédito, uma novidade, um processo ao qual **todos** os países devem se adaptar, pois, do contrário, perderão a oportunidade de se tornarem competitivos e eficientes, em direção a um crescimento em todas suas dimensões.

A palavra “globalização” foi criada e difundida na área da administração de empresas nos anos 1980 nos Estados Unidos e veiculada, nos anos 1990, para o mundo inteiro como algo positivo, que beneficiaria de forma universal e homogênea todos os países do globo, através de uma uniformização mundial da atividade econômica, levando esses países a uma integração econômica e tecnológica, o que se verificou ser inverídico, como veremos.

A maioria dos discursos realizados em torno da palavra “globalização” gira em torno da criação de uma “sociedade global”, admitindo-se até que a informatização proporciona a “integração dos países”, numa exaltação parecida, segundo Coggiola (1997, p. 109), com a de Marshall McLuhan.<sup>59</sup> Comentando sobre as concepções desse futurólogo, Coggiola ressalta o fato de que, no final da década de 1960, ele profetizava “uma unificação do mundo através dos meios de comunicação de massa, de maneira rósea”, afirmando também que o progresso nessa área proporcionaria a todos uma “libertação que fixa nossos recursos internos de autoemprego e participação imaginativa na sociedade”. Todavia, McLuhan reconheceu posteriormente que o canal que “permitia atingir tal “libertação” era... a guerra”. Para ele “a guerra nunca é algo menos do que a mudança tecnológica acelerada [...] o militarismo em si mesmo é a própria via da instrução tecnológica e aceleração para áreas retardadas” (McLUHAN *apud* COGGIOLA, p. 110).

---

<sup>59</sup> Segundo Martin; Schumann (1998, p. 37), a visão do futurólogo Marshall McLuhan, “de uma “aldeia global” e do mundo como um povoado homogêneo, não se cumpriu de forma alguma”. Mesmo que se fale do acompanhamento simultâneo de eventos, como por exemplo, uma copa do mundo, pela maioria da humanidade, através da televisão, o mundo real pouco se integra, pois devido às próprias contradições do sistema, a concorrência e a não cooperação inerentes a ele, “não existe um intercâmbio de mútuos interesses ou um melhor entendimento entre os povos. A proximidade e a simultaneidade criadas pela mídia em nível planetário, não conseguem criar comunhão cultural, muito menos adaptação econômica”.

Toda a euforia existente em torno da capacidade das novas tecnologias,<sup>60</sup> disseminadas na década de 1990, contribuírem para uma visão de uma “globalização” capitalista positiva, se constituiu em pura fantasia. Contrariamente ao que foi divulgado por seu intermédio foi intensificado um processo de polarização social e de miséria do trabalhador. Neste sentido, Katz (1996, p. 227), afirma que,

[...] a generalização, no âmbito civil de inovações preparadas e pesquisadas durante longo tempo no campo militar, coincide com o incremento da precarização do emprego, a polarização social e o desemprego estrutural. Ao invés de ampliar o bem estar do homem, aliviar o trabalho e contribuir para o progresso da civilização, as novas tecnologias estão associadas ao aumento da exploração e da pobreza. A expansão da informática por meio da flexibilização trabalhista constitui uma confirmação de que a extração de mais-valia é o móvel central da inovação no sistema capitalista.

Apesar de todo clima de ineditismo que paira na contemporaneidade recente sobre o processo de “globalização”, o filósofo alemão Karl Marx, há mais de dois séculos, já alertava para a tendência do sistema do capital se expandir sobre todo o globo, sendo conforme Coggiola (2001, p. 149), uma “tendência para a expansão ilimitada e internacional das forças produtivas”.

Por isso, para Mészáros (2007, p. 65), “é bastante irônico que apenas recentemente as pessoas estejam descobrindo que vivemos em um mundo globalizado. Isso sempre foi auto-evidente para Marx<sup>61</sup> [...]”. No entendimento desse autor esse fato era patente para Marx, devido à impossibilidade de se limitar o capital, pois seu caminho e sua lógica de desenvolvimento são sempre no sentido de abranger todo o planeta. Nessa direção, em um trecho da obra de Marx e Engels intitulada *Manifesto Comunista* (2007, p. 43), já se sinalizava a tendência à internacionalização do sistema do capital. Segundo eles,

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos

---

<sup>60</sup> É bom lembrar que a origem das novas tecnologias está ligada às pesquisas na área militar e depois aplicadas na área civil. Segundo Katz (1996, p. 204), “todas as inovações significativas das últimas décadas foram inicialmente concebidas na órbita militar. Transferiram-se à esfera civil após sua prova e experimentação no setor bélico.” Ainda hoje se mantém a ideia de que as inovações e a tecnologia podem vencer a crise, conforme matéria de Rydlewski (2009, p. 88/9) “A guerra pelo conhecimento”. Para Mészáros (2007, p. 189), por muito tempo se acreditou que “a tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis [...] tiveram de descobrir com a amarga experiência que a panaceia tecnológica era um subterfúgio autovantajoso das contradições por parte daqueles que empunhavam os timões do controle social”.

<sup>61</sup> Segundo Mészáros (2007, p. 332), “Marx já havia antecipado a *tendência inexorável* do desenvolvimento do capital rumo à *integração global* do sistema”, só que ele a antecipou “*criticamente*”, de forma oposta “aos apologistas contemporâneos da “globalização” capitalista que postulam, de acordo com a moda, o feliz desfecho global sem nem mesmo avaliar, muito menos indicar, uma saída para o labirinto de antagonismos e contradições cada vez pior da atual ordem existente” (grifo do autor).

produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo [...]. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual.

Para Petras (2007, p. 243), esta é uma descrição da “globalização capitalista”, em que Marx “capta o lado dialético – o movimento internacional do capital”. Para esse autor “a internacionalização do capitalismo, referida pelas ideologias capitalistas da “globalização”, minou as indústrias locais e criou uma nova divisão social do trabalho e um “mercado mundial” nos termos da análise contida no *Manifesto* (*id.*, *ibid.*, p. 242, grifo do autor).

Em relação a uma possível ideia de quebra das fronteiras nacionais, efetivada através da multiplicação das indústrias e a noção de “interdependência” das nações, elaborada pelos autores do *Manifesto*, Petras (*id.*, *ibid.*, p. 244) afirma que,

Nada poderia, então, ser mais estranho ao *Manifesto Comunista* do que a crença em que o crescimento da indústria levaria ao colapso das fronteiras nacionais e ao fluxo sem barreiras do capital d’além-mar. As políticas protecionistas dos EUA, da Alemanha e do Japão deviam demonstrar o contrário, logo após o *Manifesto* ter sido publicado. Além disso, o fluxo do capital não resultou simplesmente do progresso técnico (rápido aperfeiçoamento dos meios de produção e dos meios de comunicação), mas da invasão dos países pelas forças armadas do capital de exportação. Marx e Engels têm uma ideia particular de “interdependência”, segundo a qual uma região exporta escravos e matérias-primas com pouco valor agregado e outros países e regiões acumulam capital (grifo do autor).

A “globalização” é divulgada, pela ordem dominante, como um caminho que pode levar a humanidade à resolução de suas graves dificuldades. Porém, segundo Mészáros (2007, p. 145), o que há é uma distorção da “tendência de expansão e integração globais do capital como um fenômeno radicalmente novo destinado a resolver todos os nossos problemas”. Nesse sentido, o que se constata é o contrário do que é oficialmente divulgado. Assim, devido à própria lógica do capital, vinculada a sua crise estrutural, com o desenvolvimento da produção, ocorre o fato de que o sistema “lança uma parcela cada vez maior da humanidade na categoria de *trabalho supérfluo*” (*op. cit.* p. 145, grifo do autor).

Diante da realidade inescapável da crise do capital e das terríveis consequências trazidas para a humanidade, as nações imperialistas, junto às grandes corporações existentes,<sup>62</sup> com o protagonismo da nação imperialista por excelência, os Estados Unidos,

---

<sup>62</sup> Segundo o jornalista liberal - progressista Greider (1997, p. 216/91/19), em seu livro denominado *O mundo na corda bamba: como entender o crash global*, não mais de 500 corporações globais dominam o comércio mundial (p. 216). Essas corporações têm poder de se imiscuir nos negócios de países ávidos por desenvolvimento industrial, impondo condições e obtendo favores políticos para desenvolvimento de seus negócios (p. 91). Para ele, “as alianças das corporações são, a antítese do dogma do livre mercado e a suposta liberalização do comércio global”. Refletindo sobre este assunto, Mészáros (2007, p. 342) salienta que as grandes corporações transnacionais, estão, predominantemente, sob o controle dos Estados Unidos e são companhias *nacionais* (grifo do autor).

“oferecem-nos a varinha mágica da “globalização”, como afirma de forma irônica Mészáros (2007, p. 61). Contrariamente para esse autor (2004, p. 9),

A “globalização” em curso, como tentativa de resolver a crise estrutural do sistema, é uma realidade inegável dos nossos tempos. Dado o caráter insuperavelmente antagônico do capital, este processo de globalização tem que impor-se de uma forma extremamente discriminatória a favor dos mais poderosos, e assim não só preserva como inclusive agrava as desigualdades opressoras do passado.

O favorecimento dos mais ricos é uma realidade que se agravou com a chamada “globalização”, exacerbando a polarização social característica do sistema do capital.<sup>63</sup> Neste sentido, Bauman (1999, p. 78), baseado nas informações fornecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), afirma que “a riqueza total dos 358 maiores “bilionários globais” equivale à renda somada dos 2,3 bilhões mais pobres (45 por cento da população mundial)”. Citando Kavanagh, do Instituto de Pesquisa Política de Washington, Bauman (*id.*, *ibid.*, p. 79) registra que,

A globalização deu mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar dinheiro mais rápido. Esses indivíduos utilizam a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez e especular com eficiência cada vez maior. Infelizmente, a tecnologia não causa impacto nas vidas dos pobres do mundo. De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial.

Desse modo, acreditamos ser um grande embuste apresentar o processo da “globalização” como positivo para toda a humanidade, pois até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) já divulgou, em uma matéria veiculada em 10/02/07 (Folha Online), no lançamento de um livro editado pelo secretário-geral adjunto da ONU para o Desenvolvimento Econômico, que “a globalização não reduz desigualdade e pobreza no mundo”. De acordo com esta reportagem, os autores do livro afirmam que “a desigualdade econômica nos países do Oriente Médio e Norte da África não mudou [...], mas aumentou na maioria dos outros países em desenvolvimento”.

Em continuidade, a reportagem revela, nessa direção, que “a desigualdade na renda *per capita* aumentou em vários países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), [...] o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico”. A matéria cita também as palavras do secretário-geral, o qual afirma: “Houve uma tremenda liberalização financeira e se pensava que o fluxo de capital iria dos países ricos aos pobres, mas ocorreu o contrário”.

---

<sup>63</sup> Segundo Michael Löwy (2008, p. 262), apenas três multibilionários norte-americanos, entre os quais está Bill Gates, “[...] possuem uma fortuna equivalente ao Produto Interno Bruto de 42 países pobres com uma população de 600 milhões de pessoas [...]”.

Como exemplo, ele menciona os Estados Unidos, os quais “recebem investimentos dos países em desenvolvimento, concretamente nos bônus e obrigações do Tesouro, e em outros setores”.

Neste sentido, podemos constatar respaldados no autor Coggiola (2001, p. 16) que, com mais de trinta anos de “globalização”, verificou-se que a pretensão dos ideólogos do capital, como por exemplo, o conhecido economista norte-americano Jeffrey Sachs, de que a mesma traria como consequência muitas vantagens para todo o mundo - absolutamente não se concretizou. De maneira contrária, segundo Chossudovsky (1999), o que ela gerou foi o aumento da miséria e da pobreza mundial.

É por isso que para Mészáros (2002, p. 111), o significado da *globalização capitalista* é muito diferente daquele aceito pela maioria dos autores, principalmente os apologistas do capital, para ele significando “*o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação*” (grifo nosso). Nesta perspectiva, até o falecido economista liberal norte-americano John K. Galbraith (*apud* SERRA, 2000, p. 87), criticou (é claro, de forma superficial), o significado do conceito, ao afirmar que “a globalização não é um conceito sério. Nós os americanos, o inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países, e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital [...]”.

Para Mészáros (2002, p. 63/64), não há quaisquer esclarecimentos acerca do tipo de “globalização” que seria possível no sistema do capital, pois isso desvelaria o real significado desse processo para a humanidade. Por isso, difunde-se enganosamente a ideia de que ela gera benefícios para todos, não se questionando, todavia (*op. cit.* p. 63/64),

O fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no “Terceiro Mundo”.

Os propagadores dessa visão mistificadora sobre a “globalização” são justamente os países integrantes do “capitalismo avançado”, os que mais se beneficiam com esse processo. Contando com a preponderância dos Estados Unidos, eles detêm o controle da economia mundial. Neste sentido, Kumar (2006, p. 27), assevera que,

Comércio, investimentos e fluxos financeiros estão concentrados na tríade Europa, Japão e América do Norte, só aparecendo marginalmente nas economias do Terceiro Mundo (à parte alguns “países em processo de industrialização recente”). A economia “global”, se preferirmos designá-la desse modo, permanece, como antes, sob o controle de uns poucos atores poderosos, quase todos nacionais e do Primeiro Mundo.

Embora muitos divulguem que o imperialismo acabou, segundo Mészáros (2007, p. 114), ele continua ativo. Em seu novo período, ele assume a dimensão de um *imperialismo global hegemônico*, estando sob a direção dos Estados Unidos<sup>64</sup> (grifo do autor).

Mesmo enfrentando, atualmente, muitas dificuldades, tendo em vista a atual recessão econômica, esse país continua com um poder econômico, ideológico e tecnológico (na área militar e civil) sem rival, e sempre criando meios de descarregar a crise, principalmente, nas costas dos países periféricos. No que tange as manifestações imperialistas típicas desse país, elas são muitas. Segundo esse autor (*id., ibid.*, p. 102/3),

O imperialismo econômico do país continuará seguro enquanto os Estados Unidos mantiverem sua dominante posição opressora, não somente por meio do dólar, como a moeda mundial privilegiada, mas também pelo domínio de todos os órgãos de intercâmbio econômico, desde o Fundo Monetário Internacional (FMI) até o Banco Mundial, desde o GATT até sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio.

Em relação à fase imperialista atual dos Estados Unidos, o supracitado autor (2007, p. 136/7), salienta dois aspectos inerentes a ela, sendo que o primeiro se refere à realidade de que existe uma tendência material/econômica do capital à integração global, mas que ele não pode manter no plano político, devido ao fato de que o desenvolvimento do sistema do capital implicou o surgimento de vários Estados nacionais divididos e antagonicamente opostos. Nenhuma das lutas passadas conseguiu mudar esse fato. “Não conseguiram impor de *forma permanente* a vontade do Estado nacional mais poderoso sobre seus rivais”. O segundo aspecto se refere ao fato de que o capital não conseguiu criar o Estado do sistema do capital nesses moldes. Isto é um dos complicadores do futuro, apesar da divulgação da “globalização”. Os Estados Unidos tentam sobrepor-se aos outros Estados como o Estado global do sistema do capital e surge nesse ponto uma contradição, pois eles justificam suas políticas que consideram válidas para todo o planeta, de acordo com seus próprios interesses, mas negam esse poder a outros países (grifo do autor)

De acordo com o referido autor (*id., ibid.*, p. 346 ), a questão principal “não é a necessidade de globalização,<sup>65</sup> que é inegável, mas o fracasso sistemático da globalização capitalista, devido aos antagonismos destrutivos gerados e intensificados sob a ordem

---

<sup>64</sup> Apesar de muitos falarem de decadência dos Estados Unidos, eles estão mais poderosos do que nunca, mesmo em recessão. Segundo Martins (2009, matéria online), “a indústria americana é cada vez a mais poderosa do mundo. A produção industrial americana é mais de 3 trilhões de dólares, um terço da produção mundial [...]. Concretamente o poder econômico dos EUA só aumentou nos últimos anos”.

<sup>65</sup> Segundo Mészáros (2009, matéria online), “a globalização é uma necessidade, mas a forma em que é exequível e sustentável é a de uma globalização socialista, com base nos princípios socialistas da igualdade substantiva”.

existente”. Por isso, são cada vez mais patentes as rivalidades e os antagonismos entre os Estados. Neste sentido, o autor (*op. cit.* p. 340) declara que,

[...] os *antagonismos interestatais* sempre latentes no sistema do capital ativaram-se plenamente e se intensificaram, tornando-se claramente insolúveis, apesar do engajamento irresponsável dos Estados dominantes em aventuras militares extremas, como as duas guerras mundiais do século XX. [...] essa contradição se tornou ainda mais aguda sob as condições do imperialismo hegemônico global, quando a *recolonização nua e crua* do mundo reapareceu na agenda [...] (grifo do autor).

Os representantes da ordem dominante, em seus discursos e escritos, apresentam a “globalização” como um processo que funciona de modo benéfico para todos os países, e têm sucesso em seus esforços, já que possuem o monopólio total da mídia, podendo assim deturpar o seu real significado. Segundo o referido autor (2007, p. 222), um desses propagandistas das benesses da “globalização” é Martin Wolf,<sup>66</sup> colunista do Financial Times de Londres, para quem a globalização funciona. Em seu livro denominado “Why Globalization works” (Por que a globalização funciona) ele faz apologia em torno desse processo.

Mas podemos perceber, e a própria realidade nos mostra, que devido ao acúmulo dos graves problemas sociais, essa estratégia capitalista só tem gerado desemprego e precarização das condições de vida para a maioria dos seres humanos. Por isso, para Mészáros (*id., ibid.*, p. 222),

[...] a globalização do capital não funciona nem pode funcionar, pois não consegue superar as contradições irreconciliáveis e os antagonismos que se manifestam na crise estrutural global do sistema. A própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação *causa/efeito*, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativos mediante outros *efeitos ilusoriamente desejáveis*, porque é estruturalmente incapaz de se dirigir às suas *causas* (grifo do autor).

Comentando a defesa que Martin Wolf realiza acerca da globalização, Mészáros (2007, p. 342/3), admite que, para Wolf, há a possibilidade da criação de um mercado mundial igualitário, o qual asseguraria benefícios positivos para todos. A fim de que tal situação se concretize, ele propôs uma “integração jurisdicional”, ou seja, a imposição, por parte dos Estados Unidos e de outras nações imperialistas, de leis que beneficiam seus países em detrimento de outros países. Para o supracitado autor (*id., ibid.*, p. 222), contudo, essa

---

<sup>66</sup> Segundo Petry (2009, p. 80), em reportagem recente, após a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, Martin Wolf, em sua coluna no *Financial Times*, já pressagiou que “as dificuldades de Obama são muito mais profundas e mais globais”, mas, como afirma Mészáros (2002, p. 319), “reconhece-se que os problemas que nos ameaçam são *globalmente abrangentes*, mas este reconhecimento é anulado pela restrição inevitável de o sistema do capital ser estruturalmente incompatível com o planejamento abrangente”(grifo do autor).

integração jurisdicional consiste efetivamente na realização de um “o maior controle direto sobre um deplorável “grande número de Estados” por parte de umas poucas potências imperialistas, especialmente a maior delas [...]”. Assim, em relação à esperança nutrida por parte de Wolf, de que todos os problemas sejam resolvidos através de um mercado mundial, Mészáros (*op. cit.* p. 346) afirma que,

Esperar que a solução de nossas questões prementes, a exploração estruturalmente arraigada e a dominação de classe, provenha do *mercado mundial*, que se supõe globalmente benéfico, sempre foi absurdo, se não uma mentira cínica e insolente. Nenhuma realidade jamais se lhe correspondeu porque - longe de ser imparcial - o mercado foi *imperialistacamente dominado* desde os seus primórdios, e assim se manteve. Desde o início constituiu-se como um conjunto das *relações de poder* mais iníquas, operando sempre em vantagem da parte mais forte e do controle cruel - e, se preciso, até a repressão militar mais brutal - da mais fraca (grifo do autor).

É por isso que a globalização capitalista não funciona, ela não pode superar as contradições inerentes ao sistema do capital, em sua tentativa de ser uma resposta à crise do capital. Desse modo, ela só acirra os problemas já existentes devido à complexificação dos problemas advindos do processo de acumulação do capital vigentes na contemporaneidade. Assim sendo, Mészáros (*id.*, *ibid.*, p. 346) assevera que,

No passado, muitos problemas puderam ser adiados pela *acumulação de capital* produtivo relativamente imperturbada, ainda que a ideologia dominante a acentuasse caracteristicamente com a promessa de um “bolo sempre crescente para todos” no futuro. Contudo, no nosso tempo, sob as condições da *crise estrutural* do sistema do capital, cumpre enfrentarmos também a grave crise de acumulação de capital. Ela afeta profundamente até mesmo o país capitalista mais poderoso, os Estados Unidos, com implicações de longo alcance para o resto do mundo. Essa crise da acumulação de capital carrega consigo em toda parte a predominância aventureira da forma mais parasitária de *capital financeiro*, ativamente empenhado em construir castelos de cartas sobre areia movediça, com suas pretensões de globalização sólida (grifo do autor).

Estamos vivenciando, desde 2007, a queda monumental dos castelos de cartas, aos quais Mészáros se refere principiada com o fantástico colapso de Wall Street, que atingiu os mercados financeiros do mundo. Todavia, esse episódio representa apenas um aspecto da crise estrutural. Para Joseph Stiglitz (2008, matéria online), prêmio Nobel de Economia em 2001, “[...] a crise de Wall Street é para o fundamentalismo de mercado, o que a queda do Muro de Berlim foi para o comunismo [...]”.

Para Mészáros (2008, p. 1), a crise estrutural do sistema do capital ainda vai se agravar, invadindo “não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, como também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”.

Como vimos, a globalização capitalista entendida como uma forma de dominação das potências capitalistas sobre os países periféricos, representando desse modo o problema

maior, que é a existência do capital, não tem como ser administrada de forma a beneficiar todo o globo. Isso se deve ao fato de que não se pode acabar com as inúmeras divisões e contradições de um sistema em que, segundo Mészáros (2007, p. 66), “a concorrência aparta os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os trabalhadores, a despeito do fato de que ela os une”. Acerca deste aspecto, o autor (*id.*, *ibid.*, p. 66) prossegue afirmando que,

Essas divisões e contradições restam conosco e, em última instância, devem-se explicar pela natureza e funcionamento do próprio sistema do capital. É um sistema insuperavelmente contraditório baseado no antagonismo social. É um sistema concorrencial, fundado na dominação estrutural do trabalho pelo capital. Portanto, há necessariamente todos os tipos de divisões seccionais.

Portanto, de maneira decisiva, não há como “administrar” essa estratégia capitalista, de forma a “humanizar o processo de “globalização”, como almejam alguns críticos dele, a exemplo do já citado Joseph Stiglitz, que sempre afirma: “não sou contra esse movimento, mas ele precisa ser administrado” (PROVEDELLO, 2005, p. 10). A impossibilidade de gerenciá-lo ocorre devido aos obstáculos estruturais inerentes ao sistema, os quais já foram explicitados ao longo deste subitem. Para Mészáros (*op. cit.* p. 347), não há como dar uma “face humana” à “globalização”, pois,

A globalização capitalista jamais funcionou e jamais poderia funcionar de uma maneira sustentável. A única *alternativa hegemônica viável* a ela teria de ser uma ordem socioeconômica e política radicalmente diferente. [...] Essa ordem só poderia prevalecer se instituída e mantida com base em relações substantivamente equitativas, tanto *internamente* – pondo um fim à conflitualidade/adversidade de classe [...] – como *internacionalmente*, com respeito à adoção de *relações interestatais genuinamente cooperativas*. Contudo, a instituição de qualquer uma das características definidoras dessa ordem é inconcebível no interior da estrutura incuravelmente exploradora da globalização capitalista, ainda que a imaginemos liberta de seus “malefícios administrativos” (grifo do autor).

Neste sentido, enquanto estivermos sob a lógica do capital, continuaremos a sofrer as várias manifestações dessa relação de exploração, que, em crise, agrava em proporções alarmantes os problemas sociais vivenciados por grande parte da humanidade. Por isso, o problema maior a ser solucionado, continua a ser, segundo o supracitado autor (*id.*, *ibid.*, p. 346), “não a “globalização baseada no mercado”, mas a emancipação humana”, o que nos impulsiona a lutar, coletivamente, por uma ordem na qual a igualdade seja real e não formal.

## 2.2 O “neoliberalismo”

Outra estratégia utilizada pelos segmentos burgueses com vistas a enfrentar a crise estrutural do capital foi o que se convencionou chamar de “neoliberalismo” que, para Mészáros (1997, p. 143) constitui-se “o avanço da direita radical, praticamente em todo o mundo, com a sua mitologia do “livre mercado<sup>67</sup>” e da “livre competição<sup>68</sup>”. Segundo este autor (2007, p. 73),

[...] o “monetarismo” e o “neoliberalismo” deixaram Keynes<sup>69</sup> de lado e cederam à fantasia de eliminar integralmente a intervenção estatal, visando o “recoo das fronteiras do Estado” da maneira mais absurda. [...] Na verdade, o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo é maior do que jamais foi, e isso inclui as duas décadas e meia do pós-guerra em que houve desenvolvimentos keynesianos nos países capitalisticamente mais avançados.

Todo o discurso dos apologistas do capital sobre a não intervenção estatal é pura mistificação, pois na realidade o Estado nunca deixou de ser interventor, intensificando essa intervenção na atualidade. Em relação a essa questão, o autor supracitado (2007, p. 93) afirma que “apesar de todos os protestos contrários, combinados com fantasias neoliberais relativas ao “recoo das fronteiras do Estado”, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”. Em outra ocasião, esse mesmo autor (1997, p. 150) admite também o fato de que há um “massivo poder de intervenção do Estado, visível no fenômeno relativamente novo no sistema capitalista, da reunião de países (como o G-7), [hoje, G-8], para projetar e coordenar as estratégias a serem adotadas perante a recessão”.

Embora saibamos que a intervenção do Estado na economia nunca deixou de existir, ocorrendo com efeito a sua intensificação na atualidade, com os gastos imensos do dinheiro

---

<sup>67</sup> Na verdade, “o mercado foi o resultado de uma intervenção consciente e frequentemente violenta por parte do governo, que impôs a organização de mercado à sociedade com finalidades não-econômicas”. (POLANYI *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 911). Segundo Mészáros (2002, *id., ibid.*, p. 191), “o mercado livre”, o qual Hayek idealizou “não existe em lugar nenhum”.

<sup>68</sup> Hoje, o que existe são imensos monopólios, “enquanto se mantém, com completa hipocrisia, a retórica altissonante da competição como legitimação última do sistema de iniciativa privada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 655). Para esse autor é o Estado que facilita o estabelecimento dos monopólios, “enquanto mantém, cinicamente, para consumo público, a mitologia da “livre competição” (*id., ibid.*, p. 913).

<sup>69</sup> Segundo Mészáros (2002, p. 334/5), “Keynes [...] adotou o princípio da intervenção do Estado como o corretivo necessário das tendências negativas do capital”. Sua influência só se fez sentir no período de expansão e acumulação do capital após a Segunda Guerra Mundial. Com o fim da fase de expansão, ele se tornou um obstáculo. Apareceu a crise fiscal do Estado e os partidos nos parlamentos ocidentais iniciaram a busca de resposta para ela. Com isso, os partidos social-democratas também mudaram de perspectiva. Para responder a crise, tem-se a “direita radical”, com Thatcher. Com a crise, findam-se os compromissos dos partidos social-democratas europeus de “realizar o socialismo por meio de reformas graduais [...], os modestos compromissos com o bem-estar compatíveis com as idéias de Keynes tiveram de ser substituídos por cortes selvagens em todos os serviços sociais, desde a saúde e o seguro social até a educação” [...].

público sendo direcionados para o resgate de instituições financeiras e empresas falidas, o que já ocorreu num passado não muito distante, o resultado dessa intervenção não amenizou a crise estrutural do sistema, mas agravou os problemas existentes. Para Mészáros (2002, p. 1003),

Na verdade, foi a tendência às crescentes intervenções do Estado, a serviço da expansão do capital, em assuntos econômicos que, em primeiro lugar, conduziu ao atual estado de coisas. O resultado de tais intervenções foi não apenas o crescimento de setores não-produtivos da indústria no interior da estrutura global da produção do capital, mas [...] a grave distorção da *estrutura capitalista de custos* sob o impacto de contratos realizados sob a justificativa ideológica de que eram “vitais para o interesse nacional” (grifo do autor).

Assim sendo, à medida que o Estado intervém na economia, as contradições do sistema mais se acirram. Esse paradoxo representa o fato de que o que aparece como remédio para a doença instalada, só debilita mais o organismo, pois, como afirma Mészáros (2008, p. 7) é uma ilusão esperar a solução de todos os imensos problemas existentes com as operações de resgate do Estado capitalista. Para esse autor (2002, p. 1003),

Quanto maiores as doses ministradas ao paciente convalescente, maior a sua dependência do remédio milagroso, ou melhor, mais graves os sintomas descritos [...]. E o fato de que o suposto remédio se revela, posteriormente, um indutor de novas crises demonstra claramente que não se trata de uma “disfunção passageira”, mas de uma contradição fundamental e dinâmica da totalidade da estrutura da produção do capital em sua fase histórica de desintegração.

As políticas denominadas de “neoliberais” se constituem, para Mészáros (2002, p. 337/8), em “políticas impiedosas da “direita radical” que ganharam proeminência no final dos anos 70, como uma resposta à crise estrutural emergente do capital e ao fracasso das soluções keynesianas do pós-guerra [...]”.

Os principais representantes dessa “direita radical” foram: Margaret Thatcher, na Inglaterra em 1979, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980 e Helmut Kohl na Alemanha em 1982. Segundo Moraes (2001, p. 32/3), antes deste período, precisamente, em 1973, tivemos uma prévia dessas políticas na América Latina, ocorrida primeiramente no Chile, em 1973, com o ditador Pinochet, e em seguida na Argentina, em 1976, no governo ditatorial do general Videla. Posteriormente houve uma expansão dessas políticas em direção a outros países da América Latina, as quais foram implantadas pelo Brasil, México, Venezuela, Peru, Bolívia e novamente na Argentina, já com o presidente Menen. Segundo esse autor (*op. cit.* p.33), “nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos [...] como condição para renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI”.

O modelo neoliberal preconizado se espalhou rapidamente por todo o globo, sendo, portanto poucos os países que não aderiram a essas políticas. Sua escalada crescente chegou “[...] até mesmo nas sociedades de “socialismo realmente existente”, como eram chamadas antigamente [...]” (MÈSZÁROS, 2006, p. 96).

Essas políticas tiveram como embasamento teórico as ideias dos representantes das três escolas do pensamento neoliberal: a escola austríaca, sendo seu líder Friedrich August von Hayek (1899-1992); a escola de Chicago, com T. W. Schultz e Gari Becker da teoria do capital humano e Milton Friedman (1912-2007) e a escola de Virgínia (Public Choice), liderada por James M. Buchanan (1919-). No âmbito dessa representação, tem destaque o economista Hayek, o autor do livro intitulado *O caminho da servidão*, que se constituiu na principal referência do ideário neoliberal (MORAES, 2001, p.27 e 42).

De forma geral, os chamados neoliberais, segundo Moraes (2001, p. 35) defendem ideias tais como: a não intervenção do Estado na economia, a privatização de empresas estatais e serviços públicos e a desregulamentação, ou seja, a criação de “novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados”. Para eles, os inimigos a serem destruídos são: nos países do Norte, o Estado de bem-estar e as instituições políticas que possibilitam a administração estatal da economia, e nos países do Sul, as políticas sociais e regulamentações trabalhistas e o Estado protecionista e industrializante (*id., ibid.*, p. 61).

As medidas autoritárias, concernente à imposição de leis contra a liberdade dos trabalhadores de defesa dos seus direitos se intensificam no clima neoliberal, apesar de todo o discurso realizado em torno da defesa dos princípios democráticos. Nesse sentido, Mézáros (2002, p. 342) afirma que,

As medidas autoritárias se tornam necessárias pelas dificuldades crescentes de administração das condições cada vez mais deterioradas da vida socioeconômica que não foram geradas por intervenção legislativa direta do Estado [...]. São criadas para apoiar, com a ameaça da lei e, sempre que necessário, com o uso da força as posturas mais agressivas do capital com relação a sua força de trabalho [...]. Entretanto, apesar de todos os esforços de manipulação política e econômica, os problemas estão se tornando claramente mais graves, sem qualquer solução no horizonte.

No que se refere à ampla repercussão alcançada pelas políticas neoliberais, ressaltamos que não foram apenas os partidos conservadores que aderiram a elas, uma vez que os partidos da social-democracia também as implementaram. Nesse sentido, o autor supracitado (2007, p. 246) afirma que “o reformismo socialdemocrata” abandonou “completamente toda preocupação até mesmo com a mais limitada reforma da ordem social estabelecida”.

Continuando sua reflexão sobre a ascensão do ideário neoliberal no contexto do capitalismo contemporâneo, esse autor (*id.*, *ibid.*, p. 246) afirma que,

[...] em lugar do liberalismo genuíno, as mais selvagens e desumanas variações do *neoliberalismo* apareceram no palco histórico, varrendo a memória das correções sociais antes defendidas – incluindo até mesmo as ilusórias soluções paternalistas – do passado progressista da crença liberal. E como uma ironia amarga do desenvolvimento histórico contemporâneo, os movimentos socialdemocratas reformistas anteriores do tipo do “Novo Trabalhismo” instalados no governo – *não apenas na Inglaterra, mas também em todos os outros lugares do mundo capitalista “avançado” e não tão avançado* – não hesitaram em identificar-se sem reservas com a fase neoliberal agressiva da apologética do capital. Essa transformação demarcou claramente o fim do caminho reformista que desde o início era um beco sem saída (grifo do autor).

Nessa direção, conforme o referido autor (2006, p. 24), o neoliberalismo “[...] nada tem que ver com a tradição histórica do liberalismo. Pelo contrário, não poderia ser mais cruelmente autoritário na sua orientação, em lugar de ser, mesmo que modestamente, liberal”, pois é totalmente antiprogressista e terrivelmente reacionário.<sup>70</sup>

Tendo em vista a aceitação do neoliberalismo, as políticas neoliberais se expandiram por todo o mundo, constituindo-se como um dos suportes da “globalização” (SANFELICE, 2003, p. 9/10). Para Husson (2006, p. 162), “foi a virada neoliberal que precedeu a “globalização”, preparando-a com políticas de desregulamentação bastante intervencionistas”.

Apesar do amplo apoio concedido ao neoliberalismo, as consequências da aplicação das chamadas políticas neoliberais “não estiveram à altura das expectativas dos seus seguidores”, tornando-se alguns dos seus antigos admiradores, a exemplo do escritor inglês John Gray, em seu crítico ferrenho (MÉSZÁROS, 2002, p. 338). Para Gray, segundo Moraes (2001, p. 115/121), os resultados da realização dessas políticas na Inglaterra causaram problemas graves como a adoção de um sentimento de insegurança econômica; o aumento da criminalidade; a proliferação de novos tipos de pobreza; a desagregação da classe média, que passou a ter “as inseguranças e os riscos que sempre assolaram a vida da classe trabalhadora”; o aumento da fragilidade e decadência da família tradicional e o crescimento de uma *underclass* (uma classe de excluídos, de “famílias britânicas (não-pensionistas), totalmente sem trabalho”.

As consequências da implementação das políticas neoliberais também trouxeram graves dificuldades para os Estados Unidos e para a Grã-Bretanha, depois de tantas reformas

---

<sup>70</sup> Segundo Costa (*apud* RABELO & RIBEIRO, 2003, p. 223), o “neoliberalismo” não se baseia nem nos princípios, mesmo que unilaterais e deformados do liberalismo clássico, tais como: o individualismo, o racionalismo e o humanismo, mas “cresce sobre uma caótica realidade dominada pelo egoísmo, o irracionalismo e o anti-humanismo”.

baseadas no ideário neoliberal, conforme a opinião do economista norte-americano Paul Krugman, prêmio Nobel de Economia em 2008. Para ele, as desigualdades cresceram muito nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, sendo que, nesse último país, as desigualdades se intensificaram, “sobretudo nos anos de Thatcher”. Segundo ele, subir na escala social, nos Estados Unidos, tornou-se algo raríssimo, ou seja, a mobilidade social é muito pequena, “só 3% das pessoas que nascem entre os 20% da população mais pobre terminam sua vida entre os 20% mais ricos”. Ele afirma também que “os Estados Unidos continuam sendo um lugar privilegiado para os 5% dos mais ricos” (CHAVAGNEUX, 2008, matéria online).

Em relação à questão da mobilidade social, torna-se importante ressaltar que a ideologia dominante faz muitas referências à possibilidade do indivíduo ascender na escala social como uma forma de consolar e tranquilizar a população, mas na realidade, são pouquíssimos os casos de ascensão social, e “reunidas ao longo dos séculos, todas essas escapadas individuais não alteraram sequer minimamente a *estrutura de comando do capital* que explora e extrai o trabalho excedente. Muito menos tornam democrática e “sem classes” a própria ordem social estabelecida [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 187, grifo do autor). A situação fica mais complicada para os que vivem nos países periféricos (que é a maioria), de acordo com a situação dos países que estão em uma posição mais alta ou mais baixa na “hierarquia de comando do capital”.

Outro fator que desmistifica o discurso liberal da mobilidade social, é que, devido à capacidade de mobilidade do capital, ele, na busca de maiores lucros, pode ser transferido de forma rapidíssima de um país para outro, e aí, mesmo com a realidade da mobilidade social, a situação tende a piorar. É a realidade atual, com a degradação da “classe média”, que vem sendo crescentemente “proletarizada” (*id., ibid.*, p. 188).

Para esse autor (2002, p. 338), a esperança de que a classe operária se transformasse em classe média, um desejo antigo, que já existia antes da Primeira Guerra Mundial, fazendo parte da propaganda antimarxista, foi frustrado, ocorrendo um movimento na direção oposta. Nesse sentido, houve a predominância do que o autor denomina de “lei de equalização das taxas diferenciais de exploração,<sup>71</sup>” que se tornou acentuada “pela globalização cada vez

---

<sup>71</sup> Segundo Mézáros (2007, p. 82), nos países capitalistas ocidentais de capitalismo “avançado”, as classes trabalhadoras usufruíram os benefícios advindos da taxa *diferencial* de exploração. Suas condições de vida e de trabalho eram muito superiores às dos trabalhadores dos chamados países subdesenvolvidos, mas essas condições pioraram visivelmente e hoje, as condições de vida dos trabalhadores se deterioraram também nos países “desenvolvidos”, “a “equalização por baixo” se evidencia também nos países capitalisticamente mais avançados.” Mesmo que, segundo esse autor (2002, p. 340), devido à dominação dos países imperialistas, essa tendência ainda não seja tão completa nesses países, basta ver a diferença salarial existente entre o que paga a Ford a um trabalhador nos Estados Unidos e o que paga a um trabalhador seu nas Filipinas, pelo mesmo

mais destrutiva do capital no período da crise estrutural do sistema” (MÉSZÁROS, 2007, p. 151).

Nessas circunstâncias demasiadamente decepcionantes, a esperança baseada nas promessas de expansão da riqueza não se concretizou. Até mesmo “as concessões” do Estado de bem-estar social usufruídas pelos trabalhadores foram desconsideradas. Mais ainda: nem o reforço da esperança, para os defensores do sistema, com a adesão dos partidos de esquerda, impediu o fracasso das soluções testadas com as “novas” políticas. Assim sendo, para Mézáros (2006, p. 96/8),

[...] o que torna muito piores esses fatos para os adeptos do capital é não ser possível, de forma alguma, afirmar que, por sua postura abertamente autoritária, o neoliberalismo conseguiu resolver a crise estrutural do sistema, abrindo as portas para uma nova fase de expansão da riqueza, como prometeu repetidas vezes, mas nunca cumpriu [...]. O que realmente aconteceu por meio da imposição do neoliberalismo [...] foi o abandono final da “grande ilusão”, segundo a qual uma *acomodação de classe* e uma *reforma gradual* eram as únicas respostas para os graves problemas *estruturais* da sociedade (grifo do autor).

Em relação aos países da América Latina, as consequências da imposição das políticas neoliberais foram terríveis, causando uma verdadeira regressão social. Nessa direção, após as primeiras experiências dos ajustes neoliberais em alguns países latino-americanos, conforme já registrado, em 1989, por coincidência, o ano da queda do Muro de Berlim, realizou-se um seminário em Washington, com a participação de representantes do governo norte-americano, das agências multilaterais, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial e alguns economistas latino-americanos, com o objetivo de avaliar as reformas já iniciadas em alguns países da América Latina. O ideário político e econômico decorrente dessa reunião foi cunhado de “Consenso de Washington”,<sup>72</sup> pelo economista John Williamson (SILVA, 2002, p. 137).

As ideias e políticas econômicas neoliberais já consagradas pela “direita radical”, as quais foram executadas nos países “desenvolvidos” e em alguns países latino-americanos, serão validadas e “recomendadas” a outros países. Conforme Soares (2003, p. 19),

---

trabalho, com as dificuldades existentes, devido à exacerbação da crise e o grande número de desempregados nos países “avançados”, isso não vai durar sempre.

<sup>72</sup> Segundo Millet; Toussaint (2006, p. 90), os Planos de Ajuste Estrutural do FMI e do Banco Mundial, impostos aos países endividados, são também conhecidos como “Consenso de Washington”. Conforme o discurso oficial, esses planos têm como finalidade: “restabelecer o equilíbrio financeiro dos países em dificuldade”, e para isso, impõem “a abertura das economias para atrair os capitais”, tendo os países “beneficiados” que exportar mais e gastar menos, o que resultou em consequências terríveis para os países, vítimas dos planos, os quais tiveram de realizar “cortes nos orçamentos sociais ditos “não produtivos” (educação, saúde, moradias, infraestrutura), o congelamento de salários e demissões na função pública, entre outros” (*id., ibid.*, p. 93). A isso chamamos de “uma nova forma de colonização regulada pela adoção de planos de ajuste estrutural” (*id., ibid.*, p. 46).

Essas reformas estruturais de cunho neoliberal – centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial<sup>73</sup> e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado – assumem uma convergência forçada nas medidas recomendadas pelo Banco Mundial, que ganham força de doutrina constituída, aceita por praticamente todos os países. O *ajuste neoliberal* não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais (grifo da autora).

Todavia, as consequências da aplicação dessas políticas foram trágicas para a maioria da população dos países atingidos. No Brasil, conforme Gimenez (2007, matéria online), o desenvolvimento das reformas preconizadas pelos organismos multilaterais trouxe, entre outras repercussões nefastas, a regressão social e produtiva, o baixo crescimento e a estagnação econômica. Segundo ele, “a promessa de redenção não se confirmou. Ao contrário, a estagnação econômica se aprofundou com Fernando Collor, nos dois mandatos de Fernando Henrique e no primeiro governo Lula”.

Analisando os impactos das reformas neoliberais do FMI e do Banco Mundial, Chossudovsky (1999, p. 161/3 e 216) nos fornece um quadro de regressão social em vários países do mundo, nas áreas socioeconômica, política e cultural. Conforme este autor, essa situação nefasta resultou na destruição dos sistemas de educação e de saúde do Vietnã, no desmantelamento da área de bem-estar social na Rússia e na proliferação de sequelas semelhantes, decorrentes das reformas executadas em outros países da África, da Ásia e da América Latina.

Particularmente em relação ao Brasil – onde sua análise apenas se reportou ao período dos governos Collor, Itamar Franco e o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), - temos a descrição de um quadro de intensificação da polarização social, que por sua vez culminou com o empobrecimento de todos os setores da população. Nesse sentido, o autor ressalta a precarização dos programas sociais; a **“privatização” dos serviços de saúde e educação**; a tentativa de alívio da pobreza através de campanhas de caridade pública; a “expulsão” dos camponeses sem terra do interior; o aumento do desemprego e a demissão dos servidores públicos (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 182/178/180/179/171/174, grifo nosso).

Desse modo, ocorre que se a devastação social no Brasil foi intensificada pelas políticas neoliberais, que começaram a ser implementadas com a eleição do presidente Fernando Collor, se aprofundando com o governo do presidente Fernando Henrique, ela não

---

<sup>73</sup> Para Carvalho (2006, p. 363), a liberalização do comércio efetivada no sentido de retirar todos os óbices à livre expansão do mercado mundial, nada mais significa do que eliminar todos os “obstáculos” ao livre desenvolvimento das empresas, ou seja, “no popular isso é chamado de privatização [...], desregulamentação dos Estados-Nação e [...] destruição dos serviços públicos, ditos não-competitivos”.

retrocedeu no governo do presidente Lula.<sup>74</sup> Contrariamente, como afirma Antunes (2005, p. 155),

O desemprego ampliou-se, a perda salarial vem corroendo ainda mais as condições de vida já degradadas dos trabalhadores. Em vez de iniciarmos uma nova era, de desmontagem do neoliberalismo, atolamos e chafurdamos na continuidade do nefasto projeto de desertificação social e política do país, iniciado por Collor, desenvolvido por FHC e agora mantido pelo governo do PT.

Apesar de muitos falarem a respeito da superação do “neoliberalismo”, a realidade nega essa afirmação, pois um dos principais articuladores do “Consenso de Washington” - o economista inglês John Williamson - em entrevista a uma revista, em 2002, apesar de dizer que o “Consenso” falhou em alguns pontos, reafirmou a validade dos principais pontos acordados, a exemplo da disciplina macroeconômica, a economia de mercado e a abertura comercial, inclusive afirmando que o presidente Lula dificilmente seria eleito sem “aceitar muitos desses conceitos” (SALGADO, 2002, p. 11/15).

Reafirmando a vigência dessas políticas na sociedade brasileira, em 2007, o Brasil recebeu a visita de uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), com objetivo de “recomendar” reformas a serem implementadas a exemplo do corte de gastos, do aumento do superávit primário e de uma maior abertura comercial<sup>75</sup> e flexibilização da legislação trabalhista, tudo nos mesmos moldes do ideário neoliberal do final dos anos 1980 (PINHEIRO, 2005, p. 40/1). Nesse sentido, é que Sader (2009, p. 170) afirma que o neoliberalismo continua hegemônico no mundo.

Assim, com a execução dessas políticas neoliberais, a resultante tem sido o aprofundamento dos problemas da maior parte da população. Nessa direção, como afirma Mézáros (2002, p. 342),

Estamos testemunhando: 1) um desemprego que cresce cronicamente em todos os campos de atividade, mesmo quando é disfarçado como “práticas trabalhistas flexíveis” - um eufemismo cínico para a política deliberada de fragmentação e precarização da força de trabalho e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial; e 2) uma redução significativa do padrão de vida até mesmo daquela parte da população trabalhadora que é necessária aos requisitos operacionais do sistema produtivo em ocupações de tempo integral.

---

<sup>74</sup> Segundo Lima (2004, p. 27), no governo do presidente Lula houve “o aprofundamento e não apenas a continuidade da agenda neoliberal para o Brasil, especialmente no que se refere ao pagamento da dívida externa e aos acordos com os organismos internacionais do capital”. Prosseguindo sua reflexão, a autora enfatiza que embora renegando, no discurso, a herança neoliberal do governo anterior, o presidente Lula, na prática, é uma continuidade das políticas do governo anterior (*id., ibid.*, p. 30). O próprio diretor do FMI elogiou o presidente Lula por honrar os compromissos com esse organismo internacional.

<sup>75</sup> Os países do capitalismo “avançado” como os Estados Unidos, Japão e os da União Europeia adotam políticas protecionistas e, os países periféricos, por serem dependentes, “são forçados a liberalizar cada vez mais seus mercados. Ou seja, os países dominantes exportam suas crises para a periferia” (ORSO, 2007, p. 173).

Nos últimos dois anos o mundo está vivenciando o aprofundamento da crise, com desastres financeiros, aumento de demissões de trabalhadores, falências de instituições financeiras, intensificação da intervenção estatal com recursos públicos e vários outros problemas que se multiplicam. A intensificação da crise estrutural, como afirma Costa (2009, p. 2), veio destruir as crenças neoliberais, tais como,

O mercado como regulador da vida social e espécie de semi-deus com sua mão invisível a harmonizar interesses de produtores e assalariados; a retirada do Estado da economia, as privatizações e a desregulamentação, como forma de desobstruir os canais do livre mercado e transferir as empresas públicas para o capital privado; a iniciativa privada, com operadora do sistema econômico, racional e eficiente, ao contrário das empresas estatais, ineficientes, esbanjadoras de recursos públicos; a credibilidade das agências de risco, cujas instituições funcionavam como palmatória do mundo, a dar notas a países e empresas de acordo com os critérios e interesses do grande capital; o pensamento único e o fim da história [...].

Nessa perspectiva, tem-se que a estratégia de enfrentamento da crise do capital, viabilizada por meio do projeto neoliberal, revelou-se um fracasso. Isso ocorreu pelo fato de que ele não poderia absolutamente acabar com as contradições engendradas no contexto da sociedade contemporânea, tendo em vista a condição inexorável de que elas são inerentes ao sistema do capital tomado em sua totalidade.

### **2.3 O processo de reestruturação produtiva**

A ofensiva do capital, perante a sua crise, não se resumiu apenas às estratégias anteriores referentes à “globalização” e ao neoliberalismo, mas perspectivando sua reorganização e as necessidades de acumulação, incidiu também na área da produção e da gestão do trabalho. Desse modo, como afirma Dias “se não é mais possível acumular como antes, é necessário mudar a política na produção: a gestão, o comando” (DIAS apud SOUZA, 2003, p. 175). Nesse sentido, essas mudanças implicaram a intensificação da exploração dos trabalhadores, principalmente no que se refere a uma extração mais intensa da mais-valia, estabelecendo também formas mais sutis de cooptação do trabalhador.

Entre outros obstáculos, a crise ocasionou dificuldades de expansão do capital e a queda da sua taxa de lucro. Por isso, “[...] a reação do capital à crise foi reorganizar o processo de produção, gerando uma alteração no padrão de acumulação, aliando a isto novos ou ressignificados mecanismos de *subsunção, controle e cooptação* da classe trabalhadora” (MIRANDA, 2007, p. 6, grifo da autora).

Contudo, ocorre que o denominado processo de reestruturação produtiva, entendido como uma estratégia da qual o capital lançou mão para sua revitalização diante de sua crise, que envolve um conjunto de mudanças engendradas pelo mesmo na área da produção e da gestão do trabalho, através da introdução de novas tecnologias, como a microeletrônica, a automação, e a robótica não é novidade no modo de produção capitalista.<sup>76</sup> Se existe novidade nesse processo, ela se resume ao fato de ele apresentar-se com novas tecnologias e de “sofisticar” as maneiras antigas de controle e domínio dos trabalhadores, na organização do trabalho, no interesse de aumentar a produtividade através da intensificação da extração de mais-valia<sup>77</sup>. Na verdade a reestruturação produtiva é um elemento essencial para a manutenção do sistema do capital, como assevera Pinto (2007, p. 5). Nesse mesmo sentido, Mello (2004, p.2) afirma que,

A história do capitalismo é a história da constante e permanente reestruturação produtiva [...]. O império universal da mercadoria, [...] decretara de uma vez por todas, *since its earlier days*, a lei áurea de toda a novíssima engenharia social nascente: a obrigatoriedade da *produtividade máxima* (e com ela a necessidade da busca ininterrupta da *inovação* [...]). Desde lá as transformações não cessaram: cooperação simples, manufatura, grande indústria, revoluções sucessivas nos meios de transporte e de comunicação e nos padrões industriais de produção graças à aplicação tecnológica das conquistas da ciência moderna [...] (passagens pela mecânica, eletricidade, eletrônica, microeletrônica, etc.), taylorismo, fordismo, toyotismo, livre-concorrência e monopolismo, concentração, centralização, inter/multi/trans/ nacionalização do capital, tudo num *continuum* crescente [...] conforme as necessidades de expansão e/ou reestruturação do mercado mundial e da reprodução ampliada do capital (grifo do autor).

Por ser um sistema dinâmico, impulsionado pelo movimento do capital que atende as suas “leis imanentes” (lei do valor, da expansão, da busca de lucro incessante, da tendência à concentração e a centralização dos capitais e outras (MEDEIROS, 2009, p. 3), sempre está a revolucionar a área da produção e de organização do trabalho no interesse de superação de

---

<sup>76</sup> Segundo Tavares (2004, p. 84), em relação à exploração do trabalho no sistema do capital não se tem muitas novidades, exceto algumas invenções como o computador por meio do qual se tem o trabalho virtual. O mais comum é a reatualização de velhos fenômenos, de antigas práticas de trabalho com nomes diferentes, as quais podem ser retomadas, quando necessárias à produção capitalista.

<sup>77</sup> Em relação à questão da *tecnologia no sistema do capital*, concordamos com Romero (2005, p. 123, grifo nosso), quando este, baseado em Marx, afirma que ela “[...] apresenta-se como um método de extração de mais-valia relativa [...] diferente de todas as formações sociais precedentes. Para Coggiola (1996, p. 125), “a questão das novas tecnologias deve ser vista, no quadro da crise histórica mais profunda do capitalismo, como uma tentativa extrema do capital de se adaptar às condições de sua própria crise e, ao mesmo tempo, de sair dela [...] por meio do aumento da mais-valia, ou seja, por meio do aumento da exploração do proletariado”.

Em relação às formas de organização do trabalho, a exemplo da terceirização/subcontratação, as autoras Thébaud-Mony; Druck (2007, p. 27/8), consideram que o fenômeno é antigo, por ter sido uma prática em uso desde a Revolução Industrial e novo porque tem papel primordial “nas chamadas novas formas de gestão e organização do trabalho inspiradas no “modelo japonês” (toyotismo) e implementadas no bojo da reestruturação produtiva [...]”. Nessa mesma direção, Secco (*apud* Coggiola, 1996, p. 125), admite o fato de que a terceirização é uma forma pré-diluviana de exploração da força de trabalho, “que revive uma obviedade ressaltada por Marx em O Capital: o salário por peça”. Com a crise, essas práticas pretéritas de trabalho renascem com a extração também da mais-valia absoluta.

suas crises, no intuito da recomposição da sua taxa de lucratividade e do aumento de produtividade. Nesta direção, Mello (2004, p. 6) assevera que,

Reestruturação produtiva e crise mundial devem, pois antes de mais nada, como a própria história tem demonstrado, ser tomadas como aspectos estruturalmente constitutivos da própria lei de desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema mundial, como fenômenos decorrentes da própria tensão constante imposta pela concorrência no jogo do mercado, que impele os vários capitais a expandir-se e a transformar-se continuamente por meio da acumulação progressiva, frenética e sem tréguas, no qual o ataque [...] apresenta-se como a única defesa possível, a única tática efetiva de sobrevivência nesse incomensurável campo de guerra (entre classes e capitais).

Visando favorecer a recomposição de expansão do capital a fim de reverter suas dificuldades de acumulação<sup>78</sup> e ampliar a produtividade do trabalho são adotadas as práticas de um padrão de produção e gestão de trabalho denominado toyotismo/modelo japonês/ohnismo/produção flexível<sup>79</sup> e outras denominações, e que para alguns superou o anterior processo produtivo e de organização do trabalho, expresso no binômio taylorismo/fordismo<sup>80</sup>.

Para Kumar (2006, p. 102), baseado em vários autores, houve uma continuidade entre os modelos de produção e não uma ruptura. Para explicar este fato, cita o caso do Japão, o país que implantou o toyotismo é onde “a desintegração vertical e a produção em massa andam de mãos dadas e os subempregados muitas vezes realizam o mesmo tipo de trabalho rotineiro, repetitivo, associado à produção em massa no ocidente. Ainda em relação a essa continuidade, esse autor (*op. cit.*, p. 102) afirma que,

---

<sup>78</sup> Para Mézáros (2006, p. 38), “[...] a crise de acumulação de capital na era da globalização tem criado novas e grandes dificuldades, em vez de resolver as iniquidades do sistema há muito tempo contestadas, como os “otimistas” porta-vozes da “globalização”, sem nenhum problema, querem nos fazer acreditar, pois as margens de viabilidade produtiva do capital estão diminuindo (daí o impulso à mais-valia absoluta), apesar de todos os esforços dos Estados capitalistas – individualmente ou em conjunto, como nos encontros do G7/G8 – para expandir, ou pelo menos manter firmes as margens produtivas do sistema. Na realidade, só pode haver um caminho para tentar alargar as margens contraídas da acumulação de capital: às expensas do trabalho. Isso é uma estratégia promovida ativamente pelo Estado [...]”.

<sup>79</sup> O sistema produtivo e de organização do trabalho que recebe estas denominações, segundo Gounet (1999, p. 25, 29, 30), foi implantado na Toyota, nas décadas de 1950 e 1970. “É um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”. Segundo esse autor, esse sistema produtivo exige ainda mais do trabalho operário que o fordismo e a intensificação do trabalho é bem maior do que nesse sistema. Nele há um aumento da exploração do trabalhador através de um nível mais elevado de extração da mais-valia.

<sup>80</sup> O processo produtivo denominado fordismo, o qual utilizava métodos do taylorismo (a chamada administração “científica”, que é um poderoso sistema de organização do trabalho, criado por Frederick W. Taylor, que implica a “divisão radicalmente refinada do trabalho, a separação rígida entre concepção e execução, a padronização e segmentação de tarefas na forma mais simples possível” (KUMAR, 2006, p.58). Esse processo teve seu auge no século XX, caracteriza-se pela produção em massa de mercadorias e “[...] estruturou-se com base no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos” (ANTUNES, 1999, p. 36/7, grifo do autor).

[...] a administração japonesa conseguiu, sem romper seu compromisso com a produção em massa, resolver muitos problemas associados à organização taylorista de trabalho, utilizando esquemas bem conhecidos como envolver o trabalhador em círculos de qualidade e adotar de modo geral, atitudes paternalistas não só com seus empregados, mas com os fornecedores regulares.

Para reforçar seu ponto de vista, Kumar cita Wood, para quem “essa orientação “inverteu” muitos dos aspectos do taylorismo, em relação à forma como em geral é praticado, mas não necessariamente os princípios fundamentais do fordismo” (*op. cit.*, p. 102).

Para o autor Mello (2004, p. 14/15), também a necessidade de, diante da crise, o sistema do capital “rever o paradigma do regime de acumulação herdado do fordismo clássico”, não implicou na substituição desse modelo de produção e gestão do trabalho, pois,

A chamada “acumulação flexível” parece mais representar um conjunto de variações na forma de organização do processo produtivo acrescido ou mesclado aos padrões fordistas tradicionais (e isso varia conforme os ramos produtivos e/ou as regiões considerados) que propriamente apontar uma nova forma hegemônica e/ou generalizada de padrão produtivo alternativo (pós-fordista).

Portanto, referir-se à superação do fordismo consiste em uma precipitação<sup>81</sup>, uma vez que exalta uma determinada modalidade de modernização do processo produtivo que supostamente teria se disseminado com a “globalização” por todo o planeta, gerando a necessidade de um novo tipo de trabalhador: competente, qualificado, com alto nível de escolaridade. Todavia, do ponto de vista da realidade concreta, afirmar tal fato é desconhecer a realidade da maioria dos trabalhadores.<sup>82</sup>

O que acontece efetivamente com os trabalhadores em empresas que adotam o modelo japonês, considerado “moderno”, como afirma Gorz (2007, p. 69), é que nas empresas há um núcleo privilegiado e pequeno de trabalhadores que contrasta “com a massa crescente de trabalhadores em situação precária, provisórios [...]”. Nessa direção, o trabalhador de um “novo tipo” se constitui uma minoria. Apoiando-se nos autores Kern e Schurmann, Gorz (*id.*, *ibid.*, p. 71), afirma que “na empresa mais robotizada da Europa (Volkswagen) os trabalhadores de novo tipo representam no máximo mil entre cem mil assalariados (três a quatro vezes mais, se se acrescentam os operários de manutenção) [...]”.

---

<sup>81</sup> Mello (2004, p. 14) discorda da ideia de superação do fordismo, por não haver “sinais empíricos convincentes”. Baseado em alguns autores, ele afirma que “[...] grandes empresas oligopólicas, multinacionais estão obtendo fantásticos superlucros baseados em regimes de superexploração de trabalhadores em regiões periféricas, exatamente utilizando técnicas de gestão (e padrão tecnológico) que podem ser identificados como tipicamente tayloristas/fordistas”.

<sup>82</sup> Segundo Angeli (2008, p. 5), no modelo japonês, apesar de haver uma exaltação do “trabalhador modelo: aquele trabalhador que possui alta qualificação” [...], o aumento real da qualificação técnico- científica só ocorreu “em uma pequena fração dos trabalhadores. Além do que, estes estágios formativos estão desconectados da formação teórica dos trabalhadores”.

Em concordância com os argumentos supramencionados, Kumar (2006, p. 102) enfatiza que há uma continuidade (e mudanças) e não uma substituição das práticas do taylorismo/fordismo pelas do toyotismo. Neste sentido, Gorz (2003, p. 68) apoiado no relato de Whyte, ressalta que a política de buscar a “participação” ou a co-gestão do trabalhador, no sentido de que “os operários gostem do seu trabalho, esposem os objetivos da empresa e mobilizem as reservas de produtividade e de saber que habitualmente reservam para si” já era algo característico da organização do trabalho em empresas do fim da década de 1940, na qual os industriais japoneses se inspiraram. Logo, como afirma Lessa (2007, p. 307) “a combinação e articulação das características dos dois modelos parece ter sido a regra, mais do que a exceção, da “reestruturação produtiva” em todo o mundo”.

O processo de reestruturação produtiva desenvolveu-se de forma intensa no Brasil, nos anos 1990, contribuindo para agravar a precarização do trabalho<sup>83</sup> já existente, considerando que mais da metade da classe trabalhadora nesse país vive na informalidade, ou seja, sem proteção da legislação trabalhista, sem direitos, havendo a partir do início desse processo “um grande crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores” (ALVES & TAVARES, 2006, p. 428). Através da flexibilização do trabalho<sup>84</sup>, ou seja, do trabalho temporário, terceirizado e desprotegido, as empresas diminuem seus custos e impõem aos seus trabalhadores uma situação de instabilidade, insegurança e piora das condições de trabalho.

O que se constata, sob o processo denominado de “reestruturação produtiva” no Brasil, é que, com a abertura da economia do país nos anos 1990 - um fenômeno característico dos países periféricos que foram forçados a liberalizar cada vez mais seus mercados - (ORSO, 2007, p. 173), as empresas nacionais são obrigadas, a fim de sobreviverem à competição acirrada com as dos países centrais, a se reestruturarem, ocorrendo como resultado desse processo “a destruição de postos de trabalho, com a

---

<sup>83</sup> Segundo Thébaud-Mony; Druck (2007, p. 31), a precarização do trabalho é “compreendida como processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independente de seu estatuto [...]”.

<sup>84</sup> Para Vasapollo (2006, p. 45/6), a flexibilização do trabalho é proposta como forma de combater o desemprego, mas, ao contrário, significa impor à força de trabalho salários mais baixos e em piores condições, já que implica na liberdade da empresa para despedir, sem penalidades, para reduzir ou aumentar o horário de trabalho quando a produção necessite, para destinar parte de sua a empresas externas, para fazer contratos por tempo parcial, contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, etc.

consequente demissão de grande número de trabalhadores”, numa época de desemprego estrutural (CARDOSO; COMIN; GUIMARÃES, 2006, p. 47/48).

O que mais importa destacar na reestruturação produtiva é que sob renovadas formas de gerir a produção e organizar o trabalho, hoje, os trabalhadores têm o seu controle e sua exploração intensificados, de uma forma mais velada. Nesse sentido, Romero (2005, p. 128), afirma que “[...] o despotismo aberto, mais presente no fordismo, tem cedido espaço a formas mais sutis de cooptação, através de CCQs (círculos de controle de qualidade), substituição da linha de montagem por ilhas de produção, sindicatos-empresa, câmara setoriais etc.” O que se pretende em relação ao trabalhador é que ao invés de vestir a camisa da empresa, ele pense com a cabeça da empresa, valorizando-se atributos que “delineiam um tipo ideal: responsável, maduro, equilibrado, motivado, criativo, ágil de raciocínio, dedicado, com facilidade de relacionamento (LEITE apud ALVES, 2001, p. 254).

Em relação à exigência de aumento do nível de escolaridade, sob a nova reestruturação produtiva, o que se constata é que sob as relações de produção capitalistas, qualquer exigência, neste sentido, em relação ao trabalhador só resultará numa maior exploração do mesmo e em aumento de produtividade para o capital, e como já foi visto, é uma minoria que faz parte desta “elite” de trabalhadores. O objetivo é atender, exclusivamente, aos interesses dos empresários, devendo o trabalhador desenvolver as habilidades e os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de suas tarefas, sendo um eficiente e dedicado colaborador. Borges (2006, p. 3) analisando a relação entre mudanças tecnológicas, qualificação e escolaridade, afirma que,

Desde o desenvolvimento da indústria moderna, mudanças na base técnica e reestruturações produtivas sempre resultam em novas e maiores exigências quanto à escolaridade dos trabalhadores, originando um movimento de qualificação dos postos de trabalho e dos seus ocupantes. Para evitar a dependência de uma força de trabalho mais qualificada e escassa, os empresários buscam dirigir as novas mudanças tecnológicas e reestruturar os processos produtivos de modo a reduzir, simultaneamente a proporção de postos de trabalho que exigem trabalhadores mais qualificados e a aumentar, proporcionalmente, o número daqueles com baixa demanda em termos de escolaridade/qualificação, deflagrando um contramovimento de desqualificação dos postos de trabalho e dos trabalhadores. Além disso, sempre que aumentam as exigências de qualificação, os empresários buscam também intervir nos sistemas educacionais e de formação profissional para promover uma rápida elevação de escolaridade média dos trabalhadores [...] assegurando, deste modo, a oferta de trabalhadores com a formação profissional adequada às necessidades do momento [...], bem como a existência de uma ampla reserva de mão-de-obra com as características exigidas pelos postos de trabalho mais estratégicos.

Portanto, a ofensiva burguesa na área da produção e da gestão do trabalho, além de contribuir para aumentar o número de desempregados, criou mecanismos para aumentar o domínio e o controle sobre os trabalhadores, procurando velar o antagonismo entre as classes

sociais, no sentido de que o trabalhador se veja como um “colaborador” (o que mistifica a dominação existente), que participa integralmente do processo de produção através da captura do seu saber em prol do aumento da produtividade da empresa, ocasionando uma intensificação das formas de alienação.

Enquanto perdurarem as relações sociais de produção capitalista, todas as reestruturações produtivas terão como objetivo, segundo Pinto (2006, p. 4) “[...] a consolidação e aprofundamento das condições de funcionamento do modo de produção capitalista [...]”. A partir dessas reestruturações, novas requisições educativas serão postas aos trabalhadores visando atender as necessidades de valorização do capital, ocorrendo de “forma seletiva e controlada” (MACHADO *apud* SOUZA, 2003, p. 196).

Portanto, a resposta do capital a sua crise, consubstanciada nas estratégias construídas pelos seus representantes, segundo Behring (2002, p. 187), “[...] tem a particularidade de amplificar as contradições e ambiguidades do mundo do capital no sentido da barbarização da vida social, no estrito interesse da recomposição da taxa de lucro do capital, [...] com um custo social altíssimo”.

Como resultado do fim de sua ascendência histórica, o capital, conforme tese de Mészáros, em sua fase destrutiva, no interesse de sua revitalização, e com a reação burguesa a essa crise, instala-se um clima de regressão social, que se verifica em todas as dimensões da sociabilidade capitalista e, entre essas, ressaltamos a da educação, particularmente a educação superior, que em todo o mundo vem sendo transformada em um campo lucrativo para o setor privado, no intuito de sua transformação em mercadoria.

No Brasil, a iniciativa privada, na área do ensino superior, teve seu começo a partir do início da República, com a abertura concedida através da Constituição de 1891 para a criação de instituições privadas nesse nível de ensino, conforme Sampaio (2000, p. 27), mas foi a partir da instauração do regime militar, em meados dos anos 1960, que se deu um imenso estímulo ao setor do ensino superior privado, ocasionando uma expansão expressiva desse setor, facilitando-se o acesso ao terceiro grau através do ensino pago e de baixa qualidade, em sua maioria (TRINDADE, 1999, p. 31). Com o fim do regime ditatorial e com o agravamento da crise do capital, os subseqüentes governos darão continuidade ao processo de privatização/mercantilização desse nível de ensino, com o “incentivo” do Banco Mundial, conforme poderemos verificar no próximo capítulo.

### **3 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA CRISE: O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO/MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

A partir de sua crise, o capital, encontrando obstáculos a sua acumulação, devido à queda de sua taxa de lucro, procurou novos campos de investimento, e um deles foi a educação, ocorrendo como consequência “[...] a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria [...]” (TONET, 2007, p. 28). Nesse contexto, a educação passa a ser vista como um negócio qualquer, como uma mercadoria dentre tantas existentes, e quem entra neste lucrativo mercado, contrata até consultores para definir “as demandas do mercado”, o que leva um professor, diretor de uma rede religiosa de escolas e universidades privadas a declarar que: “Para nós, encarar a educação como negócio não é sacrilégio. Estamos, afinal, no século XXI” (TODESCHINI, 2007, p. 118).

Com a crise do capital afetando também os Estados, ocorre, segundo Coraggio (2000, p. 90), a degradação da rede de serviços públicos, como por exemplo, as escolas e os hospitais, o que aumenta a busca pelos serviços privados (dos que ainda têm condições financeiras para tal), deixando para os pobres os serviços precarizados.

Esse é um fato que vem se agravando a cada governo e que na área da educação superior, no que se refere a sua privatização/mercantilização,<sup>85</sup> tem um forte impulso no período da ditadura militar no Brasil iniciada em 1964, quando o governo autoritário, sob a orientação dos Estados Unidos, na figura da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID,<sup>86</sup> “criada no quadro da Aliança para o Progresso para prover assistência ao desenvolvimento no Terceiro Mundo” (FONSECA, 2000, p.230), produziu “[...] uma política educacional que reduziu consideravelmente a participação do

---

<sup>85</sup> De acordo com Rocha (2006, p. 261), “o fenômeno da mercantilização do ensino superior agudizou-se com a crise contemporânea do capital que obrigou a expandir suas áreas de atuação, tomando a educação como um negócio de grande retorno lucrativo”. Neste sentido, Sguissardi (2005, p. 278), corrobora esse raciocínio ao afirmar que “a saturação dos mercados e a queda da taxa geral de lucros, têm, em geral, explicado o movimento de expansão do capital e seu redirecionamento para outros espaços ainda não saturados. O ensino-educação converte-se, então, em domínio do capital de serviço a ser explorado por empresas educacionais, organizadas segundo a lógica do capital, isto é, do lucro”.

<sup>86</sup> Segundo Coutinho (2007 – matéria online), a USAID, após 45 anos de atuação no Brasil, financiando projetos educacionais, deixa o país porque, segundo sua diretora, o Brasil já pode resolver seus problemas sozinho, e segundo o repórter, “as razões políticas da ajuda também se esgarçaram, acabou o mundo da Guerra Fria e era estratégico para os EUA evitar que o Brasil seguisse o caminho de Cuba.” A USAID foi criada por Kennedy, em 1962, para financiar programas educativos e profissionalizantes para os países pobres. Quanto às suas relações com a sociedade brasileira, ressalta-se o fato de que ela “[...] fez contrato de cooperação com o regime militar para implantar, no Brasil, uma versão do sistema educativo americano”.

Estado e propiciou a escalada da privatização do ensino do terceiro grau” (MARTINS, 1992, p. 97).

Antes de efetuarmos a análise do processo de privatização/mercantilização da educação superior no período do regime militar, faremos uma breve incursão sobre a história do ensino superior/universidade no Brasil, ressaltando que, segundo Vahl (1980, p. 119), foi em meados de 1960 que “[...] começou a fase da privatização maciça do ensino superior [...]”.

O ensino superior no Brasil teve início, efetivamente, no ano de 1808, com a chegada da Família Real, quando foram criadas as primeiras instituições estatais de ensino superior, em forma de escolas isoladas, cuja formação era dirigida para a formação de profissionais liberais, sendo que até a proclamação da República todo o ensino superior no país foi estatal. Só a partir da Constituição da República, em 1891, é que foi permitida a criação de instituições privadas (SAMPAIO, 2000, p. 37e 45).

Em relação a outros países da América Latina, em nosso país, esse nível de ensino se efetivou de forma tardia, bem como a criação da universidade, que se institucionalizou apenas no século XX. Nesse sentido, Trindade (1999, p. 28/12), afirma que em relação à América Latina, que teve várias universidades implantadas por seus conquistadores em meados do século XVIII, no Brasil, a universidade, segundo Cunha, somente se organiza tardiamente, a partir da década de 1920.

A partir de 1900, apoiada na permissão para criação de instituições de ensino superior privadas, de acordo com o quadro legal orientado pela Constituição da República, conforme Sampaio (2000, p. 39) “a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino”, que foram de origem confessional católica e de elites locais. Segundo essa autora, a fase de consolidação do ensino superior privado se deu entre os anos 1930 e 1960, sendo que o período de expansão do setor privado ocorrerá a partir dos anos 1960, havendo assim um imenso crescimento do ensino privado, contribuindo para esse fato a LDB de 1961, conforme a opinião de alguns autores como Anísio Teixeira e Cunha (*id., ibid.*, p. 53 e 56).

É a partir do período do regime militar que ocorre uma vultosa expansão do setor privado no ensino superior, principalmente a partir da Reforma de 1968, o que será abordado no próximo subitem.

### 3.1 A ditadura militar e a expansão do processo de privatização/mercantilização da educação superior

A ditadura militar no Brasil teve uma duração de mais de vinte anos, iniciando-se em 1964 e prolongando-se até 1985, quando ocorreu o fim do “ciclo autocrático burguês”, devido à pressão do movimento popular e “a já estreita base de sustentação da ditadura” (NETTO, 1991, p. 34). Em sua maior parte, esse período foi caracterizado, conforme esse autor (*id., ibid.*, p. 32), pelo extremo autoritarismo, arrocho salarial, valorização do capital estrangeiro, por um grande crescimento econômico, a partir de 1968, expresso no chamado “milagre econômico,”- [o qual, como outros “milagres econômicos” do capitalismo, foi efêmero<sup>87</sup>], aumento da concentração de renda e de riqueza, gerando o aumento da desigualdade social, desmonte dos movimentos sociais autônomos e por “um processo de pauperização relativa sem precedentes no mundo contemporâneo”.

O saldo negativo da ditadura, em relação à disparidade entre o crescimento econômico verificado e as péssimas condições materiais de vida da maior parte da população é o que deve ter levado o general Emílio Garrastazu Médici a proferir sua célebre frase, nos anos 1970: “a economia vai bem e o povo vai mal” (GOMEZ E FREITAS JR, 2008, matéria online). Nesse mesmo sentido, Galeano (1981, p. 303) afirma que,

Ainda que as estatísticas sorrissem, as pessoas estão arruinadas. Em sistemas organizados ao contrário, quando a economia cresce, cresce com ela a injustiça social. No período de maior êxito do “milagre” brasileiro, aumentou a taxa de mortalidade infantil nos subúrbios da cidade mais rica do país.

Durante a ditadura militar, o Brasil foi transformado em oitava economia mundial, o que ainda é sinal de orgulho para algumas autoridades do período, a exemplo do então ministro Jarbas Passarinho, que ao ser entrevistado fez questão de ressaltar esse fato, não esclarecendo que a política dos militares endividou o país de forma célere, conforme Furtado (*apud* GURGEL, 2007, p. 18), como também, segundo Gurgel (*op. cit.*, p. 18) o chamado milagre brasileiro contribuiu para aprofundar “a inserção subalterna do Brasil na divisão internacional do trabalho [...]”.

---

<sup>87</sup> Para Mészáros (2007, p. 77), como o capital “é estruturalmente incapaz de resolver seus problemas e contradições”, o que é geralmente divulgado como “uma sólida solução duradoura, mais cedo ou mais tarde desfaz-se em pó”. Nesse sentido, o autor cita os vários “milagres” capitalistas, como o alemão, o japonês, o italiano, o brasileiro, o dos “tigres asiáticos” e outros, os quais evaporaram, “deixando em seu lugar uma severa crise”. Para Leher (2005, p. 217), “a subordinação do dinamismo da economia à economia-mundo e ao seu centro hegemônico impede que se fale em milagre “brasileiro”. O país recebeu um volume de tecnologia e de capital e deu um salto, mas ao ter de pagar a conta por isso é que surgem as desvantagens.

Em relação à política educacional da ditadura militar, os governos que assumiram o poder mantinham o discurso da insuficiência de recursos financeiros para atender a demanda pelo ensino superior, o que gerou o problema, em 1968, relacionado aos “excedentes”, que consistia nos candidatos aprovados no exame vestibular, mas que não conseguiam ser classificados. Tendo em vista esta condição, estes alunos não podiam se matricular na universidade, devido à inexistência de vagas para todos, gerando uma série de manifestações que pressionavam pelo aumento de vagas no ensino superior.<sup>88</sup> Buscando uma solução para o problema, segundo Gadotti (1987, p. 118),

A burguesia que havia se apoderado do aparelho do Estado, não desejando abrir mão da parcela dos seus lucros, optou pela solução mais simples, a solução do ensino pago: expandir a rede de ensino privado. A Reforma Universitária de 1968 veio consagrar essa política, abrindo o ensino superior pago à empresa privada, eliminando assim os focos de tensão criados com os alunos “excedentes”. As escolas-empresas absorviam a procura aumentando ou diminuindo as vagas segundo o fluxo da demanda “excedente”.

O autor Martins (1988, p. 66 e 79), analisando a política educacional dos militares para o ensino superior considerou que o Estado, como agência de concentração de capital, não poderia se comprometer com o aumento de mais vagas no ensino superior, pois esse organismo político, a partir de 1964 “[...] passou a produzir uma infraestrutura crescente para a expansão e crescimento da economia privada”. Nesse sentido, os estabelecimentos de ensino superior privados isolados se multiplicaram com o aval do Conselho Federal de Educação, pois a iniciativa privada passou a ter no campo do ensino superior “uma frente de investimento do capital atendendo aos interesses do Estado [...]”.

Apesar da tendência privatizante do ensino superior ter caracterizado a ditadura militar brasileira, não podemos afirmar que a orientação privatizante do ensino superior seja uma característica exclusiva deste período, pois na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961<sup>89</sup> já se verificava “[...] a igualdade de direitos para a escola privada em relação à pública, tanto no que se refere à representatividade nos órgãos de direção do ensino, quanto no que se refere aos recursos para a educação” (ROMANELLI, 2006, p. 182). Nessa direção, para Cunha (*apud* Pegoraro, 2006, p. 205), “a LDB de 1961 representou a vitória da corrente

---

<sup>88</sup> De acordo com Cunha, o aumento da demanda pelo ensino superior por parte das camadas médias foi imenso no período 1964-1968, sendo a taxa de crescimento de 120%, muito superior a taxa de elevação do número de vagas, que foi de 56% no mesmo período. A partir de 1964, ficou mais difícil ascender através dos antigos caminhos – abertura de pequenos negócios ou exercer atividade profissional por conta própria – pois a partir do “processo de concentração de capital, renda e mercado [operante especialmente desde 1964], os canais tradicionais de ascensão tornam-se cada vez mais estreitos” (CUNHA *apud* NETTO, 1991, p. 55/6).

<sup>89</sup> Para Florestan Fernandes, a “modernização” e a “privatização” da educação superior brasileira, fazem parte do movimento da dominação imperialista do “terceiro mundo” pelos Estados Unidos e outras nações imperialistas, sendo que a implementação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, “foi o ponto de partida dessa tragédia” (FERNANDES *apud* MARTINS, 1988, p. 15).

privatista em detrimento da campanha por ensino público”. Mas o problema agravou-se durante o regime autoritário “[...] quando os Relatórios que prepararam a Reforma Universitária de 1968 recomendavam que o ensino superior fosse sendo transformado **gradativamente em ensino pago** através do aumento crescente de taxas” (GADOTTI, 1987, p. 118, grifo do autor).

Incorporando a tendência privatizante, as autoridades do período ditatorial fizeram várias investidas no sentido de cobrar pelo ensino superior federal, contando para isso com o apoio de um setor muito interessado na efetivação de tal propósito: o privado. Nesse sentido, um dos membros do Conselho Federal de Educação - trata-se da professora Esther Figueiredo Ferraz, ex-reitora de uma universidade privada, e ministra do Presidente João Figueiredo em 1982 - foi designada por esse Conselho para elaborar um parecer sobre as vantagens e desvantagens do estabelecimento do ensino pago no nível superior no país. Vale ressaltar que esse Conselho estava atendendo a uma solicitação do MEC para elaborar tal parecer, em que a conselheira concluiu pela vantagem da introdução do ensino pago. Todavia, as sugestões não foram colocadas em prática, devido à resistência organizada pelos estudantes e docentes (CUNHA, 2005, p. 339). Para este autor (*op. cit.*, p. 339),

Foram várias as tentativas do Ministério da Educação, após o golpe de Estado de 1964, de cobrar pelo ensino ministrado nas universidades e faculdades isoladas federais. [...] Em geral, introduziram-se nos cursos de graduação taxas quase simbólicas, esperando-se por reajustes posteriores. Nos cursos de pós-graduação, ao contrário, foi mais comum a cobrança a preços de mercado logo que foram criados.

A tendência privatizante foi gradativamente assumindo uma posição de destaque no contexto da ditadura, implicando o fato de que os ganhos do setor privado no período ditatorial, em relação ao ensino, tornaram-se realidade, em relação ao uso das verbas públicas. Para oficializar tal ascensão, a Constituição de 1967 consagrou, segundo Pinheiro (2005, p. 287), “o apoio técnico e financeiro” à escola particular. Assim, nesse período, “não foi por acaso que [...] o grupo privado mais se desenvolveu, principalmente no ensino superior” (*id.*, *ibid.*, p. 287).

Conforme Gadotti (1987, p. 118) o governo foi criando mecanismos para que a população fosse, aos poucos, acostumando-se com a ideia de pagar para estudar. Imbuído de tal propósito, além de efetuar cortes de verba para a educação, criou o crédito educativo em 1974, o qual representou um sistema de bolsas reembolsáveis. Segundo esse autor, “a empresa privada chegou até a lançar o **Seguro educação**, mostrando que seria irreversível, em curto prazo, a implantação do ensino pago” (*id.*, *ibid.*, p. 118, grifo do autor).

Refletindo sobre o sistema de crédito educativo, implementado pelo governo ditatorial, o autor Cunha (2005, p. 339/40) admite que,

O programa do crédito educativo representou um importante mecanismo de sustentação da lucratividade do capital investido no ensino superior, ao mesmo tempo em que o capital financeiro procurava tirar partido dessa conjuntura de crise [...]. O setor privado esperava ganhar duplamente com o Programa de Crédito Educativo: os bancos, por obterem renda de um dinheiro que antes não poderiam emprestar; os proprietários dos estabelecimentos de ensino superior, por terem mantida sua receita com a diminuição do número de alunos que abandonavam os cursos por não terem como pagá-los. [...]. Já para os estudantes, os resultados foram duvidosos. No início de 1983, dos 250 mil concluintes de curso beneficiados com o crédito educativo, 200 mil eram inadimplentes, por terem deixado de pagar as prestações ou por não terem pago uma sequer (CUNHA, 2005, p. 339/340).

Com a finalidade de “modernizar” a educação, ou seja, adequá-la ao tipo de desenvolvimento autoritário e subordinado ao capital internacional, reforçando assim a posição periférica do país no mercado mundial, as autoridades educacionais entregam aos Estados Unidos - sob pressão desses, no interesse de desenvolvimento de sua política imperialista transfigurada em “ajuda externa” -, a responsabilidade de reorganizar a educação superior brasileira, o que ocorre através dos famosos acordos MEC-USAID.<sup>90</sup> No âmbito interno do país, também se trabalha no mesmo objetivo, principalmente com a constituição da Comissão Meira Matos, que levou o nome do seu presidente, o Coronel Meira Matos, tendo como uma de suas medidas “a cobrança de anuidades do ensino superior, como “forma de obter mais justiça social” (ROMANELLI, 2006, p. 221).

Um dos representantes mais destacados na assessoria norte-americana para realizar estudos visando à elaboração da Reforma Universitária foi o professor universitário americano Rudolph Atcon, um membro da USAID. Em seu Relatório, esse professor, entre outras ideias, deixa claro que “a universidade latino-americana deve consolidar sua **autonomia** e adquirir um grau maior de independência real. O melhor sistema legal para alcançar este grau de liberdade é transformar a Universidade numa **fundação privada** (GADOTTI, 1987, p. 121, grifo do autor).

Com a Reforma Universitária de 1968 ocorre uma expressiva privatização da educação superior brasileira (REIS *apud* RODRIGUES, 2007, p. x). Daí em diante, evidencia-se uma escalada impressionante das instituições de ensino superior privadas, estimuladas pela redução de investimento do governo federal na educação pública superior e pelo incentivo recebido através de vários canais, de “vultosos recursos públicos” (NETTO, 1991, p. 62).

---

<sup>90</sup> Para uma visão dos acordos MEC-USAID, como também do sentido da “ajuda externa” aos países chamados de subdesenvolvidos, um livro imprescindível é o denominado *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*, da autoria de Arapiraca, (1982).

O supramencionado autor (*op. cit.*, p. 62) nos informa, conforme dados divulgados por Cunha, que em relação à redução dos investimentos públicos na educação superior,

“[...] a participação do MEC no orçamento da União, que oscilou entre 8,5% e 10% no período de 1960-1965, desabou para a metade desses níveis nos anos 70, chegando a 4,3% em 1975.” A mesma fonte revela que, em 1974, os gastos com a educação importavam em somente 2,8% das despesas públicas, situando o Brasil, em termos relativos, em 77º lugar entre as nações do mundo.

Em relação ao crescimento das matrículas no ensino superior é impressionante a disparidade existente entre o ensino público e o privado. Desse modo, enquanto “em 1964 as matrículas no ensino superior público representavam 75% do total, em 1984 elas só correspondiam a 25%, [...] entre 1968 e 1973, a oferta de vagas cresceu muito assimetricamente: na rede pública, 210% e na particular, 410%” (CUNHA *apud* NETTO, 1991, p. 63).

O autor Vahl (1980, p. 99), analisando a privatização do ensino superior no Brasil, no período da ditadura militar, constatou que as IES particulares multiplicaram-se de forma rápida a partir de 1965 e que houve uma ampliação extraordinária do número de vagas oferecidas pela rede privada. Segundo ele, o “boom” da privatização do ensino superior no Brasil, no período de 1965 a 1975 chegou a um ponto “que no final de 1977, foi requerida, na Câmara Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de estudar a transferência da responsabilidade da educação do Estado para a iniciativa privada” (*op. cit.*, p. 43). Baseado em Ferraz, esse autor afirma que “[...] a participação da rede pública de ensino superior, quanto ao número de estudantes que abriga, baixou de 49,50% em 1970 para 36,99% em 1974, enquanto na rede particular, no mesmo período, esta participação aumentou de 47,57% para 57,39% (*id.*, *ibid.*, p. 99).

Através desses dados, fica patente a expansão sem precedentes da privatização, no âmbito da educação superior brasileira. Houve uma expansão desse nível de ensino pela via da privatização. Nesse sentido, Severino (2006, p. 301) assevera que,

[...] o governo militar [...] no campo educacional e cultural, favoreceu e incentivou a privatização, uma vez que a educação deve ser entendida e praticada como um serviço, no seio de um mercado livre. A demanda por educação, tão cara às camadas médias da população, deverá ser atendida pela oferta do mercado dos serviços educacionais. *Trata-se de uma política de expansão pela privatização* (grifo nosso).

Analisando o quadro da privatização do ensino superior no período do regime militar, Martins (1988, p. 72/73) afirma que o governo não destinou recursos financeiros suficientes para ampliar as vagas da rede pública de ensino. Logo,

Desta forma, sem investimentos, o Estado conseguiu “democratizar” o ensino superior, deixando que a iniciativa privada se encarregasse desta expansão. As

autorizações e as aberturas de escolas [...] praticamente institucionalizaram a presença e o domínio do setor privado na educação superior brasileira”.

Assim sendo, a educação superior passa a ser vista como um excelente “negócio”, ou seja, uma área de importância que vem ao encontro do interesse do capital em transformá-la em mercadoria, e para isso contando com o indispensável apoio do Estado. É de destaque, nesta época, a presença de empresários no Conselho Federal de Educação – CFE, os quais criaram mecanismos que facilitaram a multiplicação das instituições privadas de ensino (CHAUÍ, 1999). Corroborando esse raciocínio, Martins (1988, p. 69) assevera que esse Conselho adotou como solução para resolver o problema da pressão da demanda por vagas no ensino superior, a privatização desse nível de ensino, pois “[...] as autorizações para abertura de novas escolas era de competência deste Conselho.” O Conselho foi extinto em 1994, devido denúncias que evidenciaram sua natureza clientelista e corrupta, inclusive “por privilegiamento de instituições privadas de ensino superior” (SILVA, 2002, p. 120 e 122).

Diante de tais estratégias realizadas em função de favorecer a lógica do mercado, constatamos o fato de que toda política educacional, implementada no contexto do regime militar para o ensino superior, foi direcionada, de forma mais profunda, no sentido da privatização desse nível de ensino. Como afirma Minto (2006, p. 114),

Com o decorrer do regime, a lógica de beneficiar o grande capital monopolista, assim como muitas das diretrizes e práticas políticas que já estavam presentes em nossa história educacional antes do Golpe de 1964, foram então institucionalizadas como políticas de Estado.

Assim sendo, fica caracterizada a orientação privatista em relação ao ensino superior, vigente no período da ditadura militar, o que não mudou muito em relação aos períodos posteriores a essa época.

### **3.2 A orientação privatizante do ensino superior na “Nova República”**

Em relação à política educacional para o ensino superior, podemos afirmar que, na fase denominada de “transição democrática”, não houve mudanças substanciais, existindo uma continuidade da política que permanece favorecendo, nesse nível de ensino, a área privada.

Em 1985, devido à morte repentina do presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves, assume a presidência da República o vice-presidente José Sarney, oriundo do partido

governista, o qual exerceu seu mandato até 1989. No contexto de sua administração, os destaques são a adoção do lema “tudo pelo social”, além dos planos de governo - Cruzado, de Metas, Bresser, do então ministro da Fazenda, Bresser Pereira e do plano do novo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Esses planos, segundo Silva (2002, p. 131), “no que tange ao aspecto social, fracassaram”. Desse modo, o que a maior parte da população brasileira enfrentou foi um período de inflação e recessão que resultou, segundo Serra (2000, p. 67) em,

*Cortes nos investimentos públicos, nas verbas com destinação social para programas de saneamento, saúde, educação e habitação, arrocho salarial, em especial para os servidores públicos e manutenção de taxas de juros elevadas para atender às especulações do capital (grifo nosso).*

Em um contexto de muita esperança em relação a dias melhores, devido à possibilidade de instauração de uma sociedade democrática, onde existisse liberdade para se eleger seus governantes, “o Brasil se tornou signatário do acordo firmado com organismos financeiros internacionais,<sup>91</sup> como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio das orientações contidas no Consenso de Washington” (COUTO, 2004, p. 144). De maneira geral, essas prescrições iam de encontro às aspirações da maioria da população, mas atendiam às necessidades do capital em crise com “a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada” (*op. cit.*, p. 145).

Nesse sentido, a esperança cultivada pela maioria do povo brasileiro, em relação à possibilidade de vivenciar dias melhores, teve que ser adiada e posteriormente depositada, na Constituição de 1988,<sup>92</sup> a qual foi promulgada num ambiente de promessas feitas em torno da concretização dos avanços sociais registrados, sem levar em consideração o contexto de crise

---

<sup>91</sup> Em sua célebre obra denominada *As veias abertas da América Latina* (1981, p. 252), o autor Galeano relata, baseado em Harry Magdoff, que nos primeiros anos da Revolução Cubana, Fidel Castro manteve contato com o Banco Mundial e o FMI, no sentido de reconstruir “as reservas de divisas estrangeiras esgotadas pela ditadura de Batista” e essas agências lhes responderam que ele teria que aceitar “um programa de estabilização que implicava [...], o desmantelamento do Estado e a paralisação das reformas de estrutura.” Segundo esse autor, como os Estados Unidos detêm a maior parte dos votos no Banco Mundial, esse responde aquele “como um trovão ao relâmpago” (*id., ibid.*, p. 253). Na verdade, o FMI e o Banco Mundial, pressionam sempre no sentido da remodelação das economias e finanças dos países latino-americanos (*id., ibid.*, p. 254), sendo importante acrescentar que isso ocorre, estritamente, para atender os interesses imperialistas, principalmente, da primeira potência.

<sup>92</sup> Segundo Neves e Fernandes (2002, p. 35), pela primeira vez na história de nosso país, com a promulgação da Constituição de 1988, “foi atribuída às escolas privadas laicas a possibilidade de obtenção de lucro, legitimando-as juridicamente como empresas de prestação de serviços (artigos 209 e 213)”. Neste sentido, também para Cury (*apud* BUFFA, 2005, p. 50 “[...] o reconhecimento pelo texto constitucional de escolas lucrativas foi uma novidade, uma vez que, até então, a educação escolar era tida como alheia ao lucro”).

do capital. Tendo em vista este paradoxo, aconteceu que “antes mesmo da regulamentação de vários dispositivos, as elites dirigentes já propunham revisão constitucional” (SILVA, 2002, p. 136).

Esse episódio é representativo da vitória do capital em relação ao trabalho, levando o autor Santos (*apud* SERRA, 2000, p. 69) a comentar o aspecto de que, à época da promulgação da Constituição Federal de 1988, “o Congresso com poderes constituintes conheceu a maior mobilização empresarial de que se teve notícia no Brasil com 45,25% de seus representantes ligados ao capital e 12,5% vinculados a interesses do trabalho”. Desse modo, esperou-se da elaboração de uma lei que fossem efetuadas transformações na realidade caótica existente em todas as dimensões da sociedade, esquecendo-se, contudo do fato de que, como afirma Mézáros (2004, p. 2),

Não podemos esperar de forças externas ou dos parlamentos a realização dessas transformações. Parlamentos podem passar leis. O capital pode violar todas elas, fazer o que bem lhe interessar. A legislação precisa ser traduzida para a realidade. Hoje, a rejeição da política ocorre no mundo todo por um motivo muito claro. Os políticos não estão vinculados às necessidades do povo, mas às regras do capital. [...]. Quem controla a sociedade é o capital – a partir de seus interesses.

Portanto, apesar dos ganhos sociais consagrados na legislação, ocorreu contraditoriamente não só no governo do presidente Sarney, mas também nos governos posteriores, um verdadeiro desmonte da Lei maior. Como afirma Pereira (2002, p. 156/7), baseada em Fagnani, “[...] todos esses progressos constitucionais não frutificaram na prática, sendo, ao contrário, alvos de uma “contrarreforma conservadora”. Para esta autora (*id.*, *ibid.*, p. 156/7), no período pós-constitucional, ocorreu o fato de que,

As classes proprietárias e empresariais [...] legitimadas pelo crescente processo de internacionalização da economia, passaram a centrar fogo nos avanços constitucionais que implicavam maior regulação estatal, clamando, ao mesmo tempo, por: desestatização, desregulamentação econômica e social, privatização do patrimônio e dos serviços públicos e flexibilização do trabalho e da produção.

No que se refere à inserção da educação na Constituição de 1988, ressaltamos que o setor privado ampliou suas conquistas. Nessa direção, o seu artigo 213 contempla a transferência dos recursos públicos para o setor privado e no artigo 209 “o ensino foi declarado “livre à iniciativa privada”<sup>93</sup> (CUNHA, 2005, p. 448 e 450). Para Pinheiro (2005, p. 282), “[...] foram abertos novos mecanismos de transferência de recursos públicos para a escola particular”. Ainda segundo essa autora (*id.*, *ibid.*, p. 286),

---

<sup>93</sup> Segundo Vahl (1980, p. 115), também na Emenda Constitucional nº 1 de 17/10/1969, da Constituição de 1967, “já em seu parágrafo 2º, lê-se, textualmente, que, “respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá amparo técnico e financeiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsas de estudos”.

Não há nenhuma razão [...] para a transferência de recursos públicos para a escola particular, se a rede pública é deficitária. E nesses termos, o argumento de que o privado é também público não se justifica porque são grandes as dificuldades de ingresso na rede particular, principalmente por ser um ensino pago. O que tem ocorrido no Brasil é que o setor privado tem se fortalecido no campo do ensino, em detrimento do ensino público, pelo fato de o Estado não ter priorizado sua atuação na esfera pública. Ao contrário, atuou na área educacional via iniciativa privada, transferindo recursos para este setor.

Assim, no governo Sarney, o que se constata é que a privatização/mercantilização do ensino superior segue seu caminho sem obstáculos. Nessa direção, houve o “aprofundamento do clientelismo e do privatismo no âmbito do MEC [...]”. A prática comum de recrutar empresários do ensino, religiosos e defensores do privatismo para compor o Conselho Federal de Educação, vigente no regime militar, continuou sem barreiras (CUNHA, 2005, p. 413 e 477).

No âmbito dessa conjuntura amplamente incentivadora da tendência privatizante, as instituições de ensino superior privadas cresceram de forma superior às instituições de ensino superior públicas, o mesmo acontecendo em relação ao número de matrículas. Segundo Gusso (*apud* Motta, 2006, matéria online), “entre 1985/1990, as IES públicas tiveram uma taxa de crescimento de 0,8% ao ano e as IES privadas, de 3,5% ao ano. Em 1990, as IES públicas apresentavam 37,6% de matrículas e as IES privadas, 62,4%”.

Nessa mesma direção, a autora Miranda (1989, p. 74) afirma que durante o mandato do presidente Sarney, como também nos anos anteriores, as Instituições de Ensino Superior (IES) Federais tiveram os recursos do Tesouro para sua manutenção diminuídos. Conforme essa autora, o ex-ministro da Educação Marco Maciel relatou que estavam aumentando as pressões para que o governo elevasse “as subvenções destinadas à Universidade privada, embora não dispondo dos meios adequados para acompanhar e avaliar a qualidade da educação por ela proporcionada” (MACIEL *apud* MIRANDA, 1989, p. 75).

Pressionado pelos diversos segmentos da educação superior, o governo Sarney resolve responder aos anseios das IES federais e das IES particulares com a implantação do Programa Nova Universidade (PNU), criado pelo MEC em 1985, pretendendo a revitalização da universidade.<sup>94</sup> Conforme Miranda (1989, p. 76), em sua fase inicial de implantação, esse Programa alocou recursos nas IES públicas, numa fase de inflação alta, mas, que somados ao

---

<sup>94</sup> Segundo Leher (2007, texto online), utiliza-se muito na política o adjetivo “novo”, como uma forma de não vincular as ações de um governo com as de um governo anterior. Assim sendo, na chamada “Nova” República, no governo Sarney foi lançado o projeto “Nova Universidade”, “[...] para enfraquecer o pujante movimento que reivindicava a democratização da universidade”. Logo após, no governo Collor, foi apresentada a proposta de “Uma ‘nova’ política para o Ensino Superior”. No atual governo, de Lula, “[...] o “novo” muda de lugar passando a ser posposto, e o projeto é então denominado “Universidade Nova” [...]”.

orçamento dessas IES “relativo a 1985, não chegaram a atingir os níveis de verbas de 1981”. Prosseguindo sua reflexão, a autora salienta que as IES privadas também receberam recursos federais, “apesar de o próprio ministro da Educação reconhecer, como se viu, a falta de condições de avaliar a qualidade da educação ministrada pelas mesmas” (*id., ibid.*, p. 76).

Assim sendo, as empresas do ensino superior continuavam ganhando subsídios do governo federal, num claro estímulo à privatização/mercantilização da educação superior. Como relatou Donatoni (2002, p. 10) em seu texto intitulado *O Movimento docente do ensino superior na Nova República*, “[...] no momento em que favorece o fortalecimento de empresas particulares de ensino, o governo da Nova República se descompromete com a educação pública superior”.

Após o estudo da Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior, que havia sido designada pelo presidente José Sarney para reestruturar o ensino superior, foi organizado em 1986, o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior - GERES, “o qual atrelava as instituições de ensino superior aos interesses do capital monopolista nacional e internacional” (PEREIRA *apud* BECKER, 2008, p. 7). De acordo com o diagnóstico da Comissão e do referido Grupo, o chamado “modelo único” de universidade, devido ao seu alto custo, seria impossível de ser custeado pelo poder público. Surge dessa conclusão, segundo Sguissardi (2009, p. 300),

A ideia até hoje defendida e na última década posta em prática, oficial e extraoficialmente, de um sistema dual: algumas universidades de pesquisa (humboldtianas), alguns centros de excelência, e uma maioria de universidades de ensino (aqui compreendidas também todas as faculdades isoladas e faculdades integradas ou federações de faculdades).

No bojo de suas diretrizes gerais, o supramencionado Grupo destaca a necessidade de avaliação das Instituições de Ensino Superior, respectivamente dos cursos de graduação e de pós-graduação e do corpo docente, “[...] como condição essencial para a alocação de recursos e estabelecimento da “autonomia” universitária” (PAULA, AZEVEDO E SINDER, 2004, p. 154). Para esses autores (*id., ibid.*, p. 154/5),

Aí está o embrião das políticas avaliativas da década de 90, incluindo o Exame Nacional de Cursos (Provão), instituído em 1995 para avaliar a *performance* dos cursos de graduação e a GED (gratificação de estímulo à docência), instituída em 1998, relativa ao desempenho do corpo docente. O relatório de 1986 ainda admite claramente a avaliação como elemento regulador do sistema, visando resultados.

A defesa, pelo governo, de uma política de avaliação da universidade, está calcada nas exigências dos organismos internacionais, que visa criar uma cultura quantitativa e competitiva no meio acadêmico. Embora a avaliação seja necessária, e ela já vem sendo operacionalizada no Brasil, a exemplo do sistema de pós-graduação que é avaliado pela

Capex e do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), instituído, em 1983, pelo MEC, que acabou em 1986, conforme Paula, Azevedo e Sinder (2004, p. 153), o que se questiona é a forma como ela ocorre, seu objetivo, quem avalia e sob quais parâmetros se avalia. Nesse sentido, criticando o modelo de avaliação da universidade vigente que considera as universidades como empresas, e seus estudantes como clientes, Coêlho (2003, p. 126/7) afirma que,

Essa avaliação é parte constitutiva e uma das faces de um projeto político mais amplo de controle e de avaliação do produto final a partir da ótica quantitativa, bem como de um projeto de planejamento e de racionalização da aplicação de recursos, que ratifica e legitima a hierarquização e a competição entre docentes, as instituições de ensino superior e os cursos. Não por acaso, ficam fora dessa avaliação, entre outros, o processo de formação dos estudantes e a política educacional do Estado, responsável pelas diretrizes, leis, normas e regras que definem a estrutura e o funcionamento do ensino superior brasileiro e pelas condições em que a universidade, o ensino e a pesquisa se realizam.

Inserido na conjuntura da “Nova República” na condição de principal instrumento do processo de avaliação da educação superior brasileira, o GERES recebeu a incumbência de produzir um relatório e um anteprojeto de lei para a reestruturação do ensino superior, mas, segundo matéria do CADERNO ANDES, (2007, p. 14),

Esse grupo foi desfeito ante a reação dos segmentos sociais organizados, em especial das entidades ligadas à comunidade universitária, com destaque para o ANDES-SN (então, a ANDES). A partir desse período, contudo, ganha força a alegação de que o “modelo único” adotado para a educação superior – o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão -, que, diga-se de passagem, não foi totalmente implementado, nem sequer nas universidades então mais bem constituídas (“centros de excelência”), é muito caro, anacrônico e obsoleto.

De forma geral, vem ocorrendo o combate a esse tipo de modelo de universidade referido anteriormente, mas também à educação superior gratuita, sendo uma luta travada pelos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial. Em sua dinâmica de atuação, esse órgão passa a ter um desempenho expressivo, principalmente na década de 1990, através de suas propostas econômicas e políticas direcionadas aos países da América Latina. O conjunto dessas propostas pode ser encontrado em seus vários documentos, os quais vêm influenciando a política educacional desses países, com destaque para o Brasil, no sentido de implementar a política de privatização/mercantilização da educação superior.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Para Rocha (2006, p. 263), “[...] o Banco Mundial tem sido um dos grandes mentores do processo de mercantilização/privatização do ensino superior”. Nessa mesma direção, o autor Sguissardi (2005, p. 279), afirma que, esse Banco é, “talvez o organismo multilateral que mais tem influenciado as reformas da educação superior em curso nos países da América Latina, para não falarmos de outros continentes”.

### 3.3 O protagonismo do Banco Mundial na orientação à privatização/mercantilização da educação superior no Brasil

O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, mais conhecido como Banco Mundial,<sup>96</sup> lidera o denominado Grupo Banco Mundial, que é composto por outros organismos. Entre eles, destacam-se a Sociedade Financeira Internacional (SFI), ou Corporação Financeira Internacional (IFC), criada em 1956 e responsável pelo financiamento do setor privado dos “países em desenvolvimento”; a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960, para a concessão de empréstimos aos países mais pobres; o Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID), criado em 1966, que administra os conflitos de interesses; a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente), criado em 1992, para gerenciamento do meio ambiente (SOARES, 2000, p. 16; MILLET&TOUSSAINT, 2006, p. 84).

O BIRD foi criado em 1944,<sup>97</sup> juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU),<sup>98</sup> durante a Conferência realizada em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos. Esta conferência contou com a participação de 44 governos representantes de vários países, como afirma Soares (2000, p. 18), “sob forte hegemonia norte-americana”. Enquanto ao FMI cabia “estabilizar o sistema financeiro internacional” o BIRD tinha a missão de auxiliar a reconstrução da Europa (MILLET & TOUSSAINT, 2006, p. 76 e 84). Com o passar do tempo, o papel do BIRD é alterado. Devido às novas necessidades da nação imperialista

---

<sup>96</sup> Segundo Fonseca (*apud* MACHADO, 2004, p. 148 “a estrutura decisória do Banco Mundial é composta de tal maneira que aproximadamente “50% dos votos são controlados por cinco países, dos quais os Estados Unidos detêm cerca de 20% além do poder de veto”.

<sup>97</sup> De acordo com Segundo (2006, p. 217), “o argumento para a criação e organização do Banco Mundial levou em conta que os Estados Unidos saíram da guerra fortalecidos econômica e militarmente, mas, para manter sua supremacia, deveriam fortalecer seus parceiros. Por este motivo, no primeiro instante, o Banco se voltou para a reconstrução da Europa e do Japão.”

<sup>98</sup> Segundo Mészáros (2007, p. 100/1), “[...] as Nações Unidas e outras organizações internacionais são tratadas como joguetes dos Estados Unidos e desafiadas com o maior cinismo quando suas resoluções não caem no agrado dos guardiões dos interesses nacionais norte-americanos mais ou menos abertamente declarados.” Para exemplificar, o autor cita Chomsky, o qual afirma que “as mais altas autoridades explicaram com brutal clareza que o Tribunal Mundial, as Nações Unidas e outras agências haviam (sic) se tornado irrelevantes, pois já não seguiam as ordens dos Estados Unidos, como faziam nos primeiros anos do pós-guerra” (*id.*, *ibid.*, p. 101). Para Mészáros, os Estados Unidos dominam não apenas através do dólar “como moeda mundial privilegiada, mas também pelo domínio de todos os órgãos de intercâmbio econômico, desde o Fundo Monetário Internacional (FMI) até o Banco Mundial, desde o GATT até sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio” (*id.*, *ibid.*, p. 102/3).

“indispensável” - os Estados Unidos<sup>99</sup> e seus aliados -, o Banco passa a prestar “ajuda técnica” e empréstimos aos países periféricos.

Foi durante os anos 1950 que o Banco Mundial começou seu investimento no setor de infraestrutura dos países do Sul. Segundo Soares (2000, p. 18), “de 1956 a 1968, os recursos do Banco voltaram-se principalmente para o financiamento da infraestrutura necessária para alavancar o processo de industrialização a que se lançavam diversos países do Sul”. Nessa direção, a partir do final dos anos 1960,<sup>100</sup> já na gestão do seu presidente Robert S. McNamara (1916-2009), o ex-articulador da Guerra do Vietnã, que dirigiu o Banco de 1968 a 1981, o qual, segundo Galeano (1981, p. 17), foi presidente da Ford e Secretário de Defesa dos Estados Unidos, seguindo a tradição de seus presidentes serem eminentes homens de negócios daquele país, a educação dos países periféricos passa a ser prioridade. Nesse sentido, Leher (1999, p. 21) afirma que,

Os dias de glória da contrainsurgência tornaram-se mais opacos no final da década de 1960. Por um lado, o desastre iminente no Vietnã, conjugado às transformações nos países periféricos, como o processo de descolonização e ao fortalecimento do “Movimento dos Países Não-Alinhados”, exigiu mudanças na política externa norte-americana diante das exigências da Guerra Fria. O crescente sentimento antiEstados Unidos nos países periféricos é apreendido como uma ameaça à supremacia deste país, [...]. Por outro lado, **as manifestações da crise estrutural do capitalismo começam a assumir feições mais nítidas nos anos 1970**, [...]. A consideração simultânea desses fatores provocou mudanças na orientação tática do Departamento de Estado. Cresceu, então, a preferência por ações indiretas, mediadas por organismos multilaterais. É neste contexto que Robert S. McNamara deixa o Departamento de Defesa para presidir o Banco Mundial (grifo nosso).

Segundo Fonseca (2000, p. 229/230), a cooperação técnica e financeira dos órgãos multilaterais, como o Banco Mundial, em relação à educação brasileira, foi uma continuidade da “assistência técnica” proporcionada pelos Estados Unidos ao Brasil, ocorrida já na primeira metade do século XX. Essa cooperação se deu inicialmente em forma de intercâmbio entre associações de educadores brasileiras e norte-americanas, prolongando-se até os anos 1950. Depois ela é retomada, a partir de 1961, através dos acordos entre os governos brasileiros e norte-americanos, realizados com “[...] os fundos destinados à assistência técnica [...] administrados pela USAID.” É no âmbito dessa segunda fase que a

---

<sup>99</sup> Sob a pressão de um mundo bipolar, com receio da possibilidade de uma aliança comunista, liderada pela então, URSS, com os países do Sul, e no interesse da expansão e do fortalecimento do sistema do capital, os Estados Unidos passam a implementar “políticas de desenvolvimento no âmbito internacional, e o Banco Mundial se envolveu progressivamente nesse processo de estabilização e expansão do sistema capitalista mundial, mediante programas de ajuda e concessão de empréstimos crescentes aos países do Sul a partir do início dos anos 50” (SOARES, 2000, p. 18).

<sup>100</sup> De acordo com Galeano (1981, p. 253), “desde 1968, o Banco Mundial desviou grande parte de seus empréstimos na promoção do controle da natalidade, nos planos de educação, nos negócios agrícolas e no turismo.”

cooperação internacional se caracteriza como uma política bilateral. Dessa forma, para essa autora, em uma terceira fase, “no final dos anos 60, o governo norte-americano toma a iniciativa de substituir as atividades de cooperação técnica bilateral por outras formas de cooperação, por meio de instituições multilaterais como o BIRD [...]” (*id., ibid.*, p. 230).

Na gestão do então presidente do Banco Mundial Robert McNamara a estratégia política adotada era a de priorizar a área social, no sentido de reduzir a pobreza que teimava em crescer, apesar das experiências de aumento do crescimento econômico em alguns países do Sul, a exemplo do Brasil, na década de 1970. Para justificar a priorização dessa área, o argumento utilizado pelo presidente era de que “[...] a justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político” (McNAMARA *apud* FONSECA, 1998, p. 3, tradução da autora).

Assim, o Banco Mundial elegeu o combate à pobreza como sua política básica, responsabilizando, contudo, a população empobrecida pela superação deste estado, o que deveria ser alcançado através do aumento de sua produtividade. De acordo com Fonseca (1998, p. 4),

Segundo a nova visão, a responsabilidade deveria ser transferida do âmbito do Estado para os próprios indivíduos, isto é, a diminuição da situação de pobreza dependeria da capacidade dos pobres em aumentar a sua própria produtividade. A nova visão é reiterada na sequência dos documentos políticos que o Banco elaborou para a área social, inclusive para a implantação de estratégias privatizantes durante a década de 80, que reforçam o deslocamento do público para o individual sob o controle “natural” das leis do mercado.

Em relação à educação, o Banco Mundial, na década de 1970, especificamente, em 1971, elaborará seu primeiro documento, no qual já demonstra a “preocupação” com a educação básica e a superior nos países periféricos, explicitando, nas palavras do seu presidente que, “todo ser humano deve receber um mínimo de educação básica na medida em que os recursos financeiros o permitam [...]” (McNAMARA *apud* FONSECA, 1998, p. 8). Segundo essa autora, no seu primeiro documento de política educacional o Banco Mundial constata que “[...] o acelerado crescimento demográfico no Terceiro Mundo teria sido o fator responsável pelo aumento potencial da demanda por escolarização em níveis superiores” (*id., ibid.*, 1998, p. 8).

Nessa época, o Banco Mundial já demonstrava “preocupação” com o aumento de despesas do Estado com educação e por isto já começa a sugerir “que os custos do ensino fossem transferidos para os alunos” (BIRD, 1974, *apud* FONSECA, 1998, p. 9). Em seguimento, na década de 1980, com a crise do capital em evidência, o Banco ao conceder empréstimos aos países periféricos - os quais, segundo Leher (1999, p.23), “como

consequência da crise [...] tiveram suas dívidas aumentadas [...]” -, com as famosas “condicionalidades,”<sup>101</sup> garante a condição de propor - leia-se impor - suas diretrizes às políticas sociais desses países, no sentido de privatizá-las.

O Programa de Ajuste Estrutural imposto pelo Banco Mundial juntamente com o FMI para os chamados “países em desenvolvimento”, desestruturaram as economias desses países e impuseram uma política privatizante para a área social. Segundo Chossudovsky (1999, p. 26 e 58),

Desde o começo dos anos 80, os programas de “estabilização macroeconômica” e de “ajuste estrutural” impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para a renegociação da dívida externa) têm levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento. “[...] Os chamados “programas com metas estabelecidas” destinados a “ajudar os pobres”, combinados com a “recuperação do custo” e a “privatização” dos serviços de saúde e educação, são considerados um meio “mais eficiente” de liberar programas sociais.

Na década de 1990, a educação é considerada pelo Banco Mundial como “[...] o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social” (BANCO MUNDIAL, 1990 *apud* LEHER, 1999, p. 25). No âmbito dessa estratégia, a categoria pobreza<sup>102</sup> será enfatizada nos documentos do Banco, sendo priorizada a educação fundamental<sup>103</sup> no sentido de sua gratuidade, como responsabilidade do Estado e defendida a privatização do ensino superior. Nessa direção, Lima (2002, p. 46/7), ressalta que,

Ao longo da década de 1990, desencadeia-se uma ampliação do espaço privado, não somente nas atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais [...] o que gera um aprofundamento no processo de mercantilização da educação. Este processo torna-se expresso na educação superior, na medida em que o discurso dos organismos internacionais ressalta que a este nível de ensino é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica.

---

<sup>101</sup> Conforme Lima (2006, p. 1), as condicionalidades constituem-se num processo através do qual “os empréstimos financeiros concedidos pelos organismos internacionais estão condicionados à implementação de reformas na política macroeconômica e nas políticas setoriais à luz do projeto societários do capital.” Nesse sentido, podem ser denominadas de condicionalidades cruzadas, ou seja, “todos os países que assinam empréstimos do Banco automaticamente recebem um requerimento de que aceitem cada condicionalidade vinculada àquele acordo, tanto pelo Banco como pelo FMI” (MCCALLION *apud* AZZI & BOCK, 2008, p. 20/1). Os países recebedores dos empréstimos que não pautarem suas políticas internas conforme as “orientações” do Banco sofrerão sanções (*sic*) econômicas, como já ocorrido com alguns governos no Brasil, pois esse Banco tem como alvo fundamental “auxiliar o governo americano na execução da sua política externa” (SEGUNDO, 2006, p. 225).

<sup>102</sup> De acordo com Coraggio (2000, p. 108), o Banco focaliza as políticas sociais nos setores de extrema pobreza, implementando-as “sem afetar o setor de maior concentração da riqueza, mas atingindo os setores médios urbanos que se beneficiavam delas, o que serve melhor ao objetivo de minimizar o gasto público [...]”

<sup>103</sup> Segundo Kuenzer (*apud* CARDOZO, 2006, p. 209), conforme pesquisas realizadas pelo Banco Mundial, o nível fundamental teria maior retorno econômico e seria irracional o “investimento em um tipo de formação cara e prolongada, em face da crescente extinção de postos de trabalho e da mudança do paradigma técnico para o tecnológico”.

Segundo Silva (2002, p. 11), em seus documentos, intitulados *Prioridades y estrategias para la educación-estudio sectorial del Banco Mundial e La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, o Banco Mundial apresentou as seguintes políticas para a educação pública:

Educação básica como principal, mas prioridade no ensino fundamental; [...] privatização do ensino médio e superior; ênfase no autofinanciamento e nas formas alternativas para captar recursos; [...] convocação dos pais e da comunidade para participar dos assuntos escolares; estímulo ao setor privado: sistema S, empresários e aos organismos não governamentais como agentes ativos no âmbito educacional [...]; redefinição das atribuições do Estado e retirada gradual da oferta dos serviços públicos: educação e saúde; [...] institucionalização dos sistemas nacionais de avaliação; [...].

Nesses termos, o Banco Mundial, através de seus empréstimos aos países periféricos e da imposição de condições aos países “beneficiados,” tem estimulado a penetração da iniciativa privada na área dos serviços básicos, assegurando “as melhores condições para a reprodução do capital”, sendo que “a intensificação da iniciativa privada na provisão de serviços como os de saúde e de educação acentua a má qualidade de vida dos setores economicamente desfavorecidos” (OLIVEIRA, 2006, p. 60/1).

Declarando através de documentos, na década de 1990, sua posição contrária à liberação de verbas por parte dos governos dos “países em desenvolvimento” para a educação de nível superior, como afirmam Rabelo e Ribeiro (2003, p. 225), através da implementação de uma política, respectivamente, de “redução drástica nas inversões no ensino superior, corte de verbas para manutenção, custeio e investimento das universidades públicas [...]”, o Banco propugnará a garantia de acesso a esse nível de ensino através do estímulo ao campo privado. Segundo Lima (2002, p. 47), no documento publicado por esse Banco no início da década de 1990, especificamente em 1994, intitulado *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, está presente um processo de privatização do ensino superior, que inclui dois elementos, sendo eles,

A expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais e o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para a contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infraestrutura das instituições, entre outros mecanismos.

Ainda em relação a esse documento, a supracitada autora relata que o Banco apresenta quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe. A primeira é a diversificação das instituições de ensino superior, “sob o pressuposto do desenvolvimento de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração e a educação a distância [...]”; a

segunda estratégia é a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas, aqui incluindo a defesa da cobrança de mensalidades para os estudantes, corte de verbas públicas para atividades como alojamento e alimentação, recebimento de recursos financeiros oriundos de doações de empresas e de realização de cursos, consultorias e pesquisas por meio de convênios entre as universidades e empresas; a terceira estratégia é a reestruturação do Estado, no sentido de que o mesmo “viabilize a implantação de diretrizes privatizantes da educação”; a última estratégia relaciona-se à necessidade de uma aproximação do setor privado, como se expressa o Banco: “[...] a participação dos representantes do setor privado nos conselhos de administração das instituições de ensino superior, públicas e privadas, pode contribuir para assegurar a pertinência dos programas acadêmicos” (LIMA, 2002, p. 47/8).

No documento de 1998, intitulado *The Financing and Management of Higher Education* (O Financiamento e Gestão da Educação Superior), produzido pelo Banco, o mesmo afirma que a orientação do ensino superior para o mercado, que é hoje uma realidade em quase todos os países, ocorre devido à “crescente importância que em quase todo o mundo têm adquirido o capitalismo de mercado e os princípios da economia neoliberal” (BANCO MUNDIAL *apud* SGUISSARDI, 2005, p. 279). Para essa agência internacional, segundo sua afirmação, “o ensino superior responde a muitas das condições identificadas por Barr como características de um bem privado [...]” (*id.*, *ibid.*, p. 279).

Desse modo, de maneira abrangente, o Banco Mundial considera a educação, especialmente a superior, como um bem privado e não público, ou seja, como uma mercadoria, enquadrando a universidade em moldes empresariais. Frente a este entendimento, ressaltamos o aspecto de que ele vai ao encontro do interesse do capital de substituir o espaço público por um campo no qual imperem as relações do “livre mercado”. Nesse sentido, a própria ideia de considerar a universidade como uma empresa<sup>104</sup> é compartilhada por muitos autores envolvidos com questões do ensino superior, a exemplo do professor norte-americano Atcon, autor do Relatório sobre as universidades públicas brasileiras, durante o regime militar, o qual “propunha para as IFES um modelo administrativo “tipo empresa privada e não de serviço público [...]”, além do sociólogo brasileiro Simon Schwartzman que “acusa de *visão dicotômica e maniqueísta* a de quantos

---

<sup>104</sup> Sobre a comercialização da atividade educativa, a introdução da lógica mercantil na educação, principalmente na superior, consultar o livro de Laval (2004), intitulado *A escola não é uma empresa – o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Segundo o autor, este livro foi resultado de uma pesquisa baseada nas “recomendações” de várias organizações internacionais que objetivam contribuir para a realização de reformas educacionais, em todo o mundo, que visam à introdução da lógica mercantil na área educativa.

opõem a lógica das universidades à das empresas econômicas (SGUISSARDI, 2005, p. 280, grifo do autor).

Em outro documento, elaborado também no final da década de 1990, especificamente em 1999, intitulado *Estratégia para o Setor Educacional – documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe* evidenciamos o aspecto de que ele avalia a educação na década de 1990 e elabora metas para o próximo século. Assim, por intermédio desse documento, “novamente, o BM reforça o papel da educação como estratégia de diminuição da pobreza e a necessidade de privatização do ensino superior” (LIMA, 2002, p. 51).

Para a autora supracitada, (*op. cit.*, p. 52), conforme o entendimento do próprio Banco,

Os setores privados e sem fins lucrativos desempenham um papel crucialmente importante no financiamento e na prestação dos serviços educacionais, especialmente no nível superior, no qual um terço de todos os alunos universitários estão matriculados em instituições privadas (tradução da autora).

O Banco, no documento supracitado, foi de uma clareza ímpar quanto ao fato da importância do setor privado na solução dos problemas da educação. Assim, segundo a autora (*id., ibid.*, p. 52), esse organismo representante do capital exalta esse setor ao afirmar que,

Um número cada vez maior de governos da região veem a participação do setor privado como uma solução potencial de muitos problemas da educação. A participação do setor privado não só aumenta o número efetivo de vagas nas escolas como também melhora a qualidade, ao fomentar a competição por fundos públicos entre os provedores públicos e privados (tradução da autora).

Ainda conforme a citada autora (2002, p. 53), em relação à educação superior, o Banco manteve as mesmas ideias e orientações expressas no documento já citado “La enseñanza superior...”, como a diversificação das instituições de ensino superior, a flexibilização da gestão administrativa, o fortalecimento do setor privado, a diversificação das fontes de financiamento entre outras “recomendações”. Particularmente, em relação ao processo de privatização da educação superior na América Latina, o Banco afirma que “[...] também apoiará as iniciativas de fortalecimento do papel do setor privado no financiamento e prestação de educação superior” (*id., ibid.*, p. 53 - tradução da autora).

No início do século XXI, o Banco Mundial fortalece ainda mais suas orientações no que se refere à privatização do ensino superior, fazendo com que as políticas direcionadas a esse nível de ensino no Brasil continuem seguindo as recomendações dessa agência multilateral (MELO, 2006, p. 125). Desse modo, é mantida a linha de investimento em

educação básica<sup>105</sup> para os “países em desenvolvimento”. Contudo, para os autores mais críticos, a exemplo de Cardozo (2006, p. 212), a prioridade proporcionada à educação básica pelo Banco Mundial, representa uma “política de restrição e desqualificação da educação média e superior.” Para esse autor (*op. cit.*, p. 212),

Enquanto o Banco Mundial orienta os países periféricos a investirem em educação básica, os países ricos investem no ensino superior e em pesquisas de ponta. Isto contribui para o aumento da dependência tecnológica entre países desenvolvidos e os chamados em desenvolvimento.

A orientação do Banco Mundial no sentido de facilitar o desenvolvimento do setor privado na área da educação, em direção a sua comercialização, segundo Lima (2004, p. 59), torna-se explícita quando um dos seus organismos - a Corporação Financeira Internacional – IFC - a qual é responsável pelo financiamento do setor privado dos “países em desenvolvimento”, afirma que “os esforços do Banco Mundial para desenvolver o setor educacional privado focalizam-se na promoção do estabelecimento de um ambiente de políticas facilitadoras para o desenvolvimento do setor privado [...]”. Prosseguindo em sua análise, essa autora salienta o aspecto de que essa Corporação também evidencia que a educação superior se constitui uma das áreas mais cotadas para investimento e que o crescimento das instituições privadas de ensino permitirá aos governos a redução de seus gastos além de lhes oportunizar “apoiar sistemas de livre escolha” (*op. cit.*, p. 60).

Apesar de todas as reformas realizadas nos países periféricos – a exemplo da previdência, educação, saúde, tributária, do trabalho, fiscal entre outras, - implementadas conforme “sugestão” dos organismos multilaterais, dentre os quais o Banco Mundial, a pobreza e miséria têm se aprofundado com mais intensidade. Para o Banco Mundial, todavia, este fato vem se dando em consequência “da incapacidade de esses países alcançarem um crescimento sustentável,<sup>106</sup> responsabilizando-os por sua posição desfavorável no *ranking* do capitalismo internacional” (MELO, 2006, p. 126).

---

<sup>105</sup> Apesar de ser considerada prioridade pelo Banco Mundial, a educação básica, que para o Banco significa educação fundamental, conforme já registrado, sofreu, desde a década de 1990, “declínio na destinação de recursos públicos” (MELO, 2006, p. 127).

<sup>106</sup> Segundo Melo (2006, p. 126), para os representantes do capital internacional, crescimento econômico sustentável “é o conceito que designa atualmente o poder de competitividade dos povos e nações no mercado internacional [...]”. Esse crescimento inclui a capacidade de “criar e inovar conhecimento”, relacionando também “a criação de riqueza à criação de ciência e tecnologia, seu uso e adaptação” (*id., ibid.*, p. 126). Nesse sentido, não se leva em consideração a condição de barbárie de muitas nações que já estão incluídas, perversamente, no sistema do capital, e que têm sua situação reforçada pelas “políticas de inclusão” desses próprios organismos.

Para o Banco Mundial, segundo Melo (2006, p. 130), cabe à educação superior, no século XXI,<sup>107</sup> nos países periféricos, o papel de contribuir para que esses países realizem saltos evolutivos, visando a aproximá-los da tão propalada “sociedade do conhecimento”. Conforme a citada autora (*op. cit.*, p. 130),

As consequências diretas nas mudanças dos objetivos para a educação superior para os países pobres estariam na transformação do conhecimento em bens e serviços, no sentido de realizar um sistema nacional de inovação, com suas universidades sendo responsáveis também por estimular e realizar parcerias tanto com a comunidade científica internacional quanto com o setor privado [...]. Estas seriam as bases do planejamento para o ensino superior para os países pobres para as próximas décadas.

Cabe agora uma rápida digressão tendo em vista a afirmação de muitos autores de que estaríamos vivendo na “sociedade do conhecimento”. Conforme Filho (2003, p. 317), vários autores como Offe, Habermas, Bell e outros entendem que, devido às mudanças operadas na economia e na organização social, a centralidade do trabalho, defendida por Marx, foi substituída pela centralidade do conhecimento, por isto estaríamos vivendo na “sociedade do conhecimento”, onde “o conhecimento científico é a principal força produtiva no sistema de acumulação capitalista atual”. Contudo, mesmo com todas as mudanças pelas quais passa o capitalismo do final do século XX e início do século XXI, a essência da sociedade capitalista não se alterou e a chamada “sociedade do conhecimento” “é uma ideologia produzida pelo capitalismo [...] que teria a função ideológica [...] de enfraquecer a luta por uma revolução que leve a superação radical do capitalismo [...]” (DUARTE, 2003, p. 13). Como afirma com propriedade Lima (2004, p. 41) “a sociedade do conhecimento” é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia”.

No final do segundo mandato do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o Banco Mundial publicou um estudo nomeado *Higher education in Brazil: challenges and options* (Educação superior no Brasil: desafios e opções). Para a sua realização, a instituição contou com a participação de várias autoridades, como o Ministro da Educação, representantes do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, do Conselho Nacional de Educação, consultores, observadores e assistentes, como a professora Eunice Durham da Universidade Federal de São Paulo e Cláudio de Moura Castro, consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (MELO, 2006, p. 130/1).

---

<sup>107</sup> Nos anos 1980 e 1990 a educação superior perdeu prioridade para o Banco Mundial e no final do século XX e início do século XXI volta a ter prioridade na política desse Banco, mas não para ser ofertado pelo setor público e sim pelo privado (SIQUEIRA, 2004, p.49/50).

Segundo a supracitada autora, foram elaborados seis estudos para embasar a realização de um diagnóstico da educação superior brasileira e as recomendações para este nível de ensino para os próximos vinte ou trinta anos. No bojo dessas análises, a preocupação do Banco se revela com os altos custos para manutenção de instituições públicas de ensino superior, ressaltando a excelência de algumas delas como as estaduais paulistas e as Pontifícias Universidades Católicas - PUC de São Paulo e Rio de Janeiro. Conforme os estudos e recomendações chegaram a conclusão de que essas universidades “são exceção da regra geral, exemplos isolados” (MELO, 2006, p. 131).

Dando continuidade à análise sobre o diagnóstico realizado pelo Banco Mundial acerca da educação superior brasileira, Melo (2006, p. 132) salienta o elogio feito pela instituição quanto a determinadas medidas que foram implementadas na reforma do ensino superior na década de 1990. Nesse sentido, destaca a reforma na base legal, ressaltando a positividade da LDB de 1996, “que legitimando a possibilidade de criação de centros universitários teria dado maior flexibilidade à criação e manutenção de universidades de ensino [...]”. Além desta, também registra a importância da “criação de cursos de curta duração e mestrados profissionalizantes para as áreas de grande demanda [...]” (*id., ibid.*, p. 132). Entretanto, faz uma crítica à resistência realizada pelas universidades públicas às mudanças necessárias, alegando que o Regime Jurídico Único “engessaria as carreiras dos funcionários-docentes das universidades federais, [sendo um] fato impeditivo para as reformas” (*id., ibid.*, p. 132).

Além do elogio feito à LDB/96, o Banco viu como uma importante conquista a implantação de um sistema de avaliação do desempenho - realizado no período compreendido entre os anos 1994 e 1998 – entendendo-o como um instrumento que garantiria que os recursos para o ensino superior estariam sendo aplicados no sentido de garantir “um padrão mínimo de qualidade dos seus produtos” (BANCO MUNDIAL *apud* MELO, 2006, p. 132, tradução da autora). São mencionados no documento, como pontos positivos para a educação superior: os instrumentos de avaliação como o “Provão” (Exame Nacional de Cursos), “[...] que teria causado impacto imediato na criação de uma cultura de avaliação do desempenho entre as universidades e causado reações imediatas na procura pelas universidades com melhores resultados” e o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras - Paiub, “que teria funcionado como um programa inicial para sistematizar a avaliação institucional no Brasil [...]” (*id., ibid.*, p. 132/3).

Segundo Melo (2006, p. 133), o Banco ressalta também que determinadas medidas ainda não foram implantadas, como a ação de premiar as universidades a fim de que sigam as

recomendações e “provem que estão investindo em melhor acesso, qualidade e eficiência dos cursos”.

A supracitada autora (*id., ibid.*, p. 133/4) evidencia também o aspecto de que, como parte do seu diagnóstico realizado sobre o ensino superior brasileiro, o Banco Mundial continua afirmando que os mais ricos é que são beneficiados através do acesso à universidade pública.<sup>108</sup> Prosseguindo, ressalta também que, em 1997, apenas 54% dos alunos se formaram, enfatizando que a percentagem de apenas 12% de alunos que frequentaram o ensino superior no Brasil, na década de 1990, é baixa em relação ao conjunto da América Latina. A crítica também é feita por um dos consultores, o sociólogo Schwartzman (*apud* MELO, 2006, p. 134), às Constituições brasileiras, as quais, segundo ele, “[...] tendem a ser generosas e inclusive cheias de esperanças e promessas”. Ele também cita, especificamente, a Constituição de 1988, ressaltando que os artigos 206 e 214 dessa Lei Maior, em relação à educação superior,

Requerem, entre outras coisas, educação pública, gratuita em instituições oficiais, gestão democrática da educação pública, uma carreira unificada para as instituições federais, autonomia e o *princípio de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão* (grifo do autor).

Como podemos constatar, as soluções e recomendações feitas pelo Banco Mundial em relação ao ensino superior brasileiro são inúmeras, e a maioria já vem sendo aplicada, pelos governos. Em relação ao acesso, o Banco recomenda, para os alunos pobres, a realização de uma política de distribuição de cupons ou vales,<sup>109</sup> com vistas a diminuir a pressão nas instituições terciárias públicas, ressaltando ainda que “o governo também deveria traçar metas para que o setor público se tornasse mais eficiente e o setor privado continuasse a crescer, respondendo a demanda”. Em relação à melhoria da qualidade é proposto um “maior controle sobre os produtos de ensino aprendizagem”. Quanto a uma melhoria da relevância social e da eficiência, a recomendação é “melhorar as relações das políticas públicas de educação, de ciência e tecnologia com o mercado [...] em um movimento de submissão cada vez mais profundo de nossa educação superior às suas regras” (*id., ibid.*, p. 134/5).

---

<sup>108</sup> Segundo Siqueira (2004, p. 54), os dados publicados pelo Inep baseados no resultado do Provão de 2003 mostram que esta afirmação não se sustenta, pois foi confirmado que “há mais alunos carentes nas instituições de ensino superior públicas, em todas as áreas, do que nas privadas”.

<sup>109</sup> Os subsídios ao sistema privado de ensino são recomendados pelo Banco Mundial em países que já têm um alto índice de privatização do ensino superior, como o Chile e o Brasil. No Chile “já foi aplicado o sistema de *vouchers* [vales] e, mais recentemente, no Brasil, o programa ProUni utiliza subsídios indiretos ao ensino privado [...]. Esse programa obedece ao modelo de parcerias público-privadas, que constitui um modelo de gestão eficiente segundo o Banco Mundial” (SILVA, GONZALEZ e BRUGIER, 2008, p. 108).

No âmbito do atual governo, o Banco Mundial continua mantendo a indicação de uma política educacional do ensino superior voltada para sua privatização e mercantilização, através de objetivos declarados em seus documentos o que não poderia ser diferente, já que, como registramos, as metas elaboradas para esse nível de ensino, a partir da elaboração do diagnóstico da educação superior no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso deveriam abranger o período de vinte a trinta anos, como também, como veremos adiante, por meio do documento intitulado *Estratégia de Assistência ao País* (EAP).

Através de um documento denominado *Estratégia de Assistência ao País – EAP*, elaborado pelo Banco Mundial para cada país tomador de empréstimo, encontra-se descrita a estratégia a ser utilizada pelo Banco para a concessão do empréstimo ao país que o solicita, como também “[...] os planos para os tipos de operações de empréstimos: reformas econômicas ou ajustes estruturais e projetos de investimentos setoriais” (VIANA *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 62). Desse modo, através desse documento, o Banco dita as ações a serem seguidas pelo governo do país que receberá o empréstimo e que serão monitoradas pelo Banco.

Nessa direção, segundo Oliveira (2006, p. 63), já na EAP de 1997 direcionada ao Brasil, estavam reveladas as “recomendações” do Banco a serem desenvolvidas pelo governo brasileiro. Após análise desse documento, o autor (*id.*, *ibid.*, p. 63), concluiu,

Não poder haver um processo de reestruturação da economia sem que haja, por parte do governo, uma firme decisão de implementar ajustes econômicos e administrativos [...]. No transcorrer de todo o documento, é constante a referência à reestruturação do serviço público, leia-se, privatização dos serviços básicos [...].

Em relação à EAP do período de 2004 a 2007, já no atual governo de Luís Inácio Lula da Silva, Segundo (2006, p. 230/1) afirma que essa agência internacional “faz advertências ao governo brasileiro”. Nesse sentido, para combater a pobreza, o país deve priorizar a realização de reformas, “comprometendo-se, sobretudo, com uma política de austeridade fiscal, metas de inflação e o pagamento de seus contratos de dívida”. Em relação à educação média e superior, conforme o citado autor (*id.*, *ibid.*, p. 231),

Outra prioridade estabelecida pelo Banco Mundial é o aumento das matrículas no ensino médio. Em relação ao ensino superior, o Banco (2004) avança na crítica a universidade pública, que é gratuita. Conforme declara: “Os gastos com ensino superior beneficiam apenas poucos privilegiados”.

Assim sendo, podemos constatar que o Banco Mundial, como representante legítimo dos interesses do capital, apresenta-se como “interessado” na superação da pobreza dos países periféricos, através da imposição de reformas que apenas têm contribuído para

aumentar a miséria desses países. No que se refere a sua ingerência na política para a educação superior, todas suas “recomendações” têm sido no sentido de sua privatização e mercantilização, no contexto da crise estrutural do capital. No bojo dessa crise, os países imperialistas tentam superá-la usando todas as estratégias possíveis, dentre as quais, a imposição de reformas aos países “em desenvolvimento”, visando à recomposição do capital.

### **3.4 O governo de Fernando Henrique Cardoso: a Reforma da educação superior brasileira no contexto da Reforma do Estado**

O jornalista econômico, Aloysio Biondi (1936-2000), foi muito feliz ao proceder à análise da política de privatização do governo do presidente FHC, o qual dirigiu o país por dois mandatos: o primeiro de 1995 a 1998 e o segundo de 1999 até 2002. Dessa análise se originou o livro intitulado *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. Nessa obra, fica explicitada a política privatista do citado governo o qual entregou o patrimônio público à burguesia nacional e internacional, em um processo de privatização, iniciado no governo de Fernando Collor de 1990 a 1992 e aprofundado no seu. Segundo Katz (1996, p. 242/3), no contexto da crise do capital, que requereu a política neoliberal, “as privatizações foram concebidas para oferecer uma saída ao capital, tendo em vista os obstáculos impostos à acumulação pela crise fiscal. [Só que elas] participam do predomínio especulativo e não resolvem a crise fiscal crônica dos Estados”.

Infelizmente, a venda das empresas estatais<sup>110</sup> foi apenas um capítulo da história do desmonte da Nação, pois em relação à educação superior, tanto o governo Collor como o governo FHC tentaram implementar a política determinada pelo Banco Mundial para a educação superior (LEHER, 2003, p. 85/ 86).

A década de 1990<sup>111</sup> foi marcada no Brasil pela adesão do então governo Collor ao ideário do denominado *Consenso de Washington*, ao qual já nos referimos neste estudo.

---

<sup>110</sup> Segundo Biondi (2003, p. 9), o governo FHC justificou a venda das estatais afirmando que ela atrairia dólares, o que reduziria a dívida externa do Brasil e salvaria o real. O dinheiro decorrente da venda diminuiria a dívida interna. “Aconteceu o contrário: as vendas foram um “negócio da China” e o governo “engoliu” dívidas de todos os tipos das estatais vendidas; isto é, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que “compraram” as estatais não usaram capital próprio, dinheiro delas mesmas, mas, em vez disso, tomaram empréstimos lá fora para fechar os negócios. Assim aumentaram a dívida externa do Brasil”.

<sup>111</sup> Essa década foi muito bem caracterizada por Antunes (2005, p. 3), em sua obra denominada *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*, como “a década da desertificação social e política neoliberal”, pois

Apesar de ter sido impedido de continuar seu governo devido ao *impeachment* sofrido em 1992, quando foi substituído pelo vice Itamar Franco,<sup>112</sup> em pouco tempo de governo causou um verdadeiro “desastre social” (SOARES, 2003), no Brasil. Conforme Pereira (2002, p. 162/3), no governo Collor tivemos,

[...] o sequestro e congelamento dos ativos financeiros, achatamento salarial, privatizações de empresas estatais, abertura da economia ao capital, implantação de políticas fiscais e monetárias restritivas, demissão de 360 funcionários públicos em conformidade com as metas da reforma administrativa, integrante de uma pretensa reforma do Estado, oposição sistemática à consumação dos novos direitos constitucionais, resgate do assistencialismo, do clientelismo e do populismo, rejeição explícita do padrão de seguridade social previsto na Constituição de 1988 [...] e a seletividade e focalização das políticas sociais, a partir de 1991.

Na área da educação superior, o governo Collor tentou adequar esse nível de ensino aos domínios do mercado, buscando, de acordo com a orientação, principalmente do Banco Mundial, adotada pelo seu ministro da educação José Goldemberg e por um grupo de intelectuais brasileiros que apoiavam as diretrizes desta agência multilateral, efetivar ações que concretizassem seus objetivos. Collor foi coerente com o ideário neoliberal, do qual ele foi considerado o governo pioneiro no que se refere a sua execução no Brasil, sendo que, conforme Wu, Terribili e Campos (2004, p. 1), “um dos principais alvos do ajuste estrutural na área educacional foram as universidades federais, entendidas desde então como instituições “elitistas”, “onerosas” e pouco eficientes”. Corroborando essa afirmação, Leher (2003, p. 85/6) assevera que,

O governo Collor tentou implementar a política do Banco Mundial para a universidade chamando para o seu governo membros de um “centro de influência” gestado dentro da universidade de São Paulo, o Núcleo de Pesquisa de Ensino Superior (Nupes/USP), que, prontamente, elaborou as linhas mestras do projeto de universidade daquele governo, em consonância com as orientações do Banco Mundial. [...] o projeto objetivava diferenciar as instituições de ensino superior e diversificar as suas fontes de financiamento [...]. Para favorecer o crescimento do setor empresarial, além da diversificação já apontada, foram tomadas iniciativas para promover uma radical desregulamentação, capaz de remover o controle público das instituições privadas que, deste modo, passaram a ser *reguladas* pelo mercado. [...] Ademais, o orçamento das universidades, conforme o novo cânone deveria ser fortemente reduzido. Para implementar essas medidas, seu governo propôs a Emenda Constitucional nº 56-b, com o propósito de remover pontos centrais da Constituição de 1988 [...] como: gratuidade, autonomia constitucional, indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, regime jurídico único, aspectos

---

os governos dos presidentes Collor e FHC conseguiram promover no Brasil, sob o comando dos organismos multilaterais, um verdadeiro processo de devastação social no país, tendo o mesmo continuidade no governo Lula. Conforme Lima (2007, p. 135), na década de 1990, a qual ela denomina de “anos de contrarrevolução neoliberal no Brasil”, a privatização/mercantilização da educação superior nesse país ocorreu “por meio de duas estratégias principais: diversificação das IES e dos cursos e diversificação de suas fontes de financiamento”.

<sup>112</sup> O governo Itamar Franco, segundo Pereira (2002, p. 164), caracterizou-se por ser um governo que assumiu a presidência com insegurança e que “pouco teve a contribuir para a melhoria das condições sociais da nação”. Para Antunes (2005, p. 20/1), o governo Itamar caracterizou-se por “uma ambigüidade congênita” e implementou “um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor [...]”.

que, em seu conjunto, configuram o que o Banco Mundial denomina pejorativamente de “modelo europeu”.

Como já registrado, o governo Collor<sup>113</sup> não cumpriu totalmente seu mandato, e no governo de seu substituto, seu vice Itamar Franco, o projeto neoliberal para a educação superior “ficou mais ou menos estagnado” (WU, TERRIBILI & CAMPOS, 2004, p. 1). Contudo, apesar do curto período do governo Collor e da letargia do seu sucessor, algumas ações da gestão desses governos refletem o caráter privatizante da política para a educação superior. Neste sentido, Lima (2007) nos oferece um panorama desta questão.

Conforme essa autora, primeiramente o governo Collor elabora o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) n.º 56/91, denominado *Abertura da economia brasileira e modernização das universidades*, cujo objetivo já foi comentado por Leher, conforme citação já destacada. O projeto não foi aprovado devido à resistência do movimento docente (LIMA, 2007, p. 131). Outra ação encetada foi uma proposta relacionada a um projeto de emenda constitucional de autoria do então ministro da Educação, José Goldemberg,<sup>114</sup> “que pretendia transformar as universidades públicas em uma categoria específica de organização, retirando a condição de servidor público dos trabalhadores em educação”, mas que devido à forte organização dos docentes, foi barrada (*op. cit.*, p. 132).

Em continuidade, a autora menciona outra medida do governo Collor que denota sua política privatista, reportando-se desta feita à aprovação da Lei de Informática, n.º 8.248/91, cuja vigência ocorreu no governo Itamar Franco, quando foi regulamentada, em 1993. Conforme essa autora, essa Lei contribuiu para “a desnacionalização dos setores estratégicos do país, sob a aparência de maior integração com o mercado mundial” (*id.*, *ibid.*, p. 132).

Vinculada a essas desastrosas medidas, Collor também propôs a extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, estimulando a “adequação da formação profissional ao mercado, centrada no ensino e desvinculada da pesquisa e da pós-graduação” (LIMA, 2007, p. 132). Além disso, em relação ao financiamento público da educação superior, a autora destaca o aspecto de que esse governo

---

<sup>113</sup> Segundo Souza e Ribeiro (2001, p. 3), “a despeito de um discurso enfático na defesa dos seus programas governamentais, as iniciativas de Collor no campo educacional, assim como praticamente tudo mais em seu governo, não se concretizaram. Os compromissos internacionais assumidos foram então transferidos para o seu sucessor”.

<sup>114</sup> O Ministro José Goldemberg e sua equipe vão defender a necessidade da diversificação do “modelo único” de universidade – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão -, propondo a “criação de “Universidade de Ensino”, idéia essa que carrega no bojo a perspectiva de elitização da educação superior para alguns, promovendo ainda mais a desigualdade social” (CADERNOS ANDES 25, agosto de 2007, p. 14)

não utilizou nem o mínimo de 18% “da receita anual, resultante do conjunto de impostos da União”, conforme valor estabelecido pela Constituição Federal (*op. cit.*, p. 132).

Por seu turno, o governo Itamar Franco, dando prosseguimento à política de caráter privatizante em vigor na área da educação superior e afinado com as políticas das agências multilaterais para esse campo, cria o Programa de Avaliação Institucional das Universidades brasileiras - Paiub que, como já foi destacado anteriormente, foi alvo de elogio do Banco Mundial. Para Lima (2007, p. 133), esse Programa foi elaborado em consonância com as “demais ações [desse governo], ordenadas pela lógica da modernização conservadora das universidades públicas brasileiras”.

Outra investida feita contra a educação superior pública refere-se à Lei n.º 8.958/94, aprovada no governo Itamar Franco, “que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”. De forma geral, segundo a supracitada autora esta lei representou outra medida que tornou possível a “captação de verbas privadas para o financiamento das atividades acadêmicas das Ifes, desresponsabilizando o Estado de seu financiamento” (*op. cit.*, p. 133).

Apesar da incorporação da lógica privatizante à educação superior brasileira, realizada pelos governos Collor e Franco, coube, sobretudo ao governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, a partir de sua posse em 1995, a tarefa de sistematizar, na área da educação superior, as ações políticas privatizantes sinalizadas, principalmente, no governo Collor. Nesse sentido Leher (2003, p. 86), afirma que,

Os principais nomes do Nupes retornaram ao governo e muitos técnicos brasileiros, em atividade em organismos internacionais como o Banco Interamericano (BID) e o Banco Mundial, foram chamados a compor a equipe de governo. A burocracia do Ministério da Educação (MEC) reunida pelo governo FHC implementou a política esboçada no governo Collor de forma mais sistemática e profunda.

Seguindo uma tendência mundial de execução do projeto neoliberal, como uma das estratégias para o enfrentamento da crise estrutural do capital, em direção ao recrudescimento do privatismo, em várias áreas da sociedade, no governo FHC foi elaborada a Reforma do Estado, que, segundo Abramides (2004, p. 2), “cumpriu uma função estratégica na programática neoliberal ao implantar as reformas tributária, previdenciária e educacional durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso”.

A Reforma do Aparelho do Estado esteve sob a direção do titular do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado - MARE, Luiz Carlos Bresser Pereira, o qual, conforme Fiori (*apud* LIMA, 2007, p. 97), foi quem representou o governo brasileiro no Consenso de Washington. Para ele essa reforma significava “[...] superar de vez a crise fiscal

[...] [e] completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, **através de reformas voltadas para o mercado [...]**” (PEREIRA *apud* SILVA JÚNIOR & SGUISSARDI, 2001, p. 29, grifo nosso).

Para o então ministro Bresser Pereira, sua concepção de Estado incluiria quatro setores dentro do Estado, sendo o primeiro o núcleo estratégico do Estado, o segundo, as atividades exclusivas do Estado, o terceiro, os serviços não-exclusivos ou competitivos, e o quarto a produção de bens e serviços para o mercado. Para ele os serviços não-exclusivos do Estado seriam as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. Segundo essa Reforma, essas entidades seriam transformadas em “organizações sociais,” ou seja, em “entidades públicas não – estatais ou “fundações públicas de direito privado” (SILVA JÚNIOR & SGUISSARDI, 2001, p. 31 e 33).

No que se refere às chamadas “organizações sociais”, caso as universidades fossem transformadas nessas entidades, elas seriam “regidas por um contrato de gestão nos moldes das “*quasi non-governmental organizations*” (Quangos)<sup>115</sup>, difundidas nos anos 1980 pelo governo de Margaret Thatcher, no Reino Unido” (RIBEIRO, 2007, p. 75). Para o então presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiado em Manuel Castells, as Organizações não-governamentais (ONGs), deixaram de ser antagônicas em relação ao Estado e “passaram a ser “neogovernamentais” (CARDOSO *apud* SILVA JÚNIOR, 2002, p. 46). Sendo assim, FHC vai instituir as ONGs como “interlocutoras principais, transferindo deveres do Estado e direitos sociais e subjetivos do cidadão para a sociedade civil, porém sob seu controle (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 20).

Mantendo a mesma agenda do ex-presidente Collor no que se refere respectivamente à necessidade de privatização, de controle da inflação, e “de reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, bem como as relações entre capital e trabalho,” o governo FHC se pautou pelo ideário conservador neoliberal<sup>116</sup> (MAGNANI, 2002, p. 7).

---

<sup>115</sup> A expressão *quasi non-governmental organization* (Quango), significa, em português, Organização Não Governamental.

<sup>116</sup> Conforme a doutrina “neoliberal”, o conceito de direito social que se encontra registrado no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, “que o define como direito de todos e dever do Estado”, é substituído “pelo de “serviços sociais e científicos”, com o entendimento de que os investimentos na infraestrutura e na execução desses serviços não seriam mais, a rigor, obrigações exclusivas do Estado”. Logo, como as universidades, escolas, hospitais, centros de pesquisa científica e tecnológica, etc., compõem os chamados “serviços sociais e científicos”, essas atividades “que dizem respeito aos direitos sociais [...], passam a ser concebidas como atividades sujeitas à “constituição de quase mercados”, segundo argumentação nos documentos do MARE” (Cadernos ANDES, nº 25, de agosto de 2007).

Visando concretizar a agenda de ajuste que inclui a “desregulamentação de direitos, a descentralização de responsabilidades e os processos de privatização do patrimônio público”, conforme afirma Frigotto (2005, p. 232), FHC investiu contra a universidade pública, que produz mais de 80% da pesquisa do Brasil. Nessa direção, o autor (*op. cit.*, p. 232) afirma que as universidades públicas,

Foram afetadas com a falta de recursos materiais, salários de docentes e funcionários praticamente congelados – pressões que levaram muitos à aposentadoria precoce -, não abertura de concursos plenos para a reposição de vagas, facilidades para a introdução de complementações salariais por meio de cursos pagos utilizando as instalações públicas. E a adesão de muitos docentes à mentalidade da prestação mercantil dos serviços educacionais.

No contexto das gestões desses governantes embasadas nos fundamentos neoliberais – a exemplo de Collor, Franco e FHC - o Estado teve um papel central no estímulo à disseminação das instituições de ensino superior privado. Isso se deu através da divulgação, realizada com a ajuda da mídia, de que o setor privado era mais eficiente. Agindo desse modo, essa instância contribuiu para desmontar a universidade pública, reduzindo as possibilidades dos mais pauperizados terem acesso a esse tipo de instituição e induzindo-os a fazer sacrifícios para entrarem em instituições “privadas de péssima qualidade [...] onde aprenderam pouco, mas ganharam um diploma [...]” (PAIVA, 2005, p. 186). Continuando seu raciocínio, essa autora (*op. cit.*, p. 186/7/9) ressalta ainda que,

Os anos de 1990 foram anos privatistas em dois sentidos: empobreceram a universidade pública e incentivaram a criação de escolas e universidades privadas, além de centros universitários [...], autorizado [s] a dar aulas sem fazer pesquisa e extensão. [...]. Privatizar [...] é a solução mais fácil [...]. Podemos, com isso, destruir o que ainda resta em boa formação superior e possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico autônomo.

Incluída no bojo da reforma do Estado estavam preconizadas medidas relativas à reforma da educação superior no Brasil. Além da primeira medida em relação ao ensino superior ter sido a proposta de transformação das universidades em “organizações sociais” a qual foi proposta pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado - MARE, o Ministério da Educação foi o responsável “por implementar as primeiras realizações de caráter transformador para as universidades” (SOUZA & RIBEIRO, 2001, p. 5). Para esses autores (*id.*, *ibid.*, p. 5),

[...] aproveitando a flexibilidade da LDB, o governo [...] instituiu o exame nacional de curso, o provão. A mais inovadora das propostas do MEC foi, no entanto, pelo sentido de transformação radical na configuração do sistema de ensino superior no Brasil, aquela consubstanciada no Decreto n.º 2. 207, de abril de 1997, que veio reconhecer e estimular a diversificação das instituições de ensino superior no país. O decreto acabava por afirmar duplamente a diversificação ao distinguir, de um lado, entre as instituições privadas, aquelas que não se revestem de finalidade lucrativa das demais, e de outro, ao classificar as instituições de educação superior,

quanto a sua organização acadêmica em universidades, centro universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores. De todo modo, a mais polêmica das propostas do governo FHC para o ensino superior diz respeito à questão da autonomia universitária.<sup>117</sup> Buscando impedir a autoaplicação do princípio de autonomia previsto na Constituição Federal para as universidades, ele [...] negociou sucessivos acordos, sem, contudo, conseguir aprovar o modelo de autonomia desejado. Este estaria vinculado a mecanismos de avaliação, a qual definiria, para cada instituição, sua cota na política de dotação global.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, ao qual daqui em diante, nos referiremos como FHC, a lei mais importante aprovada em relação à educação diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,<sup>118</sup> de n.º 9.394/96, que, como destacado anteriormente, sua aprovação foi considerada um ponto positivo para a educação superior, pelo Banco Mundial, já que representou “a vitória dos privatistas”. Desse modo, o projeto aprovado no Congresso Nacional correspondeu aos interesses dos empresários industriais, dos empresários do ensino e da Igreja Católica, sendo que esses dois últimos segmentos estavam interessados na “ampliação da privatização da educação brasileira, especialmente da educação superior” (LIMA, 2007, p. 135).

Conforme Silva Júnior e Sguissardi (2001, p. 47, 54/5), o capítulo referente à educação superior da LDB aprovada será adequado para a efetivação das propostas, respectivamente defendidas pelo MARE, MEC e Banco Mundial, na medida em que “[...] ele irá constituir-se em adequada moldura jurídica para a maioria das propostas”. De forma geral, essas propostas visariam superar a crise pela qual o sistema federal de ensino estaria passando, que se traduziria na dificuldade de absorver a demanda crescente e por não oferecer um preparo adequado dos alunos para o mercado. Além disso, segundo os citados

---

<sup>117</sup> Para Chauí (2001, p. 58), “a afirmação da autonomia universitária ora é uma burla safada ora um ideal impossível”. Segundo essa autora, a universidade pública é “uma realidade completamente heterônoma”, ou seja, “a heteronomia é econômica [...], educacional [...], cultural [...], é social e política [...]”. As decisões nestas áreas não são tomadas pela própria universidade, mas provêm de outras instâncias.

Para Leher (2001, p. 173/4), a própria Lei Maior da educação, a LDB “[...] apesar de reconhecer a posição peculiar da universidade no campo da administração indireta, não garante as fontes financeiras para assegurar sua autonomia, o que favorece as instituições privadas e contraria a Constituição Federal”. Segundo esse autor, para Cândida, “a inexistência da fixação orçamentária impede à universidade de definir, de modo autônomo, os critérios de utilização de seus recursos, o que certamente reduz a nada, ou a quase nada, a autonomia universitária”.

<sup>118</sup> Conforme Machado (2004, p. 149), a LDB/96, foi marcada pelo ideário dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, e veio contribuir para a política privatizante. “Áreas como ensino superior (graduação e pós-graduação) e ensino médio são os principais alvos do fenômeno mercantil, caracterizado pela utilização crescente do marketing na venda do ensino, transformado nesse contexto numa mercadoria”. Referindo-se às leis complementares à LDB, Saviani (2007, p.3), destaca que algo ilógico ocorreu em relação à legislação complementar à LDB de 1996. Foi “a existência de dispositivos legais aprovados antes da LDB, como é o caso da Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 [...], a Lei n. 9.192/95 e o Decreto n. 2.026, de 10 de outubro de 1996 [...]”.

Para Cunha (1999, p. 43), a LDB/96, “[...] passou a reconhecer a existência de instituições de ensino, em todos os graus, com finalidade lucrativa, o que até então somente existia de fato, não de direito”.

autores (*op. cit.*, p. 49/50), outros fatores que estariam impulsionando a referida crise, os quais são explicitados pelo Banco Mundial e por autores brasileiros, como Eunice Durham e Simon Schwartzman, seriam,

[...] a concessão indiscriminada do regime de dedicação exclusiva nas IES públicas, como forma de compensação salarial, e os privilégios corporativos, entre os quais a isonomia entre ativos e inativos; sistema de financiamento universitário com verbas públicas [...]; excessivo envolvimento do Estado (governo) no ensino superior [...]; a universidade teria enorme dificuldade de se autorreformular [e] dificuldade de enfrentar uma situação que é nova, relacionada à redefinição do papel do Estado [...]; os governos federais e estaduais gastariam mais do que podem e seria pouco razoável esperar que tenham condições financeiras e políticas de aumentar e sequer manter os atuais níveis de gastos com educação, também falta qualidade e equidade.

Diante da descrição do quadro de crise do sistema federal de ensino, as propostas formuladas para sua superação vão simultaneamente embasar a futura legislação e as propostas de emenda constitucional.

Conforme os autores Silva Júnior e Sguissardi (*op. cit.*, p. 51/2), de forma resumida, essas propostas foram: estímulo a uma “maior *diferenciação* institucional com maior incentivo ao desenvolvimento de instituições privadas”, visando à superação do modelo de universidade de pesquisa, unificado e rígido; para que houvesse uma diversificação de financiamento do ensino superior, foi sugerida a aprovação de uma emenda constitucional visando ao reconhecimento da autonomia financeira das universidades, e implicando a condição de que o ensino fosse pago em todas as instituições - para os que podem pagar - o que é negado oficialmente, mas é defendido por várias autoridades da área. Nessa mesma lógica, foi sugerido também o fornecimento de subsídios para todas IES que se destacassem de acordo com seu desempenho – o qual seria “avaliado por critérios oficiais” -, além de que, caso não houvesse recursos financeiros suficientes, as universidades teriam liberdade “para firmar convênios de pesquisa, de prestação de serviços, via assessorias e consultorias, à iniciativa privada [...]”.

Os supracitados autores ressaltam também o fato de que, em relação à necessidade do governo afastar-se da manutenção das IES, a recomendação era no sentido de que ele adotasse “muito mais um papel de fiscalização e de regulação do que de manutenção”. Para resolver a questão da falta de qualidade e equidade, foi recomendada a implementação de um sistema de avaliação que almejasse a busca de eficiência, que se expressaria no objetivo “de adequação às demandas do mercado”. Quanto à necessidade de expansão do ensino superior, foi sugerido que o desenvolvimento do ensino privado fosse facilitado, “[...] implicando a reestruturação das políticas de financiamento do ensino superior extensível indistintamente [...] a todas as IES públicas ou privadas” (*op. cit.*, p. 52/3).

Segundo os autores em foco, a partir das propostas sugeridas, o governo FHC, através do Ministério da Educação, baseado na LDB flexível vigente, propõe-se a “editar normas complementares via decretos e portarias” (*op. cit.*, p. 55).

Assim, através do Decreto de n.º 2.207,<sup>119</sup> de 15/04/97, que posteriormente foi revogado e substituído pelo Decreto n.º 2.306, de 19/08/97, que por sua vez regulamentou o previsto na LDB a respeito dos tipos de instituições de ensino superior, foi enfim consagrada a diversificação tão almejada do modelo de universidade firmado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.<sup>120</sup> Para Silva Júnior e Sguissardi (*op. cit.*, p. 55/6), de forma geral, esse Decreto “estabelece distinções inéditas para o sistema de ensino superior brasileiro: *IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos*” (grifo dos autores).

Examinando as implicações do Decreto n.º 2.306/97 para o fortalecimento da lógica privatizante no contexto da educação superior, Saviani (2007, p. 17/18), destaca dois aspectos importantes. Segundo ele,

O primeiro refere-se à admissão aberta e franca das instituições educacionais com fins lucrativos. Por um lado, isto pode ser visto de forma positiva pois explicita um fato que, embora real, vinha sendo camuflado no contexto anterior. [...] Por outro lado, esse dispositivo revela o clima hoje predominante – em que tudo tende a ser aferido pela referência ao mercado, [...] sendo, ao mesmo tempo, um indicador da evidente subordinação da atual política educacional a esse clima.

O segundo aspecto diz respeito à introdução, na classificação das instituições de ensino superior, da distinção entre “universidades” e “centros universitários”. Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa [...]. Em verdade, a expressão “centros universitários” foi a fórmula encontrada para burlar o artigo 207 da Constituição Federal, que afirma que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

É importante registrar que, ainda no governo de FHC, os dois decretos citados anteriormente foram revogados e substituídos pelo Decreto n.º 3.860 de 9/7/2001, garantindo mais facilidades para as entidades de educação superior com fins lucrativos. Segundo Lima (2007, p. 144), particularmente através desse Decreto,

A lógica de diversificação das instituições de ensino superior não será somente mantida, mas ampliada. Também garante que as entidades mantenedoras com finalidade lucrativa deverão apenas elaborar, a cada exercício, demonstrações financeiras atestadas por seus contadores, não se submetendo mais, a qualquer tempo, a auditoria pelo Poder Público.

---

<sup>119</sup> Segundo Lima (2007, p. 142), este Decreto “implementa a diversificação das IES e desmonta, na prática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que esta indissociabilidade é exigida apenas para as universidades”.

<sup>120</sup> A instituição dos diversos tipos de instituições de ensino superior prevista na LDB/96 e regulamentada pelos decretos indicados, “num primeiro momento, pouco afetaram as instituições públicas, servindo primordialmente para facilitar ações da iniciativa privada na direção de maior lucratividade para seus negócios” (Cadernos ANDES, n.º 25, de agosto de 2007).

Ainda durante o governo de FHC houve a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, sob a forma da Lei n.º 10.172, de 9/1/2001, constituindo-se segundo Saviani (2007, p. 2), uma das medidas regulamentadoras da LDB/96. Conforme esse autor, o PNE abrange todos os aspectos da educação nacional, sendo a principal medida de política educacional oriunda da LDB, “[...] já que implica a definição de ações, traduzidas em metas a serem atingidas [num] período de dez anos” (*id. Ibid.*, p. 4).

Coerente com a política voltada para o desmonte da educação pública superior, e na direção do fortalecimento da privatização/mercantilização desse nível de ensino, a proposta do PNE aprovada foi a apresentada pelo Ministério da Educação. Conforme Saviani (*op. cit.*, p. 6), acatou-se a sugestão formulada por este órgão, “com alguns aperfeiçoamentos” e não o projeto da oposição que expressava os reais interesses da sociedade brasileira, que se traduziu no “Plano nacional de educação: proposta da sociedade brasileira (SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1997)” (LIMA, 2007, p. 136).

Mesmo recebendo uma significativa adesão dos congressistas, o PNE foi aprovado com alguns vetos realizados por FHC, os quais, segundo Lima (2007, p. 137), anularam “os subitens que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, sendo que a maioria dos vetos estava diretamente relacionada com a educação superior.”<sup>121</sup> No que diz respeito à dinâmica da aprovação do PNE, o autor Saviani (2007, p. 6), salienta que o atual governo brasileiro, Lula da Silva, na época do citado Congresso, se comprometeu com a proposta elaborada no evento, mas, que ao assumir o governo, em 2003, “[...] não tomou a iniciativa de derrubar os referidos vetos. O PNE em vigor sofre, portanto, das mesmas limitações que marcaram o governo anterior”.

Prosseguindo com a elaboração e aprovação de um aparato “jurídico-legal privatizante e autoritário [...]” (ARELARO, 2007, p. 122), FHC, dentre outras tantas leis, decretos, medidas provisórias etc., instituiu, através da Medida Provisória n.º 1.827/99, o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior<sup>122</sup> - FIES, em substituição ao

---

<sup>121</sup> Para saber quais foram estes vetos, como também verificar as diferenças entre a proposta do PNE da sociedade brasileira e o PNE aprovado, consultar o livro de Lima (2007), intitulado *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*.

<sup>122</sup> O FIES é dinheiro público para o ensino privado (COGGIOLA, 2001, p. 131). Para Davies (2002, p. 175), [O FIES] “assim como o crédito educativo no passado, é um complemento nada desprezível às receitas das IES privadas”. Segundo Rocha (2006, p. 269), após analisar o FIES, ela concluiu que as IES privadas têm sido muito beneficiadas com esse financiamento, pois “por um lado, as IES obtêm respaldo financeiro do governo através do repasse dos recursos (70%). Por outro, recebe os 30% (percentual mínimo que poderá obter diretamente do aluno) dos próprios estudantes que, provavelmente, já cobrem as despesas das mesmas, uma vez

CREDUC (Crédito Educativo). Para Lima (2007, p. 143), esta estratégia “não só mantém como estimula a alocação indireta de verbas públicas para as instituições privadas”. Outra contribuição para o aprofundamento do processo de privatização interna da universidade pública foi a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica, n.º 7.282/2002, que segundo essa autora (*op. cit.*, p. 144), forneceu “estímulo à participação de professores-pesquisadores das universidades públicas em projetos desenvolvidos pelo setor privado e a permissão de participação deste setor em atividades realizadas nas universidades públicas, ampliando sua privatização interna”.

Corroborando a afirmação da autora supracitada, Leher (2004, p. 9/10), ao comentar o então Projeto de Lei de Inovação Tecnológica do atual governo Lula da Silva, que se constitui um redimensionamento do Projeto de Lei de FHC, e em uma forma de diluição da fronteira entre o público e o privado, assevera que, como consequência dessa Lei,

As universidades serão inseridas no moinho satânico da reprodução do capital, colocando à disposição laboratórios, equipamentos e, principalmente, pessoal para iniciativas empresariais, como se as empresas locais estivessem demandando a produção de tecnologias e, ainda mais inverossímil, como se as inovações tecnológicas nascessem nas universidades. Em troca, as instituições receberiam alguma compensação econômica por parte das empresas, desde que abram mão de seu caráter público e não-mercantil. Em suma, é a institucionalização do “capitalismo acadêmico”.

No que diz respeito aos aspectos relacionados, respectivamente à política de avaliação das universidades, dos cursos e do desempenho dos professores universitários, conforme orientação do Banco Mundial, “a década de 90 pode ser vista como a década da avaliação, sendo o sistema de avaliação concebido como central para as políticas de educação superior, na atualidade” (PAULA, AZEVEDO E SINDER, 2004, p. 159). Neste sistema avaliativo, destacam-se: o Exame Nacional de Cursos (ENC), chamado de “Provão”, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e a Gratificação de Estímulo à Docência (GED). De forma geral, esse sistema integra a lógica privatizante, predominante no âmbito da educação superior brasileira, uma vez que “[...] passou a modelar as IES instituindo uma mentalidade mais produtivista, concorrencial e mercantilista no processo de organização, gestão e produção acadêmica” (DOURADO, OLIVEIRA e CATANI, 2003, p. 24/5).

O denominado “Provão” foi um dos instrumentos de avaliação mais execrados pela comunidade acadêmica como um todo. Apesar de ser veiculado pelas autoridades oficiais como um instrumento que contribuiria para a melhora do ensino superior, “[...] este objetivo foi sobrepujado pela concorrência e classificação das instituições para, a partir do *ranking*

---

que, em sua grande maioria, essas IES só realizam o ensino, sendo este uma das formas mais baratas de investimento em educação superior” [afirmação da autora baseada em Saviani].

produzido, proceder à distribuição de verbas federais, atendendo à lógica de mercantilização da educação adotada mais fortemente na década de 90”. Esse instrumento de avaliação, além de ser imposto de forma autoritária, não contribuiu para melhorar os problemas detectados, sendo apenas um mecanismo punitivo que se baseava apenas no produto final e em indicadores isolados, não considerando o processo de construção do conhecimento e outros pontos importantes (PAULA, AZEVEDO E SINDER, 2004, p. 160).

Em relação às expectativas dos responsáveis pela instauração do Exame Nacional de Cursos (“Provão”), conforme Silva Júnior e Sguissardi (2001, p. 52/30), pode-se dizer que elas foram frustradas no que se refere ao fornecimento de “subsídios para fortalecer a crítica da qualidade das IES públicas e consequente endosso da tese de sua desestatização ou privatização [...]”. De acordo com os resultados, foi comprovado que as IES públicas federais e estaduais correspondiam ao conceito A. Com relação às IES privadas, com exceção de algumas confessionais, as mesmas estavam relacionadas a conceito E. Também ficou comprovado que a maior parte dos alunos que frequentava a universidade pública não era oriunda de famílias com alta renda. Segundo o Relatório do Provão “[...] os números obtidos estão longe de apontar um caráter elitista para os graduandos das instituições públicas [...]”. Na verdade, “os dados revelam que a média de renda do alunado é menor nas escolas públicas do que nas privadas”.

Embora fosse comprovado, através dos resultados do “provão,” o baixo nível, em média, dos cursos das instituições privadas em relação aos cursos das instituições públicas de ensino superior, segundo Saviani (2007, p. 13), o que aconteceu foi que o Ministério da educação (MEC), ofereceu crédito para a melhoria dos cursos da rede privada de ensino superior, acontecimento, conforme esse autor, que mereceu um editorial da Folha de São Paulo, em 15/03/97, condenando a iniciativa por premiar a incompetência ao invés de punir as instituições “pelo seu fraco desempenho qualitativo”.

Segundo Limoeiro (*apud* Coggiola, 2001), a proposta de avaliação é oriunda do Banco Mundial, e a orientação é para que só existam poucas universidades de pesquisa, e mais escolas de terceiro grau, com o fim único de treinamento. Segundo Coggiola, para essa autora, “controles burocráticos dariam o tom na consecução desses objetivos, e os tipos de avaliação em curso adequam-se a esta orientação: “A avaliação é trazida à cena para legitimar a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a Universidade” (*id., ibid.,* p. 156).

No governo de FHC, a política nacional de educação superior a distância foi considerada de importância fundamental para ampliar o acesso a esse nível de ensino. Ela é

considerada “como uma das principais políticas dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e, mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio (OMC)” (LIMA, 2007, p. 81). Segundo essa autora, a LDB/96 contempla essa política no seu artigo 80, que foi em seguida regulamentado por dois Decretos em 1998 (*op. cit.*, p. 145).

Fazendo uma análise mais profunda acerca do interesse na disseminação da política de educação a distância, por essas entidades internacionais, nos países periféricos, constata-se a presença sutil da lógica privatizante no espaço educacional. Nesse sentido, a autora supracitada (*op. cit.*, p. 81) admite o aspecto de que,

[...] a educação a distância, pela forma e conteúdo que apresenta, constitui-se em mais uma estratégia de privatização da educação, configurando-a como um promissor “mercado educacional”, principalmente para os empresários estadunidenses e europeus.

Em relação ao debate do caráter mercantilista da educação a distância, nos Estados Unidos a maioria das escolas que oferecem cursos a distância tem fins lucrativos. Existem acusações dos representantes das IES sem fins lucrativos, de que o então governo Bush, na época da reeleição, beneficiou os empresários do ensino e de que “a qualidade dos cursos a distância ainda não está comprovada” (BRASIL/SEEDNET/MEC, 2006, matéria online).

No que se refere a alguns limites da educação a distância, conforme Coggiola (2001, p. 127 e 148), um congresso internacional concluiu que “eliminar a presença física de educandos e educadores no *locus* de ensino-aprendizagem de uma maneira generalizada, como apanágio do ensino a distância no novo milênio, traria consequências indesejadas, limitando inclusive o intercâmbio e o uso dos cinco sentidos”. Para esse autor, os cursos a distância nas chamadas “universidades virtuais”, com cursos paliativos que contam, não com professores, mas com “orientadores de ensino”, serão destinados para alunos de baixos recursos, o que aumentará ainda mais a diferença social, pois os filhos da burguesia têm professores de boa qualidade, enquanto os alunos de baixo poder aquisitivo, ao contrário, contarão apenas com os “orientadores de ensino” que não estarão suficientemente capacitados para exercerem sua função.

Como o governo vem sucessivamente demonstrando, a partir da implantação de medidas relativas à educação superior, a “qualidade” desta modalidade de educação é concebida sob a ótica do mercado, numa perspectiva produtivista, só havendo interesse em elevar o percentual de indivíduos com nível superior, mesmo que seja de modo precarizado e pela via das instituições privadas. Portanto, a prioridade na verdade é investir em educação a distância, na medida em que esta atende aos interesses da Organização Mundial do Comércio

- OMC e também “dos grandes grupos empresariais e governos que exportam tais serviços, notadamente, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Finlândia” (SIQUEIRA *apud* PAULA, 2004, p. 58). Nessa direção, as supostas vantagens da educação a distância estão estreitamente relacionadas à concepção de que por seu intermédio, eliminam-se gastos maiores com a contratação de professores e construção de edifícios (RAMAL, 2001, p. 1), além de contribuir para a dispersão e distanciamento dos envolvidos no processo educativo, os quais terão maior dificuldade de, coletivamente, lutarem por seus interesses.

No que se refere à pressão, por parte dos organismos internacionais, para que os chamados países em desenvolvimento elevem o número de alunos com nível superior, através da rede privada, usando também a modalidade da educação a distância, Leher (2001, p. 163/4), afirma que o Banco Mundial em um documento do ano 2000, com a colaboração de intelectuais brasileiros, sustenta “que existem demandas econômicas que justificam o ensino superior também nos países em desenvolvimento (a ideologia aqui operada é a da sociedade do conhecimento)”, devido à necessidade de serem mais competitivos no mercado mundial. Nesse mesmo documento, afirma-se que os indivíduos com nível superior têm maior renda, mas como os governos não podem onerar o Estado devido à crise fiscal,<sup>123</sup> esse aumento deve dar-se, conforme orientação do citado Banco, via entidades privadas<sup>124</sup>, sendo que esses países devem incentivar o ensino privado, inclusive com recursos públicos.

A mistificação ideológica veiculada pelos organismos internacionais de que indivíduos com nível superior têm garantido o passaporte para a ascensão social, tem sido negada pela realidade de países centrais e periféricos. No Brasil, temos uma situação em que o desemprego é maior entre aqueles com maior escolaridade (ARAGAKI, 2007, matéria online). Também há uma queda maior na renda das pessoas com nível superior e os diplomados disputam vagas de nível médio, [ou mesmo de nível fundamental], a exemplo do setor de telemarketing (WATANABE e SALGADO, 2006, matéria online). Na Inglaterra, como também em outros países do Norte, grande parte das pessoas com nível superior e, às vezes, com pós-graduação, se submete a empregos que não requerem esse nível de escolaridade, pois o crescimento maior dos empregos ocorre em áreas que não exigem o nível superior, como no caso específico da Inglaterra, segundo análise da professora inglesa

---

<sup>123</sup> A crise fiscal é consequência da crise estrutural do capital (PERONI, 2006, p. 12). O capital privado se serve do Estado “para financiar suas ações produtivas e especulativas” (DAVIES, 2004, p. 81).

<sup>124</sup> Conforme matéria da UOL Educação que aborda a perda de alunos do ensino público no Brasil, baseada numa pesquisa do IBGE houve uma diminuição no número de alunos matriculados em todas as faixas de escolaridade, sendo que “a menina dos olhos da rede privada foi o ensino superior, que aumentou em 15,3% o número de alunos entre 2005 e 2006”. O Programa Universidade para Todos (ProUni), do governo Lula, é um dos responsáveis pela expansão do número de matriculados no ensino superior privado (ARAGAKI, 2006, matéria online).

Alison Wolf, em seu livro intitulado *Does education matter? Myths about education and economic growth* (A educação é importante? Mitos sobre a educação e o crescimento econômico (tradução livre) (WOLF, 2002).

Diante do que foi até o momento analisado, ficou devidamente evidenciado que o governo de FHC, na área da educação superior, contribuiu de maneira efetiva para a privatização/mercantilização deste nível de ensino. Esse fato pode ser constatado tanto através da implementação de ações concretas, como da sua omissão em relação à preservação do ensino e da pesquisa de qualidade desenvolvidos pelas universidades públicas, sendo por isso coerente com suas prioridades educacionais. Corroborando a coerência assumida por esse governo, Leher (2001, p. 160) afirma que, durante uma entrevista, o próprio FHC declarou que seu governo tinha “duas prioridades educacionais: o ensino elementar e a freagem de crescimento das universidades públicas.”

Com efeito, no plano da realidade concreta, o governo FHC não somente impediu o crescimento dessas universidades, mas provocou o seu sumário sucateamento, através do estímulo à expansão das entidades privadas de ensino superior, realizada conforme recomendações do Banco Mundial. Essa relação de conivência levou o supracitado autor (*op. cit.*, p. 174) a destacar a similaridade entre as suas medidas e as dessa agência internacional na área da educação superior, ressaltando o aspecto de elas não deixarem “margem de dúvida quanto à paternidade das mesmas.”

Tendo em vista a direção política assumida, no final dos oito anos de governo FHC, as IES privadas já respondiam por mais de 70% das matrículas, havendo uma reconfiguração do campo universitário, o qual assumiu uma “feição nitidamente privada”, sendo esse “processo marcado, ainda, pela mercantilização da produção do trabalho acadêmico e da gestão das universidades públicas, e pela redução dos fundos públicos para manutenção das universidades federais” (DOURADO, OLIVEIRA e CATANI, 2003, p. 24).

O governo do presidente FHC fez de forma exemplar a tarefa determinada pelo Banco Mundial, particularmente no que se refere à reforma da educação superior, confirmando assim, segundo Menezes (2004, p. 1), a conclusão dos representantes do Ministério da Educação do governo Lula, de que “o governo FHC privatizou o ensino superior brasileiro, como forma de atender as diretrizes do Banco Mundial. As universidades públicas foram abandonadas, dando origem à “privatização por dentro” (cobrança de cursos de pós-graduação e criação de fundações)”.

Nessa direção, com vistas a confirmar tal afirmação, um representante do Ministério da Educação do governo Lula, fornece os seguintes números: “em dez anos (1992 a 2002) o

total de universidades no Brasil saltou de 893 para 1.637, das quais 1.442 são privadas. Mais da metade dos alunos está nas instituições pagas; são 2.428.258 alunos do total de 3.479.913 universitários brasileiros” (MENEZES, 2004, p. 1).

Em relação à política de privatização desenvolvida na década de 1990, em várias áreas – não sendo apenas praticada no Brasil, mais na maior parte dos países denominados “em desenvolvimento” - um estudo do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, revelou que “a onda de privatizações que se iniciou nos anos 90 não teve reflexo nenhum no combate à pobreza nos países em desenvolvimento” (*apud* HASHIZUME, 2006, p. 1). Segundo os autores desse estudo (*id. Ibid.*, p. 1), os quais fizeram uma avaliação sobre a privatização e a comercialização dos serviços de saúde, educação, energia e água,

A despeito de anos de esforço, a privatização falhou no preenchimento de lacunas na prestação de serviços básicos aos países em desenvolvimento. [...] Enquanto algumas dessas reformas aumentaram a performance financeira, a adoção de modelos baseados no mercado colocou [...] a ênfase de uma política que busca atender exigências de agentes do setor privado e desviou a atenção da ampliação do acesso e do atendimento das necessidades dos mais pobres. Entre 1995 e 2004, mais de 70% do investimento em infraestrutura do setor privado em todos países em desenvolvimento foram para as telecomunicações e menos de 3% foram para serviços de água e esgoto.

No que se refere à educação fornecida pelo Estado, os autores do estudo destacaram a sua perda de qualidade, ocorrida devido ao fato de que, “quando a classe média e os usuários comerciais optam por prestadores de serviços de serviços fora do Estado, perdem qualquer interesse em manter contato com o Estado para fiscalizar o alcance e a qualidade do atendimento público” (*id. Ibid.*, p. 3).

Para encerrar este subitem, vale registrar a luta de resistência, empreendida principalmente pelo movimento docente, como também pelos estudantes universitários que mobilizou a sociedade contra as medidas destruidoras e privatizadoras da educação superior, impedindo a ocorrência de maiores danos. Segundo Leher (2004, p. 20/21), a resistência freou a desregulamentação da autonomia, a proposta de redefinição dos contratos de trabalho dos docentes e técnico-administrativos, “a cobrança de taxas e outras modalidades não pôde ser expandida conforme as recomendações do BM e os desejos dos neoliberais”. Porém, eis que assume o governo do Partido dos Trabalhadores, e a chamada segunda geração de reformas vem sendo efetivada, agora com o consentimento da antiga oposição às reformas do governo FHC.

### **3.5 Governo Lula da Silva: a continuidade do processo de privatização/mercantilização do ensino superior sob a aparência de “democratização” de acesso a esse nível de ensino**

Embora muitos depositassem esperança na mudança dos rumos da política vigente nos governos brasileiros anteriores, com a eleição de Lula as expectativas foram sumariamente frustradas. Tal frustração manifestou-se até entre os seus antigos defensores, a exemplo do sociólogo Emir Sader. Para este intelectual, na administração de Lula, o modelo econômico anterior foi mantido, e o governo manteve seu compromisso de executar as reformas tributária e da previdência, denominadas pelo Banco Mundial de “reformas de segunda geração”, incluindo nomes reconhecidamente oriundos da ala conservadora. Além disso, a financeirização da economia não foi contida e “o incentivo ao agronegócio de exportação [...] configura-se como aliança do governo com o grande capital [...]” (SADER, 2009, p. 85 e 87).

Com efeito, os sinais de continuidade à política dos governos anteriores já eram visíveis nas alianças do Partido dos Trabalhadores com os empresários, acordadas no sentido da realização de um “pacto social”. Para Lima (2004, p. 27), a resultante desses acertos implicou uma “guinada à direita do Partido dos Trabalhadores (PT) durante a década de 1990 [...]”.

Uma indicação da permanência do modelo neoliberal dos governos anteriores se revelou também no documento assinado por Lula em 2002, antes de sua eleição, denominado *Carta ao povo brasileiro*. Segundo Domingues (2005, p. 2), esse documento “teve como objetivo acalmar os “mercados” com a promessa de “honrar todos os compromissos” com os credores internacionais”.

No que tange aos sucessivos descumprimentos do governo Lula em relação às suas propostas originariamente democrático-populares, cabe agora uma pequena digressão, pois devido à existência desse fato cogita-se que houve uma *traição* do PT e de Lula. Por isso, caberia então mudar a situação<sup>125</sup> através da mudança de nomes no governo, ou até mesmo

---

<sup>125</sup> Quando ocorreram escândalos políticos no governo Lula, principalmente o chamado “esquema do mensalão”, algumas entidades como a CUT, MST, Comissão Pastoral da Terra, entre outras, divulgaram em 22/06/2005, a “Carta Aberta ao Povo Brasileiro”, em apoio ao presidente. A Carta, além do apoio, explicitava a necessidade de mudança nas ações do governo, inclusive a exclusão do governo de setores conservadores, o que “significaria mais do que um simples desmonte do governo ou uma mudança de nomes”, mas uma ruptura com o modelo neoliberal (DOMINGUES, 2005, p. 1/2). Outros queriam o *impeachment* do presidente, principalmente a chamada ala da direita (SADER, 2009, p. 173). Todos, no entanto, os que apoiam o presidente e os que a ele se opõem, são incapazes de vislumbrarem o movimento do capital e sua crise estrutural e a própria natureza do Estado capitalista que favorece a existência desses problemas, sendo ele parte do problema,

trocando-se de governo. Mas, seria possível acabar com esse eterno problema, vigente no contexto do Estado capitalista? Nesse sentido, Mézáros (2007, p. 289) esclarece os efetivos motivos que favorecem as denominadas “traições”, ocorridas com frequência no sistema do capital. Segundo este autor,

Há muitas críticas – bem justificadas – de personagens políticas anteriormente de esquerda e de seus partidos ora plenamente acomodados nos debates políticos das últimas décadas. Entretanto, o que é problemático nesses debates é que, pela ênfase exagerada no papel da ambição e do fracasso pessoal, com frequência continuam a divisar a retificação da situação no interior da mesma estrutura política institucional que, na verdade, favorece imensamente as criticadas “traições pessoais” e os dolorosos “descaminhamentos partidários”. Infelizmente, porém, as mudanças de governo e pessoal defendidas e esperadas tendem a reproduzir os mesmos resultados deploráveis. [...] As razões pelas quais as instituições políticas ora estabelecidas resistem com êxito a mudanças significativas para melhor é que elas mesmas são parte do *problema* e não da *solução*. [...] elas são a incorporação das determinações e contradições estruturais subjacentes pela qual o Estado capitalista moderno – com sua ubíqua rede de componentes burocráticos – se articulou e estabilizou no curso dos últimos quatro séculos (grifo do autor).

Assim, de maneira abrangente, o compromisso principal do governo Lula, ao longo de sua gestão, foi com a manutenção do *superávit* primário, ou melhor, com as diretrizes dos organismos internacionais para o país. Esse compromisso ficou bem explícito, segundo Lima (2004, p. 30), através de vários documentos dirigidos ao FMI - os quais foram enviados antes de sua posse, em janeiro de 2003, e durante seu governo, - quando renovou “[...] os compromissos firmados de manutenção do ajuste fiscal e de reformas estruturais, propostos pelo FMI: reforma da Previdência, reforma tributária, reforma trabalhista [...] e implementação de políticas sociais focalizadas no combate à pobreza extrema”.

Um ponto importante a ser ressaltado diz respeito à exigência do *superávit* primário. Nesse sentido, segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005, p. 189), os acordos firmados entre o Governo Federal e o Fundo Monetário Internacional (FMI) impuseram ao país, principalmente a partir de 1998,

A elevação progressiva dos juros (o que favorece a financeirização e enfraquece o setor produtivo, gerando baixos índices de crescimento e aumento do desemprego) e fortaleceram a ampliação do *superávit* primário, o que impõe um imenso sacrifício social, já que o *superávit* provoca: 1) redução dos gastos sociais proporcionalmente à arrecadação; 2) aumento da carga tributária (aumento de impostos para as classes baixas e médias, visto que os impostos sobre o consumo aumentaram mais que os impostos sobre o patrimônio); e 3) desmonte da administração pública, pois o cumprimento das metas impõe redução de gastos com pessoal.

O governo Lula da Silva vem se superando para atender as exigências do FMI, pois em 2005, ele cumpriu em nove meses a meta fiscal do ano, sendo que o *superávit* primário

---

pois sua base ontológica é determinada, sua natureza é sempre, prioritariamente, em defesa do capital, sendo sua função imutável, a manutenção da ordem.

alcançou 6,1 do Produto Interno Bruto (PIB), acima da taxa acordada com o Fundo (O GLOBO *apud* RODRIGUES, 2007, p. 12).

A subordinação do governo às agências multilaterais é evidenciada numa carta ao FMI, de 28/05/2003, na qual, o então ministro da Fazenda Antonio Palocci Filho e o ainda presidente do Banco Central Henrique Meirelles comunicavam que o governo estava cumprindo os compromissos assumidos da forma mais rápida possível. Em um trecho da carta (PALOCCI e MEIRELLES *apud* LIMA, 2004, p. 31), eles afirmam que,

O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi enviada ao Congresso, aumenta a meta de *superávit* primário de médio prazo para 4,25% do PIB.

Apesar de o governo Lula justificar muitas de suas ações devido ao caos econômico e social do país, considerado como uma “herança maldita” do governo anterior, sendo o orçamento do seu primeiro ano de governo, em 2003, elaborado basicamente pela administração anterior, não houve modificações significativas para o orçamento de 2004 (LIMA, 2004, p. 31). Segundo essa autora (*op. cit.*, p. 32), ocorreu exatamente o contrário, pois “em termos absolutos, as verbas previstas para o MEC em 2004 são menores que as estipuladas para 2003 [...]. Para o ano de 2004, o governo pretende investir R\$ 17,303 bilhões em educação, contra os R\$18,145 bilhões inicialmente previstos para 2003”.

Em relação à diminuição dos gastos sociais ocorrida no governo Lula, particularmente com a educação, Lima (2007, p. 38), registra “uma queda dos investimentos relativos à educação, em termos percentuais de 5,6%, em 2001, para 5,2%, em 2004”. Em relação à educação superior, esse autor ressalta a queda do financiamento de 3,5% para 3,4% do total, no mesmo período destacado (*op. cit.*, p. 38).

Como se pode depreender a partir do exposto, a orientação neoliberal do governo anterior permaneceu, ou mesmo foi aprofundada, na medida em que o governo Lula procurou se superar no cumprimento, com excelência, das tarefas “recomendadas” pelos organismos internacionais. Sendo assim, em primeiro lugar vem a realização dos interesses do capital e depois vêm as políticas públicas, contanto que não afetem os interesses do capital.<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> Esta ordem de prioridade nos faz lembrar as palavras de Engels, no prefácio à edição inglesa de 1888, do Manifesto Comunista, ao se referir aos “curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro” (MARX e ENGELS, 2007, p. 77).

No que se refere à condição das políticas sociais, ocorre o fato de que também no governo Lula, seguindo as recomendações dos organismos multilaterais, elas serão focalizadas<sup>127</sup> nos mais pobres. O principal programa social do seu governo será o Bolsa Família, proveniente da reunificação dos seguintes programas de transferência de renda, vigentes na gestão do presidente FHC: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação (SILVA; YAZBEK & GIOVANNI, 2004, p. 136).

O Programa social Bolsa Família, segundo Coggiola (2008, p. 4) faz parte do Programa Fome Zero do governo Lula, que “ficou reduzido a um dos seus 60 programas de políticas públicas: o Bolsa Família”. Segundo esse autor, o Fome Zero (*op. cit.* p. 27/280,

Atendeu às orientações do Banco Mundial (BIRD) acerca da redução da pobreza eficaz em termos de custos, através de programas sociais focados e compensatórios. Esses programas requerem, também, segundo o modelo proposto pelo BIRD, cortes no orçamento social, inclusive em matéria de saúde e educação, necessários para o pagamento das obrigações do serviço da dívida.

Na gestão do governo Lula, houve um aumento considerável do número de brasileiros atendidos pelo Programa Bolsa-Família. A esse respeito, Draibe (2007, matéria online) - em entrevista ao jornal Estado de São Paulo – afirmou que o contingente de famílias atendidas passou de 7,5 milhões em 2005 para 11 milhões, em 2007. Desse modo, foram atendidos mais de 45 milhões de brasileiros, o que, segundo a autora, mostra “o tamanho do Brasil pobre”. Todavia, a condição de vida dessas pessoas não foi estruturalmente alterada,<sup>128</sup> sendo que o programa “mantém os pobres incluídos na pobreza (GUZZO, 2009, p. 122), com valores de auxílio insuficientes para atender suas necessidades básicas, apenas contribuindo para sua reprodução biológica. Na verdade, o Programa Bolsa-Família é um programa paliativo, “amortecedor de conflitos” (FRANCO *apud* COGGIOLA, 2008, p. 10), que apenas alivia a miséria dos pobres, deixando-os agradecidos ao governo, o que fez Lula afirmar em 29/05/2009, no Complexo de Mangueiras, no Rio de Janeiro, “a coisa mais fácil é a gente governar para os pobres. Porque com pouca coisa a gente faz muito” ( IPC DIGITAL, 2009, matéria online).

---

<sup>127</sup> Para Porto (2007, p. 145), a *focalização* que é defendida pelas agências multilaterais implica em *seletividade*, “significando efetivamente a definição de regras eletivas baseadas em critérios de menor elegibilidade para a diminuição/contenção do orçamento destinado à área social” (grifo da autora).

<sup>128</sup> Segundo Góis (2005, matéria online), baseado no estudo do sociólogo Álvaro Comin do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), “o processo de exclusão do mercado de trabalho da população extremamente pobre no Brasil se intensificou de 1995 a 2004. Também “a economia brasileira não parou de produzir desigualdade e a distância entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres aumentou”. Segundo Comin, os programas de transferência de renda “foram insuficientes para alterar de forma estrutural a dinâmica de produção de desigualdade da economia”. Comentando os dados do citado estudo, o economista Lena Lavinas, da UFRJ, afirmou que se complementa a renda dos pobres para eles viverem quase exclusivamente dela, “deixando de serem trabalhadores para se tornarem assistidos. Isso é dramático”.

No que diz respeito à política pública para a educação superior, implementada pelo governo Lula, salientamos que em 2003 o governo iniciou o processo de reforma da educação superior, cujo objetivo estaria direcionado para a “necessidade de democratizar o acesso a esse nível de formação<sup>129</sup> e de inserir a universidade no projeto do desenvolvimento nacional” (CORBUCCI, 2004, p. 18).

Para viabilizar a intenção supracitada, o governo designou o denominado Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. Sua criação ocorreu em outubro de 2003, sendo composto por doze membros, entre representantes do Ministério da Educação,<sup>130</sup> do Ministério do Planejamento, da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Quanto à primeira incumbência recebida, o GTI responsabilizou-se em “elaborar propostas para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária” (DAVIES, 2004, p. 89).

Como resultado da avaliação realizada, o GTI produziu um relatório, no qual identificou a causa da crise da educação superior, e particularmente, das universidades federais, como sendo a crise fiscal do Estado, que também já estaria atingindo as instituições de ensino superior privadas. Segundo Almeida (2006, p. 61), entre as várias soluções apontadas para os problemas diagnosticados, o Grupo propôs: “um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades federais e uma reforma universitária mais profunda”. Os objetivos desta reforma seriam: “ampliação do quadro docente e de vagas para estudantes, educação a distância, autonomia universitária e mudança na política de financiamento (contenção de gastos com folha de pagamento e a entrada de recursos privados nas IES” (TRÓPIA, 2009, p. 2).

No que se refere ao aumento de vagas nas universidades públicas, o relatório elaborado pelo GTI sugeriu que este ponto se resolveria, respectivamente através da implementação das seguintes medidas: viabilização da educação a distância, aumento no número de alunos por turma, e aumento da carga horária dos professores em sala de aula (LIMA, 2007 e ALMEIDA, 2006).

---

<sup>129</sup> De acordo com Pinto (2007, p. 63), que se baseou no documento estratégico do Banco Mundial intitulado *A educação na América Latina e Caribe*, “a reforma da educação superior, por meio da ampliação do setor privado, aparece como estratégia de democratização do acesso”.

<sup>130</sup> O primeiro ministro da educação do governo Lula foi Cristovam Buarque, que assumiu o cargo em janeiro de 2003 e, segundo Lima (2007, p. 154), em seu discurso de posse, assim se expressou: “Quero cumprimentar diversos diplomatas, representantes de organismos internacionais, como meu amigo representante do Banco Mundial, para dizer que eu preciso de vocês não apenas do ponto de vista que todos pensam: que são recursos financeiros. Não, eu preciso de vocês, sobretudo, como fiscais do que a gente faz, como colaboradores com o que a gente faz”. Ele também agradeceu ao ex-ministro Paulo Renato, pois recebeu um “ministério em marcha”.

Quanto aos aspectos referentes à autonomia universitária e ao financiamento das universidades públicas, segundo Davies (2004, p. 89) esse relatório,

Embora estabeleça metas de ampliação no número de matrículas nas IFES, não propõe aumento de recursos para atingi-las, mas sim a concessão de “autonomia para garantir às universidades federais o uso mais racional de recursos, maior eficiência no seu gerenciamento e liberdade para captar e aplicar recursos extra-orçamentários” (2003, p. 3) [...]. Nas considerações preliminares do relatório, fica claro o significado da autonomia financeira mencionada acima e o papel das fundações de apoio: “Com esses dois instrumentos – autonomia e Fundações de Apoio – as universidades federais certamente disporiam de condições não só para aumentar a captação de recursos, mas também para gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguir captar”. (p. 14). Ou seja, na falta de verbas do MEC, as IFES teriam autonomia para se ‘virar’ no mercado, através das fundações de apoio.

Em 2004 é nomeado Tarso Genro para ministro da educação, ficando no cargo até julho de 2005.<sup>131</sup> Na sua gestão, a reforma universitária foi uma das suas prioridades, sendo que, segundo Cêa (2006, p. 47), o ministro agilizou de tal maneira os encaminhamentos relativos a ela que “os três anteprojetos da reforma da educação superior foram elaborados e divulgados durante sua breve gestão [...]”. Também, durante os primeiros seis meses do seu mandato, o MEC tornou público o documento denominado *Reforma da educação superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior*, “cujo teor antecipava os conteúdos fundamentais dos anteprojetos”.

O documento supracitado, divulgado em agosto de 2004, segundo Lima (2007, p. 166), foi o resultado do trabalho do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior - Geres, instalado por Genro em fevereiro de 2004, “com o objetivo de elaborar um pré-projeto de reformulação da universidade<sup>132</sup>”. Na sua composição, esse Grupo contou com a presidência de Fernando Haddad, além da participação de representantes do MEC, do Conselho Nacional de Educação, da CAPES e da Secretaria da Educação Média e Tecnológica (*op. cit.*, p. 166/7).

É importante destacar que o processo de reforma universitária já tinha começado antes da apresentação da primeira versão do anteprojeto de lei da educação superior, que foi

---

<sup>131</sup> Segundo Cêa (2006, p. 47), com a divulgação das denúncias contra os integrantes da cúpula do governo pelo uso indevido de verbas públicas, Tarso Genro deixou o Ministério da Educação e assumiu a direção nacional do PT. Foi nomeado para ministro da educação Fernando Haddad, permanecendo no cargo até hoje (2010). Ele foi secretário-executivo do MEC na gestão de Genro e assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e um dos defensores da parceria público-privada, junto com Genro. Segundo Leher (2004, p. 19), eles “sustentam a necessidade de suprimir a ideia de que existem diferenças entre educação pública e privada, visto que ambas atendem ao “interesse público”. Daí o empenho de Haddad para que fosse aprovada a Lei das PPP, s. Ele coordenou a elaboração do Projeto de Lei sobre Parcerias Público-Privadas (PPP) (LIMA, 2004, p. 40), que se transformou na Lei n.º 11.079 de dezembro de 2004.

<sup>132</sup> Para Lima (2006, p. 35), “a reformulação da educação superior [...] faz parte de um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital”. É um processo que está sendo aprofundado no governo Lula, “por meio de uma nova geração de reformas neoliberais”.

feita por Genro, em 6/12/2004. Desse modo, segundo os autores Cêa (2006), e Rodrigues (2007), algumas medidas já estavam em vigor, a exemplo da lei que criou o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, por meio da Lei n.º 10.861, de 14/04/2004; da Lei n.º 10.973, de 2/12/2004 sobre inovação tecnológica; da regulamentação das relações entre as Instituições Federais de Ensino e as fundações de apoio pelo Decreto n.º 5.205, de 14/9/2004; da Lei 11.079, de 30/12/2004, que instituiu as parcerias público-privadas e da Lei n.º 11.096, de 13/01/2005, que instituiu o ProUni, já anteriormente em vigor, por meio de uma medida provisória.

Cunha (2005, matéria online), comentando a política fragmentada da legislação referente à reforma da educação superior, afirmou que o processo foi todo complicado, pois primeiro saiu o Sistema de Avaliação da Educação Superior “sem que soubéssemos qual a educação superior que vamos implantar”.

Refletindo sobre a direção assumida pela política do governo Lula na área da educação superior, o autor Saviani (2007, p. 10), concluiu, após análise das primeiras medidas que “[...] a orientação política do governo anterior foi mantida”. Segundo, ainda esse autor (*op. cit.*, p. 21/2), as leis que criaram o SINAES, O ENADE e o ProUni, com os decretos que as regulamentaram,

Não chegaram a alterar o espírito que presidiu a política educacional do Governo FHC. Com efeito, a substituição do “provão” pelo ENADE incidiu, fundamentalmente, sobre aspectos operacionais. E a criação do ProUni, embora constitua uma inovação, não se opõe à orientação anterior. Ao contrário, a reforça, pois uma das diretrizes básicas do governo FHC era exatamente ampliar a participação das instituições privadas na oferta de vagas para reduzir o *déficit* de estudantes de nível superior no Brasil.

Apesar de o ministro Tarso Genro, através do documento produzido como resultado do trabalho realizado pelo Geres, ter assegurado que haveria um amplo debate democrático a respeito da reformulação da educação superior, o que efetivamente aconteceu, conforme Lima (2007, p. 167) foi que,

[...] o diálogo não se efetivou. Seja na teleconferência realizada em abril de 2004, quando participaram apenas a Andifes e União Nacional dos Estudantes (UNE), seja nas audiências regionais, quando representantes dos movimentos sociais, estudantis e sindicais foram impedidos de participar, o MEC tem sistematicamente privilegiado o debate apenas com as direções das entidades que estão afinadas com seu projeto de reformulação.

Vários documentos foram produzidos pelos representantes da burguesia, como a Confederação Nacional da Indústria - CNI, e o Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, além de entidades do campo do trabalho e da área acadêmica, que criticaram e sugeriram “alterações à proposta governamental”, no que se referia às versões dos

anteprojetos da reforma da educação superior. Contudo, apesar dessas manifestações contrárias, na data de oito de julho de 2006, o projeto de lei da reforma da educação superior foi encaminhado ao Congresso Nacional sob o n.º 7.200 (RODRIGUES, 2007, p. 12).

Desse modo, ressaltamos o fato de que, apesar da aparência “supostamente democrática” que o governo Lula imprimiu no processo de reforma, e de seus pseudo objetivos de “revitalizar as universidades públicas, regulamentar o setor privado e democratizar o acesso ao ensino superior” (TRÓPIA, 2009, p. 3) - embora, como já foi registrado, medidas que reformaram a educação superior já vinham sendo executadas antes da divulgação da primeira versão do anteprojeto da lei da educação superior -, para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN), (*apud* TRÓPIA, 2009, p. 3), os verdadeiros objetivos da Reforma Universitária<sup>133</sup> do governo Lula são:

Privatizar o sistema federal de ensino superior; restringir a autonomia das universidades públicas apenas à liberdade de captar recursos financeiros; garantir a total autonomia das IES privadas; condicionar o repasse dos recursos ao desempenho (daí a importância do SINAES); cortar recursos; [...] captar recursos na iniciativa privada por meio das Fundações (daí as Parcerias Público-Privadas); e, finalmente, abrir para o capital internacional o ensino superior brasileiro.

Antes de analisarmos algumas medidas tomadas pelo governo Lula em relação à educação superior, que demonstram os reais objetivos de sua “contrarreforma” nesta área, cabe ressaltar como é concebida a educação neste governo, pois essa concepção embasa seu projeto de reforma da educação superior. Nesse sentido, a concepção de educação que vem fundamentando a política educacional desse governo é a que considera a educação como um “bem público”, ou seja, um serviço público não-estatal. Desvelando o efetivo significado dessa concepção, Lima (2007, p. 153) faz uma contra-argumentação, admitindo que,

Na medida em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público (não-estatal), será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado<sup>134</sup>.

Prosseguindo a reflexão acerca da concepção advogada pelo governo Lula, Pinto (2007, p. 58/9) salienta, desta feita, o aspecto de que o significado de “bem público” para o governo Lula não é o mesmo para os trabalhadores, pois para esses esta expressão denomina o desenvolvimento de ações “[...] dentro da prestação do serviço público na ótica do direito

---

<sup>133</sup> Para Rodrigues (2007, p. 6), tentativa de adequar à universidade às necessidades do mercado, é o mesmo que atrelá-la “à lógica e aos propósitos do capital”.

<sup>134</sup> A ideia de enfraquecimento da fronteira entre o público e o privado é a tese central do Banco Mundial, segundo Sguissardi (*apud* PINTO, 2007, p. 63), pois conforme esse organismo internacional “[...] todos os tipos de IES - inclusive as que operam por filantropia ou em razão do lucro – podem servir ao interesse público”.

social<sup>135</sup> [...]”. Todavia, para o governo, o simples fato de o serviço ser efetivado para um segmento da população, automaticamente o torna público. Dando continuidade a sua análise, a autora (*op. cit.*, p. 59), sinaliza o fato de que,

Não entra nesse cenário o debate sobre como ele é executado, para quem ele é executado e com que financiamento ele é executado. [...] O governo Lula da Silva, ao afirmar e privilegiar o “público não-estatal”, dilui a fronteira entre o público e o privado e, especialmente, implementa a quebra dos direitos sociais do mundo do trabalho construídos pela clara definição entre o público e o privado [...].

Cabe agora uma rápida digressão no sentido de demonstrar como tem se processado a resignificação do conceito de público na contemporaneidade. Nesse sentido, teceremos algumas considerações sobre a corrente teórica denominada de Terceira Via e do chamado Terceiro Setor, ressaltando a adesão dos governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva a essa corrente.

A Terceira Via, também conhecida por nova esquerda ou nova social-democracia e outras denominações, surge na Inglaterra, nos anos 1990 - apresentada pelo seu principal teórico, o sociólogo britânico Antony Giddens, que foi assessor do então primeiro ministro inglês Tony Blair -, como uma alternativa ao neoliberalismo e à antiga social-democracia, mas na verdade, segundo Antunes (1999, p. 99), ela preservou o essencial do neoliberalismo, ou seja, as privatizações, o desmonte dos direitos dos trabalhadores, e a tentativa de limitar a ação dos sindicatos.

Segundo Giddens (*apud* LIMA, 2007, p. 63), devido à crise do Estado, seria necessária uma reforma do mesmo “que tenha como centralidade a ampliação da esfera denominada de pública não-estatal, ou seja, a ampliação dos mecanismos de parceria para que o Estado possa dividir responsabilidades e ações com o setor privado”. Nesse sentido, com a ênfase na chamada esfera pública não-estatal ou “Terceiro Setor”, há uma clara tentativa de diminuição da responsabilidade do Estado com as políticas públicas, já que

---

<sup>135</sup> Uma análise “radical” da questão dos direitos e da democracia, na perspectiva marxiana, é efetuada por Tonet (2004), em seu livro nomeado *Democracia ou Liberdade?* Para ele, baseado em Marx, “cidadania é liberdade, sim, mas uma forma histórica, particular de liberdade, aquela possível sob a regência do capital” (*op. cit.*, p. 165). Ele combate a ideia “de que a luta pela cidadania tem, independente da sua conexão com os outros momentos da luta social, um caráter revolucionário ou, pior ainda, de que é o horizonte máximo para a humanidade” (*id., ibid.*, p. 165). Tonet critica a proposta de governo do PT, que “se orienta no sentido de uma administração que não aponta para a superação do capital” (*id., ibid.*, p. 163). Para ele, os intelectuais de esquerda deveriam concentrar seus esforços na direção de duas tarefas grandiosas, em relação à questão teórica, que seriam: “o resgate da teoria, restituindo-lhe o seu caráter eminentemente crítico”, e a outra, seria “a compreensão profunda do processo de transformações em curso no mundo atual” (*id., ibid.*, p. 164). Garantida essa questão, dentro de várias áreas, como a educação, movimentos sociais, setores de trabalho, etc., “e, em cada lugar, respeitando as peculiaridades e a especificidade própria, combater não só a perspectiva neoliberal, mas também o reformismo e imprimir a todas as lutas um caráter anticapitalista” (*id., ibid.*, p. 164/5).

através da denominada parceria entre o público e o privado<sup>136</sup>, o Estado não será mais o principal executor das políticas sociais, exercendo o papel de coordenador e avaliador dessas políticas, ou seja, ele continua responsável pelas políticas públicas, mas tende a viabilizá-las via mercado (PEREIRA *apud* PERONI e ADRIÃO, 2005, p. 145).

Segundo as autoras supracitadas (*op. cit.*, p. 142), baseadas em Montañó, apesar das indefinições existentes em relação ao chamado Terceiro Setor [quanto a sua origem, as entidades que o compõe e suas características], “há consenso em relação à tendência de transferência da responsabilidade sobre a oferta de políticas sociais da esfera estatal para instâncias de natureza privada dos mais diversos formatos: empresas, sociedades sem fins lucrativos, fundações, etc.”

No Brasil, o projeto da Terceira Via, ou seja, o neoliberalismo da Terceira Via, conforme expressão usada por Lima (2007, p. 64), e sua estratégia proposta, o Terceiro Setor, teve um grande impulso com a Reforma do Aparelho do Estado realizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a qual nos referimos no subitem 3.4 desse trabalho, cujo representante mais expressivo dessa corrente teórica foi o então titular do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira. No atual governo, de Lula da Silva, esse projeto tem continuidade, pois como afirma Lima (2007, p. 119), para o social-liberalismo desse governo, “o Estado deve compartilhar o financiamento, a execução e a gestão do conjunto das políticas econômicas e sociais com a sociedade civil e o setor privado”.

As Parcerias Público-Privadas, defendidas pela Terceira Via, que foram regulamentadas no governo Lula, conforme veremos, como também o Decreto de 2004, que regulamentou a Lei de 1994, que dispõe sobre as relações entre as IES federais e as fundações de apoio, são apenas alguns exemplos da adesão desse governo à citada corrente teórica, contribuindo assim para a diluição da fronteira entre o público e o privado. Nesse sentido, Cêa (2006, p. 62), afirma que o Terceiro Setor, ganhou cobertura jurídica com a Lei das PPPs, já que esse instrumento jurídico considera o espaço do Terceiro Setor como eficiente para a prestação de serviços contratados pelo Estado.

Segundo Leher (2004, p. 19/20), antes mesmo de assumir o Ministério da Educação, o atual ministro Fernando Haddad, como também o ex-ministro Tarso Genro, já defendiam “[...] a necessidade de suprimir a ideia de que existem diferenças entre a educação pública e a educação privada, visto que ambas atendem ao “interesse público”. Nesse sentido, é o

---

<sup>136</sup> Segundo Montañó (2005, p. 146), a denominada “parceria” se constitui num mecanismo de “*repassé de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas [...]*” (grifo do autor).

próprio Haddad quem faz as seguintes afirmações: “Nós pretendemos quebrar um muro que separa hoje as instituições privadas das públicas, aproximar os dois sistemas com benefícios mútuos” [afirmando em seguida que,] “[...] se houver espaço orçamentário, nós temos que ampliar as vagas das universidades públicas” (*op. cit.*, p. 19/20). Para o autor em foco, através deste raciocínio Haddad secundarizou o lugar das instituições públicas de ensino superior. Buscando desmitificar a lógica que identifica o público e o privado na educação superior, Leher (*op. cit.*, p. 20) admite que,

O estabelecimento privado, que tem fins mercantis, e a universidade pública e gratuita passam a ser um único sistema e, *naturalmente*, ambos deverão possuir o mesmo direito de receber recursos do Estado, desde que atendam aos requisitos do sistema de avaliação e que tenham “compromisso social”. O “Pacto da Educação para o Desenvolvimento Inclusivo”, ao prever editais para a aquisição de vagas indistintamente para as universidades públicas e privadas, operacionaliza esse propósito. Mais amplamente, a encomenda de vagas “públicas” nas instituições privadas é um passo incomensurável no apagamento da fronteira entre o público e o privado. Com as PPP existirá um único sistema indiferenciado e, “dada a maior eficiência do setor privado”, logo o fornecimento “público” por meio das privadas alcançará uma proporção tal que tornará as matrículas das universidades públicas minoritárias dentro do que seria, outrora, a esfera pública, agora redimensionada como pública não-estatal (grifo do autor).

Movimentando-se nessa lógica difusa, o governo Lula executa seu objetivo de diluição das fronteiras entre o público e o privado através de várias medidas, entre as quais destacamos para análise, o Decreto n.º 5.205, de 14/9/2004, que regulamentou as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio e o Programa Universidade para Todos (ProUni), que foi instituído pela Medida Provisória n.º 213, de 10/09/2004, e em 13/1/2005, foi transformado em Lei n.º 11.096.

A crescente desresponsabilização do Estado com o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior e o empresariamento da educação superior têm sido intensificados através de medidas efetivadas no governo atual, a exemplo da promulgação do Decreto n.º 5.205, de 14/9/2004, que regulamenta as Fundações de Apoio junto às Universidades Públicas, consistindo no tema que se transformou em Lei n.º 8.958, de 20/12/1994, promulgada no governo de Itamar Franco (LIMA, 2007, p. 171). O objetivo dessas Fundações, perante as universidades federais, [conforme Art. 1º do Decreto] é oferecer “apoio aos projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico” (LIMA, 2007, p. 171). Mas, segundo esta autora (*op. cit.*, p. 171/2),

Sob a aparência de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão e de melhorias das condições internas, as fundações de apoio estão-se constituindo em importante canal para: [...] captação de recursos privados para o desenvolvimento de determinados projetos de interesse das administrações das universidades ou de

grupos internos de professores [...], permitir a contratação de docentes e pessoal técnico-administrativo, viabilizando a complementação salarial [...] a cobrança de cursos e projetos coordenados por docentes das Ifes, considerados como “empreendedores” de um novo perfil empresarial da universidade pública.

Nesse sentido, essas fundações têm permitido a ocorrência da chamada “privatização interna” das universidades públicas, através da criação dos cursos pagos e dos serviços prestados a empresas. Em razão desse fato, Leher (*apud* SILVA, GONZALEZ e BRUGIER, 2008, p. 125) afirma que “o fato de um curso estar estruturado em uma universidade pública não garante que a educação não seja objeto de negócios.<sup>137</sup> Quando isso ocorre é sempre através das fundações de direito privado”. Segundo Cêa (2006, p. 66), o Decreto das fundações públicas, estimula “a continuidade de práticas privadas no interior das universidades públicas, como a venda de cursos privados, contratações sem transparência e outros mecanismos que acabam permitindo” o uso do espaço público para a realização de negócios privados.

O autor Gurgel (2007, p. 24/50, ao ressaltar a mercantilização da educação superior e “o rompimento com o papel público da educação superior oficial” destaca a contribuição das Fundações de Apoio para o aprofundamento desse processo. Segundo ele, essas fundações “são órgãos privados que operam inúmeras negociações e procedimentos mercantis no interior das universidades públicas”.

Também na visão de Rocha (2006, p. 264), as fundações de direito privado constituem-se “[...] como uma das mais expressivas formas de privatização do ensino público, uma vez que, através de seu sistema jurídico, permitem a busca de recursos mediante a venda de serviços ao mercado”. Conforme ainda essa autora, a universidade pública, em tempos de crise do capital, não estaria se adequando aos interesses dominantes e por isso, com o apoio das mencionadas fundações, passaria “[...] de instituição social para organização empresarial, presidida pela lógica e pelos interesses do mercado (*op. cit.*, p. 265). A intenção é subordinar toda produção científica à lógica mercantil, mas, conforme essa autora (*op. cit.*, p. 266),

Na medida em que a produção científica se subordina ao mercado, passa a se converter também aos valores e à ética que o pautam. Todavia, o mercado não conhece pudor, nem escrúpulos, uma vez que sua torpe lógica volta-se para a produção de mecanismos que o leve ao crescimento de sua taxa de acumulação de lucros, sendo esta sua principal finalidade.

---

<sup>137</sup> Apesar do Brasil não ter apresentado proposta de liberalização nos setores educacionais no Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), segundo Siqueira (*apud* SILVA, GONZALEZ e BRUGIER, 2008, p. 124/5), “[...] a terceirização de atividades e a venda de serviços pelas universidades públicas colaboram para a inclusão da educação no GATS”.

Mesmo reconhecendo o fato de que, muitas vezes, as fundações contribuem para o processo de privatização do ensino público, o governo optou por mantê-las e regulamentá-las (SILVA, GONZALEZ & BRUGIER, 2008, p. 127/8), pois, segundo essas autoras (*id.*, *ibid.*, p. 127/8), no anteprojeto de Reforma Universitária, o Ministério da Educação afirma que,

Esse processo de privatização interno se faz muitas vezes via fundações de direito privado que nem sempre se submetem aos controles das instâncias superiores de deliberação acadêmica. Esse processo, embora contraditório como espaço público, avançou também nas instituições federais de ensino superior em consequência das políticas restritivas de financiamento da pesquisa, do engessamento da administração pública e da redução dos salários dos docentes.

Conforme análise dessas fundações privadas, ditas de apoio, realizada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) (*apud* SILVA, GONZALEZ e BRUGIER, 2008, p. 126), elas são, em sua maioria, empresas privadas que agem conforme a lógica do mercado, dentro das universidades públicas, favorecendo seus participantes. Ainda, segundo esta entidade (*id.*, *ibid.*, p. 126),

Essas fundações privadas, na realidade, apropriam-se da respeitabilidade social da universidade em que estão inseridas para ganhar dinheiro, pouco ou nada dando em troca à instituição que as sedia. Ao contrário do que propalam, apóiam-se nas instituições de ensino com as quais dizem cooperar, utilizando a força de trabalho, as instituições, os equipamentos e, sobretudo, a força simbólica da ‘marca’. São, em muitos casos, utilizadas como mecanismo de precarização do trabalho na universidade, burlando a obrigatoriedade de concursos públicos; [...].

Apesar da intensa campanha realizada em torno de sua defesa, as fundações de apoio têm sido alvo de várias denúncias, tendo em vista o uso indevido da verba captada de forma privada, usando a universidade da qual é “parceira”. Segundo a matéria online de Castro e Hennemann, veiculada em 09/01/09, intitulada “TCU vê irregularidades em 16 universidades federais,” “as fundações têm como uma de suas funções a captação de recursos na iniciativa privada para complementar os orçamentos das instituições [universitárias]”. Mas, conforme, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), “[...] muitas dessas fundações passaram a ser usadas como laranjas ou caixa-dois”. Segundo ainda a reportagem,

Entre os problemas apontados, há a falta de prestações de contas, dispensas ilegais de licitação, concessão de bolsas de estudo “exorbitantes” e contratação de funcionários das fundações de apoio para ocupar cargos sem concurso público. [...] o relatório do TCU [...] admite a possibilidade de que todas as 60 Ifes existentes permitam as mesmas irregularidades.

No sentido, também, de desobrigar-se com o investimento financeiro nas universidades públicas para criação de mais vagas, como também com o propósito de contribuir para a solidificação e expansão do setor privado, conforme orientação dos

organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial e de elaborar um mecanismo para socorrer a rede privada, devido ao aumento crescente do número de vagas ociosas em seus cursos de graduação,<sup>138</sup> o governo Lula criou, na área da educação superior, o Programa Universidade para Todos - ProUni, através da Medida Provisória 213, de 10/9/2004, sendo, em 13/1/2005, instituído pela Lei n.º 11.096. De acordo com registrado em seu *site*, o ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, sendo que em contrapartida, é oferecida isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa.

Segundo Rocha (2006, p. 270), as bolsas de estudo do ProUni são concedidas a estudantes oriundos de escolas públicas ou de escolas privadas que tenham estudado com bolsa integral, de acordo com alguns critérios estipulados pelo Programa, e também a professores da rede pública de ensino, de acordo com o Art. 2º. III do Programa, “[...] para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda”.

Desse modo, o ProUni foi criado mediante a justificativa do governo de que facilitaria, de forma mais rápida, o acesso dos jovens brasileiros que têm dificuldade para ingressar no ensino superior, principalmente daqueles de baixa renda, contribuindo para elevar o percentual de brasileiros, na faixa de 18 a 24 anos, que estão cursando o ensino superior, que é de apenas 9%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2003 (LIMA, 2007, p. 172). Outra justificativa para a sua criação seria de que o Programa não implicaria gastos para o governo, “[...] pois a renúncia fiscal correspondente a R\$ 50 milhões, seria muito inferior ao montante para gerar o mesmo número de vagas em IES públicas, estimado em R\$ 350 milhões” (ALMEIDA, 2006, p. 86) e, ainda proporcionaria o aproveitamento de parte das vagas ociosas das instituições de ensino superior privadas, [com ou sem fins lucrativos], através da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais ( PAULA, 2004, p. 62).

Em relação à questão do aproveitamento das vagas ociosas, conforme Pinho (2008, matéria online), o “ProUni tem mais de 46 mil bolsas ociosas”. O Programa amarga uma sobra de 46.623 bolsas oferecidas, o correspondente a 39,2% do total.” O Ministério da

---

<sup>138</sup> Segundo os autores Segenreich e Castanheira (2009, p. 11), os quais procederam a uma análise da expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96, baseados nos Censos da Educação Superior de 1996 a 2006, devido ao aumento vertiginoso de vagas ociosas na rede privada nos cursos de graduação, sendo de 248,2%, no período de 1996 a 2001 e de 218,8%, de 2001 a 2006, “[...] não é de se admirar a urgência da criação de um socorro à iminência de um colapso na rede privada, representado pela criação do Programa Universidade para Todos (ProUni)”.

Educação (MEC) justifica a sobra, alegando que 94% das bolsas não utilizadas são parciais (25% ou 50%) e que, dessas, grande parte é de ensino a distância, uma modalidade que requer alguns recursos como computador, acesso à internet e eventuais “deslocamentos periódicos aos polos [presenciais]”. Para alguns especialistas a razão para a sobra de vagas está na dificuldade de encontrar alunos que atendam aos dois pré-requisitos – a nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o limite de renda. Segundo Pinho, para o professor Roberto Leher, a seletividade social do ensino médio não se alterou. “Nos primeiros anos, o ProUni atendeu uma demanda reprimida. Agora, ela em parte foi coberta, e o número de alunos que conclui o ensino médio, dentro do nível de renda, é muito baixo [...]. Foi alterada a porta, mas não o caminho até a porta”.

De acordo com Paula (2004, p. 65), baseada em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 2004, com o dinheiro que o governo deixou de arrecadar devido à isenção de tributos oferecida às instituições privadas de ensino superior, [com ou sem fins lucrativos] “[...] seriam criadas quase o dobro das vagas propostas pelo PROUNI (300 mil, no prazo de cinco anos) nas instituições públicas de educação superior”. Segundo ainda essa autora, o governo se contradiz ao alegar escassez de recursos financeiros para investimento nas instituições de ensino públicas, ao tempo em que pratica renúncia fiscal “em nome da democratização do acesso” (*op. cit.*, p.66). Por isso, para ela (*op. cit.*, p. 66) baseada em Mancebo,

Ao invés de promover a democratização do acesso à educação superior dos excluídos do sistema, a privatização realizada pelo PROUNI reforça as condições históricas de discriminação e de negação desse direito aos setores populares, cristalizando a segmentação e a diferenciação da educação superior, pois destina aos pobres um ensino de menor qualidade nas instituições privadas, que salvo exceções, não realizam pesquisa e ocupam-se mais do treinamento do que da formação, compreendida no seu sentido amplo.

Segundo Rocha (2006, p. 270), as instituições de ensino superior (IES) que aderirem ao ProUni, serão beneficiadas com a isenção dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade e Contribuição para o Programa de Integração Social. De acordo ainda com essa autora (*id. ibid.*, p. 271), mais benefícios terão essas instituições de ensino superior, pois,

A lei complementa, em seu Artigo 14º. que serão priorizadas, na distribuição dos recursos do FIES [Programa de Financiamento Estudantil], as instituições que aderirem ao PROUNI. Desta feita, o patronato educacional é beneficiado duplamente pela atual política de financiamento do governo que, de forma desfraldada, alimenta consideravelmente o crescimento de tais instituições.

Analisando a constituição do ProUni, as autoras Silva, Gonzalez e Brugier (2008, p. 108), alegam que ele “[...] obedece ao modelo de parcerias público-privadas, que constitui um modelo de gestão eficiente segundo o Banco Mundial”. Na verdade, essas parcerias que também são defendidas pela Terceira Via (NEVES, 2005, p. 58), vêm sendo incentivadas desde o governo de FHC. Acerca desse fato, Leher (2004, p. 7) assevera que,

A admissão de que as principais políticas sociais – e de infraestrutura – podem ser protagonizadas pelo empresariado por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) vem sendo operada desde as mudanças constitucionais (Reforma do Estado) realizadas por Cardoso.

O Projeto de Lei n.º 2.546/2003 que dispõe sobre as PPPs tem se constituído em motivo de interesse das agências multilaterais, as quais têm se apoiado na justificativa de que o Estado não dispõe de condições para realizar novos investimentos e de que o setor privado é mais eficiente no uso dos recursos (LEHER, 2004, p. 7/8). Desse modo, devido à importância concedida pelo governo atual à institucionalização das parcerias, o então projeto foi transformado na Lei 11.079, em 30/12/2004. Todavia, refletindo sobre o efetivo significado dessas parcerias, Lima (2007, p. 175), respaldada em Juruá, entende que,

A parceria público-privada autoriza o governo federal a contratar, segundo normas específicas, parcerias público-privadas. O governo poderá transferir ao setor privado a execução de uma parcela importante de suas atribuições constitucionais, na medida em que o objeto da parceria público-privada é a prestação e exploração de todo serviço público, portanto não trata apenas de infraestrutura (obras, malhas rodoviárias), mas de serviços como saúde e educação.

Através da lógica difundida por essas parcerias, segundo Leher (2004, p. 83), a esfera privada é ampliada em detrimento da pública, contribuindo também para uma crescente “[...] indistinção entre as instituições públicas e privadas, um objetivo há muito reivindicado pelos empresários da educação [...]. A questão de fundo é, de fato, a diluição das fronteiras entre o público e o privado”. Essas parcerias foram criadas para a administração direta e indireta, e nos contratos de parceria cabe ao “Estado a função de distribuidor e pagador, enquanto ao parceiro privado (nacional ou internacional) cabe gastar, contratar obras e serviços e gerir o projeto” (TRÓPIA, 2009, p. 3).

Prosseguindo em sua escalada privatizante, o governo Lula, vem propondo determinadas medidas, como a Lei de Inovação Tecnológica, n.º 10.973 de dezembro de 2004, que é uma reedição do Projeto de Lei (PL) n.º 7.282/2002, implementado pelo governo FHC. Em linhas gerais, esse projeto se constituía uma modalidade de parceria público-privada que “[...] autoriza a incubação de empresas nas instituições de ensino superior públicas e a utilização, pelo setor privado, de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos das IES públicas” (LIMA, 2007, p. 174). Essa Lei garante o recebimento de

recursos para pesquisas desenvolvidas por grupos de pesquisadores civis e militares, que interessem as empresas “por meio de Fundo Setoriais, mas não para a Universidade, o que mina, ainda mais os laços de solidariedade trabalhista e profissional’ (TRÓPIA, 2009, p. 3). Assim, instituindo estratégias nessa direção, o governo Lula tem contribuído para a privatização interna da universidade pública e para “[...] a mercantilização do conhecimento e do arrefecimento do potencial crítico de que a universidade deve dispor” (ALMEIDA, 2006, p. 102).

Diante de *algumas* ações que enfocamos do governo Lula, para a área da educação superior, já que, a partir do seu segundo mandato, outras medidas implantadas têm contribuído para agravar o processo de privatização/mercantilização dessa área, percebemos a linha de continuidade do seu governo em relação ao anterior. Desse modo, as medidas propostas contribuem efetivamente para a destruição da universidade pública, como afirma Pinto (2007, p. 66), como também para que “a formação da grande massa de trabalhadores se dê em espaços formativos de duvidosa qualidade, nos quais prevalece a lógica do lucro” (CÊA, 2006, p. 70), onde não se oportuniza uma atividade educativa crítica, mas sim a que favorece a aceitação incontestável da ordem social vigente.

Dando prosseguimento à implementação de medidas que têm aprofundado o processo de privatização/mercantilização da educação superior e promovido a precarização da universidade e do serviço público de uma forma geral, em seu segundo mandato o governo lança, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visa, segundo o próprio governo, “fomentar a economia”, tendo como “uma de suas metas injetar recursos nas áreas de educação e saneamento básico, dentre outros setores, conforme registrado no site do Ministério do desenvolvimento Social.

No supracitado PAC, um dos projetos, na área da educação, é o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual foi lançado em 2007, e inclui em seu bojo várias ações. Todos os projetos incluídos no PAC, inclusive o PDE, serão desenvolvidos de acordo com os pressupostos da Lei de Parcerias Público-Privadas, e conforme denúncia dos setores do capital (Federações de indústria, da agricultura, etc.), não existem recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento do PAC, e também do PDE (CADERNO ANDES, Agosto/2007, p. 16). Confirmando essa afirmação, o site Contas Abertas, divulgou, em 2009, que apenas 3% das obras do PAC foram concluídas.

Como uma das ações do PDE, o governo instituiu o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades* (REUNI), através do Decreto nº 6.096 de 24/04/2007, que pretende ampliar o acesso e a permanência dos brasileiros à educação

superior, “no nível de graduação”, através do estabelecimento de metas, como o aumento da relação aluno/professor para 18/1 e da taxa média de conclusão para 90% em cinco anos, através do “melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes” nessas universidades. É a consagração da “expansão com precarização” (*op. cit.* p. 21 e 24).

Segundo Lima, Azevedo e Catani (2008, p. 24), o REUNI funciona de forma semelhante “[...] ao conceito de contrato de gestão, instrumento inspirado nas propostas do extinto Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE)”, tendo como condição para o repasse dos recursos financeiros, o cumprimento das etapas. Mas, não há garantia “[...] da continuidade e do cumprimento dos desembolsos acordados, pois segundo o Art. 3º, §3º do Decreto, o atendimento do plano é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”.

Outra medida que objetiva o atendimento da meta de expansão do ensino superior prevista no citado REUNI é a instituição do Banco de Professores-equivalentes, através da Portaria Interministerial nº 22 MEC/MP, de 30/04/07. Segundo Trópia (2009, p. 5), a Portaria faculta às universidades federais a realização de concurso público “para prover os cargos de professor de nível superior [condicionado à existência de cargo vago no seu quadro] e faculta a contratação de professores substitutos, ou seja, quebra, mais uma vez, o estatuto do servidor público e flexibiliza a forma de contratação”.

A criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil através do Decreto nº 5.800, de junho de 2006, pelo governo Lula, tem a finalidade de ampliar a oferta da educação superior através da modalidade de ensino a distância e não através da abertura de novos cursos de graduação nas instituições públicas. Segundo Trópia (2009, p. 500, “os objetivos da UAB ocultam que a transformação da educação superior em um crescente e lucrativo negócio, exige a redução de custos que implica inserir o ensino a distância nos cursos de graduação”. Nesse sentido, é patente o interesse de muitos países no mercado do ensino a distância no Brasil, no sentido de explorá-lo. Assim sendo, conforme afirma Otranto (2006, p. 53), a autorização do ensino a distância, através da legislação elaborada no governo Lula, “em conjunto com a lei das parcerias público-privadas, consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro, com algumas poucas restrições que podem ser facilmente superadas no decorrer do processo”.

A justificativa do governo de que está criando algumas universidades públicas e expandindo outras, com o orçamento congelado e mesmo com a diminuição de verbas para a educação (TONEGUTTI, 2007, p. 29), só contribui para criar uma cortina de fumaça que

impede a visualização do sucateamento operado no interior da universidade pública. Neste sentido, segundo Leda (2006, p. 82), atualmente, no Brasil, foram abertas novas IFES e novos *campi* nas já existentes, mas com a subordinação à área econômica que exige a contenção de gastos, o resultado será uma formação de péssima qualidade. Essa autora, referindo-se à crescente escalada do ensino superior privado, estimulada pelo governo Lula, cita a reportagem veiculada, em 2005, pelo jornal *Estado de Minas*, intitulada *Explosão no ensino superior* que informa que o citado governo, de janeiro a agosto de 2005 “[...] autorizou a criação de 290 instituições de ensino superior, destas 273 (94%) são instituições privadas. A relação, no Brasil, é de uma universidade pública para dez instituições privadas”.

De forma abrangente, a realidade tem mostrado que as instituições privadas estão no comando da educação superior no Brasil, a qual vem sendo tratada como um grande negócio. Segundo Fidelis (2008, matéria online), numa reportagem para a Radioagência Notícias do Planalto, baseada no Censo da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), “ao final de 2007, existiam 2.270 instituições de ensino superior, das quais 89% são privadas. As chamadas particulares concentram 4,4 milhões de matriculados e as públicas apenas 1,4 milhão”.

Em relação aos negócios efetuados com a educação superior pelas instituições de ensino superior privadas, Fidelis (2008, matéria online) afirma que,

Segundo pesquisa divulgada pelo jornal *Valor Econômico*, os lucros das instituições de ensino superior privada se comparam ao das empresas como Vale, Gerdau e Petrobras. Em março de 2007, a Anhanguera Educacional S.A foi a primeira instituição de ensino superior da América Latina a investir na Bolsa de Valores, tendo obtido no primeiro dia de operações uma valorização de 70% de suas ações.

Para a autora supracitada, todo este processo de privatização/mercantilização do ensino superior vem se agravando, tendo em vista o incentivo concedido pelo governo, através da concessão de isenções fiscais e financiamentos para as instituições de ensino superior privadas, “em alguns casos [concedidos] pelo instrumento da filantropia”. Aliado a esse aspecto, a autora ressalta que a deficiência da regularização do setor privado “permite o aparecimento de cada dia mais universidades e faculdades e também uma fusão destas empresas que formam grandes conglomerados de ensino superior”. Segundo ainda a autora da reportagem,

Todo esse processo resulta na elitização do ensino superior, no encarecimento das taxas de mensalidade e no processo, cada vez mais intenso, de sucateamento das instituições públicas [...]. O sucateamento está relacionado ao baixo investimento em educação [...]. O investimento público por parte dos governos federal, estadual e municipais foi de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB) – que é a soma de todas as riquezas produzidas no país. A Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) indica que para investimentos neste setor é necessário, no mínimo, um investimento de 6% do PIB.

Conforme o resultado do Censo da Educação Superior, referente ao ano de 2007, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em fevereiro de 2009, ficou demonstrado o crescente quadro de privatização do ensino superior, quando foi publicado que das 2.281 IES, 2.032 eram privadas, sendo que em termos percentuais, 89% são instituições privadas e apenas 11% são instituições públicas. O maior número de faculdades (92,5%) e de centros universitários (96,7%) está ligado ao setor privado.

Considerando o aumento do número de vagas na graduação presencial, as IES privadas foram responsáveis pelo maior aumento de vagas ofertadas, 8,5% em relação ao ano de 2006. No que se refere ao número de ingressos, as IES privadas foram responsáveis por 79,8% dos 1.481.955 ingressantes na rede de ensino superior. Quanto à conclusão nos cursos de graduação presencial, as IES privadas, como nos últimos anos, apresentaram o menor percentual, com 55,4% e a rede federal, 72,6% (BRASIL/MEC/INEP, RESUMO TÉCNICO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2007).

Através da divulgação do último Censo da Educação Superior, em novembro de 2009, referente ao ano de 2008, fica patente a escalada da rede privada de ensino superior. Das 2.252 instituições de ensino superior existentes em 2008, 90% são privadas. As faculdades representam a maior parte das IES no Brasil e cerca de 93% delas pertencem ao setor privado. Na Educação Tecnológica, as IES privadas foram responsáveis por mais de 90% dessa oferta. Houve um tremendo aumento das vagas ociosas, sendo que as IES privadas respondem por 98% dessas vagas. As instituições privadas são as que apresentam as menores taxas de conclusão nos cursos de graduação presencial (BRASIL/MEC/INEP, RESUMO TÉCNICO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE 2008).

Conforme Tavares (2009, matéria online), “apesar dessa concentração na rede particular, o censo de 2008 aponta que as instituições que mais incentivam pesquisas e projetos de extensão são as do ensino público”. O presidente do Movimento “Todos pela educação”, entrevistado por Tavares, afirmou que o ensino superior no Brasil está privatizado, e que só 13% dos jovens na faixa etária de 18 a 24, estão no ensino superior, de acordo com os dados do IBGE de 2008. Segundo Tavares, de acordo com o censo, o número de cursos de graduação a distância aumentou de modo significativo, mas aumentou a evasão nessa modalidade, na ordem de 55%.

No que se refere à qualidade dos cursos ministrados pelas IES privadas, de acordo com a avaliação do Ministério da Educação em 2009, apenas 5,5 das faculdades particulares conseguiram as notas 4 e 5 no Índice Geral de Cursos (IGC), numa escala que vai de 1 a 5. Apenas 10 instituições particulares, segundo o MEC, obtiveram a pontuação máxima, o que representa 0,7% da rede privada de ensino superior (HARNIK, 2009, matéria online).

Encerrando este subitem, afirmamos de forma categórica que o governo Lula vem aprofundando o processo de privatização/mercantilização da educação superior brasileira, constituindo-se por isso, como afirmou Coggiola (2001, p. 109), referindo-se ao então governo FHC, em um “agente do capital num período de excepcional crise deste”. Nessa direção, o governo Lula tem contribuído para que o Brasil seja o país do continente latino-americano “[...] com a menor porcentagem de universitários em instituições públicas [...], [conforme] um estudo da Unesco apresentado na Conferência Regional de Educação Superior” [realizada na Colômbia, em 2008]. Decorrente da adoção dessa estratégia privatizante, em pleno vigor no âmbito da educação superior brasileira, segundo levantamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, apenas “27% dos universitários brasileiros estão na rede pública” (UNESCO *apud* SITE DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, - ADUFC- ), em 6/10/2008.

## CONCLUSÃO

Apesar de a humanidade subsistir há séculos sob a regência do capital, gerando essa situação incontáveis problemas para a sobrevivência da maioria dos seres humanos e do próprio planeta, a situação de degradação da vida humana tem se aprofundado, em todas as suas dimensões, não obstante o grande crescimento da riqueza material e espiritual e as promessas de um futuro – que nunca chega – em que haveria o compartilhamento dessas riquezas por todos. Isto significa que o capital esgotou suas possibilidades civilizatórias, com o fim de sua ascensão histórica no século XX, coincidindo “com a crise do Estado moderno em todas as suas formas [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Mesmo existindo condições para acabar com a imensa desigualdade existente, sob a dominação da relação-capital isto não é possível, pois a única coisa que importa é a sua acumulação. Desse modo, a pobreza é a condição necessária da riqueza, ou seja, “a acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto [...]” (MARX, 1988, p. 201, v. II).

Conforme Sampaio (2008, p. 271), assiste-se, no atual momento histórico, a um processo de desconstrução de toda uma luta iniciada há séculos pelos trabalhadores, visando o estabelecimento de regras que limitem a voracidade do capital, havendo uma crescente indiferença dos governos em relação à opinião pública. Segundo esse autor, Mézáros “[...] chamou nossa atenção para essa coisa inominável que é a negação de milhares de anos de história, e duzentos anos de lutas constituídas, para chegar a tal ponto [...]”.

Sob o impacto da crise estrutural, segundo Mézáros (2002, p. 682), o sistema do capital procura eliminar os ganhos da classe trabalhadora obtidos durante a sua fase de ascensão histórica, ou seja, no momento de sua grande expansão. Essa fase chega ao fim quando ocorre ativação dos limites absolutos do sistema, os quais não podem ser ultrapassados dentro do próprio sistema, pois são parte integrante dele em sua fase destrutiva, contudo esses limites “[...] são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico<sup>139</sup>” (*op. cit.*, p. 220).

---

<sup>139</sup> Segundo Antunes (2009, p. 11), para Mézáros, o sistema sociometabólico do capital é composto por três elementos inter-relacionados: capital, trabalho assalariado e Estado, “[...] o que impossibilita a superação do capital sem a eliminação do *conjunto* dos três elementos [...]”. (grifo do autor).

Como reação à profunda crise estrutural do capital, no sentido de reverter sua queda da taxa de lucros, a classe burguesa erige um arsenal de estratégias que visam destruir ganhos da classe trabalhadora, como também aumentar sua exploração através da intensificação e precarização do trabalho<sup>140</sup> de uma minoria que consegue escapar do desemprego estrutural, não mais conjuntural. A resposta à crise, consubstanciada na chamada globalização capitalista, política neoliberal e no processo de reestruturação produtiva, organizada pelos representantes do capital “[...] impôs um retrocesso histórico sem precedentes aos trabalhadores [...]” (COGGIOLA, 2001, p. 149).

Em decorrência de sua crise estrutural, o capital, com dificuldades de expansão, procura novas áreas de investimento, e dentre elas está a educação, particularmente, a superior, que passa a se constituir em um campo fértil de lucratividade, contribuindo assim para transformá-la em mais uma mercadoria, entre outras já existentes.<sup>141</sup> Nessa busca, ele encontrará no Estado, como sempre, um apoio imprescindível nesta empreitada. Nesse sentido, Leher (2004, p. 3), afirma que “[...] a comodificação da educação vem sendo operada também por intermédio do Estado”.

No Brasil, como em outros países, enquanto parte da política neoliberal, em resposta à crise, reivindica-se um recuo do Estado no que se refere a sua participação na rede de serviços públicos. Em relação à educação superior, no período da ditadura militar, como foi demonstrado, a partir, principalmente, da Reforma Universitária de 1968, ocorre uma grande expansão do processo de privatização/mercantilização da educação superior, como admite Reis (*apud* RODRIGUES, 2007, p. x). Nesse contexto, ocorre uma redução do investimento público na educação superior e concedem-se incentivos para as instituições de ensino superior privadas, através da transferência de recursos públicos para essas instituições (NETTO, 1991, p. 62).

Nos governos posteriores, com o recrudescimento da crise do capital, houve um aceleração do processo de privatização/mercantilização da educação superior, realizado através de várias ações e medidas legislatórias, conforme explicitado, que contaram e contam com o apoio e empenho do Estado. Este em consonância, particularmente com as diretrizes do Banco Mundial, opera a expansão do campo privado em detrimento do público, quando o

---

<sup>140</sup> Uma obra recente que trata da intensificação do trabalho sob as formas contemporâneas da produção capitalista e suas terríveis consequências na vida dos trabalhadores, inclusive dos docentes, como as lesões por esforço repetitivo ou distúrbios osteomoleculares, além de outras doenças, é o livro do autor Dal Rosso (2008), intitulado *Mais trabalho! – A intensificação do labor na sociedade contemporânea*.

<sup>141</sup> Segundo Coggiola (2001, p. 110), a privatização da educação superior faz parte do quadro da crise do capital. Ela é transformada em “negócio” “[...] para um capital em crise, desesperado por novos campos de exploração lucrativa. A privatização dessa área não é exclusividade do Brasil, mas é uma tendência internacional”.

capital procura reconfigurar a educação superior “[...] segundo seus objetivos e sua lógica” (SILVA JR & SGUISSARDI, 2001, p. 194).

Por conta de uma crise global do capital sem precedentes, processou-se um ataque à universidade pública e o incentivo à proliferação das instituições de ensino superior, havendo no Brasil, conforme estudo, em 2008, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma crescente queda de alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas, existindo apenas 27% de estudantes universitários na rede pública de ensino superior.

Nesse sentido, conforme Coggiola (2001, p. 131, 149 e 153) a transformação da educação superior em negócio, com uma crescente deterioração da qualidade do ensino, o avanço do ensino privado, a mercantilização das universidades, a crescente transformação da educação universitária “[...] num apêndice direto da empresa capitalista [...]” são movimentos que fazem parte “[...] do retrocesso social provocado pela crise do capital: a superabundância da riqueza capitalista provoca, contraditoriamente, a miséria social e cultural”.

A situação de privatização/mercantilização da educação superior brasileira acirra a desigualdade existente nessa área, tornando mais difícil o acesso dos jovens ao ensino superior público, que se contrai devido à redução de recursos para seu financiamento, na medida em que cresce, de forma assustadora, o número de instituições de ensino superior privadas, de péssima qualidade, muitas com preços módicos, possibilitando uma formação profissional de baixo nível a quem a elas recorre.<sup>142</sup>

A privatização/mercantilização do ensino superior, além de garantir ao capital um campo de investimento altamente lucrativo, propicia também, como ressalta Martins (1988, p. 198), uma excelente oportunidade para o rompimento de uma tradição do conhecimento crítico que é uma característica, [tão combatida], das instituições de ensino superior públicas. Esse processo contribuiu, também, para a desmobilização do movimento estudantil, pois os estudantes se veem tolhidos, dentro de uma empresa educacional, que enfatiza uma formação meramente profissionalizante e não crítica e que desestimula qualquer luta reivindicativa.

Portanto, diante da incapacidade do Estado, através de reformas, de acabar com as desigualdades sociais, que só tendem a se aprofundar, devido ao próprio movimento do

---

<sup>142</sup> Particularmente, em relação à formação dos futuros assistentes sociais, o crescimento incomensurável do ensino superior privado tem tido um impacto negativo na formação desses profissionais, como tem denunciado as entidades representativas da profissão, no que se refere ao fornecimento de um ensino de baixa qualidade, principalmente na educação a distância, que “realiza adestramento, mas jamais formação profissional”, contribuindo para a formação de assistentes sociais [...] mas com perfil rebaixado e acrítico” (BEHRING, 2009, p. 3 e 5).

capital, que, principalmente, em crise estrutural, acirra mais as suas contradições, transformando tudo em mercadoria, acreditamos que o processo de transformação da educação superior em mercadoria e o incentivo a sua privatização, que é também uma tendência internacional, só tende a se agravar. Pensar em uma educação superior realmente pública e de qualidade, só superando o sistema do capital com tudo que ele pressupõe: capital, Estado, e trabalho assalariado, em direção a uma nova forma social de produção e reprodução em que não haja a exploração do homem pelo próprio homem.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria B. **A reforma do ensino superior no Brasil sob a lógica neoliberal no governo Lula**. São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.apropucsp.org.br/revista/r21\\_r04.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r21_r04.htm)> Acesso em: 5 maio 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (ADUFC). **Na América Latina, Brasil tem menos alunos em faculdade pública**. Ceará, 2008. Disponível em: <[http://www.adufc.org.br/clipping\\_detalhes.asp?cod=925](http://www.adufc.org.br/clipping_detalhes.asp?cod=925)> Acesso em: 9 jun. 2009.

ALMEIDA, Paulo R. de. **As crises do capitalismo e a crise do marxismo: qual a mais grave?** Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.viapolitica.com.br/\\_imprimir.php?id=86tabela=Diplomatizando](http://www.viapolitica.com.br/_imprimir.php?id=86tabela=Diplomatizando)> Acesso em: 9 dez. 2008.

ALMEIDA, Sérgio C. de. **O avanço da privatização na educação brasileira: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado**. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Praxis, 2001, 220p.

ALVES, M. P.; TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-444. (Mundo do trabalho).

ANGELI, José M. **Produção, reestruturação produtiva e educação profissional: no contexto de crise do capitalismo**. Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/085/85angeli.htm>> Acesso em: 22 fev. 2009.

ANTUNES, Jadir. **O conceito dialético de crise em O Capital**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT1/gt1m2c2.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2.ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, 172p.

\_\_\_\_\_. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalhador no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-25. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-22. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999, 264p. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. Introdução. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002, p. 37-50. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. Introdução – A substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 9-16. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. O trabalho como símbolo da transformação e da dignidade. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R.; FONTES, V. (Orgs.). **Dilemas da humanidade**: diálogos entre civilizações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 21-33.

ARAGAKI, Bruno. **Ensino público no Brasil perde 300 mil alunos em 2006**. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5817.jhtm>> Acesso em: 14 set. 2007.

\_\_\_\_\_. **Desemprego é maior entre escolarizados**. 2007. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/educacao/ultnot/ult105u5819.jhtm>> Acesso em: 14 set. 2007.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Cortez, 1982, 190p.

ARELARO, Lisete. As políticas de educação no governo Lula: cenários e perspectivas. **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano XVI, nº 39, (Educação: prioridade nacional?), p. 117/123, fev. 2007.

ARON, Raymond. **Dezoito lições sobre a sociedade industrial**. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, 280p.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996, 408p.

AZZI, Diego; BOCK, Renato. A concepção do Banco Mundial sobre desenvolvimento e educação. In: HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008, p. 17-28.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 148p.

BECKER, Giseli. **A educação superior e a abertura política**: a representação da imprensa sobre os impactos do fim do regime militar no ensino superior no RS (1985-1988). Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <[http://www.eeh2008.anpuh-rs.rg.br/resources/content/anais/1207860630\\_ARQUIVO\\_AeducacaoSuperioreAberturaPolitica.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.rg.br/resources/content/anais/1207860630_ARQUIVO_AeducacaoSuperioreAberturaPolitica.pdf)> Acesso em: 4 jun. 2009.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. Tradução Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001, 290p.

BEHRING, Elaine R. **Política social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, 200p.

\_\_\_\_\_. **Implicações da contra-reforma do ensino superior no Serviço Social e o Exame de Proficiência em questão.** Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/Palestra%20EP%20Elaine.pdf> Acesso em: 2 nov. 2009.

BIANCHI, Alvaro. Progresso e barbárie: as armadilhas da ciência contemporânea. **Outubro.** São Paulo, nº 13, p. 79/94, 2º semestre 2005.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, 80p. (Coleção Brasil Urgente).

BOFF, Leonardo. O ecocídio e o biocídio. In: SADER, E. (Org.). **7 pecados do capital.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 31-55.

BORGES, Angela Maria C. **Educação e mercado e trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados.** Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/ga%20912006-Aborgespdf.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2008.

BRAGA, Ruy. Em defesa da igualdade substantiva. **Margem esquerda – ensaios marxistas.** São Paulo: Boitempo, nº 11, p. 143/145, maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância (Seed). **Brasil e EUA discutem regulamentações da educação a distância.** Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.seednet.mec.gov.br/imprimir.php?id=4&codmateria=1056>> Acesso em: 26 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior de 2007.** Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo\\_tecnico\\_2007.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/2007/Resumo_tecnico_2007.pdf)> Acesso em: 2 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da educação Superior de 2008.** Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/...> > Acesso em: 27 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. ProUni. Disponível em: <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI.Oprograma.shtm>> Acesso em: 5 maio 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. 2007. **Ministro Patrus Ananias participa de lançamento do PAC em Brasília.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/ministro-patrus-ananias-participa-de-lancamento-do-pac-em-brasilia/?searchterm=PAC>> Acesso em; 19 jun. 2007.

BUFFA, Ester. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, J. C. *et al* (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas.** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 41-58.

CADERNO ANDES. **As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior.** Brasília; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Caderno nº 25, ago. 2007.

CARDOSO, Adalberto M.; COMIN, Alvaro A.; GUIMARÃES, Nadya A. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (Orgs.). **Desemprego: trajetórias, identidades e mobilizações.** São Paulo: SENAC, 2006, p. 45-90. (Trabalho e Sociedade).

CARDOZO, Maria José Pires B. O Ajuste estrutural do Estado e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. In: RABELO, J.; FELISMINO, S. C. *et al* (Orgs.). **Trabalho, educação e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006, p. 201-216.

CARVALHO, Edmilson. **A crise estrutural do capital.** Bahia, 2002. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes\\_sei/bahia\\_analise/analise-dados/pdf/retros2002pag\\_19.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise-dados/pdf/retros2002pag_19.pdf)> Acesso em: 15 ago. 2006.

CARVALHO, Leda V. Poder partilhado: uma teoria de “distencionamento” do sistema mundial livre de restrições territoriais para os países ditos em desenvolvimento. In: RABELO, J.; FELISMINO, S. C. *et al* (Orgs.). **Trabalho, educação e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006, p. 357-368.

CASTRO, Cristina M. de.; HENNEMANN, Gustavo. **TCU vê irregularidades em 16 universidades federais.** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?Site=emcimahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha...>> Acesso em: 5 jun. 2009.

CÊA, Georgia S. dos S. As versões do projeto de lei da reforma da educação superior: princípios, impasses e limites. In: NEVES, L. M. W. *et al* (Orgs.). **Educação superior: uma reforma em processo.** São Paulo: Xamã, 2006, p. 43-79.

CHAUÍ, Marilena de S. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2001, 208p.

\_\_\_\_\_. **Universidade em liquidação.** São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://firg.oa.usc.es/drupal/node/3035>> Acesso em: 2 maio 2008.

CHAVAGNEUX, Christian. Entrevista com Paul Krugman. Tradução de Flávio Aguiar. **Nobel de Economia defende aumento de gastos públicos contra a crise.** Disponível em: <[http://cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?materia\\_id=15318](http://cartamaior.com.br/templates/materialimprimir.cfm?materia_id=15318)> Acesso em: 5 nov. 2008.

CHOMSKY, Noam. **Ano 501 – a conquista continua.** Tradução Maria Cristina Guimarães. São Paulo: Scritta, 1993, 440p.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** Tradução Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999, 320p.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Educação superior: por outra avaliação. In: DORADO, F. L. *et al* (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã, 2003, p. 117-135.

COGGIOLA, Osvaldo. A agonia da tradição crítica brasileira e latino-americana. **Crítica Marxista**. Campinas, São Paulo: Revan, nº 20, p. 90-110, abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Crise, novas tecnologias e classe operária. In: COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996, p. 119-142.

\_\_\_\_\_. A atualidade da revolução proletária. In: COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996, p. 261-266.

\_\_\_\_\_. **Fome, pobreza e programas sociais focalizados**. Apostila elaborada para o curso realizado em agosto de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFAL.

\_\_\_\_\_. Globalização e alternativa socialista. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo; Xamã, 1997, p. 109-142. (Coleção Fora da Ordem).

\_\_\_\_\_. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2002, 520p.

\_\_\_\_\_. **Universidade e ciência na crise global**. São Paulo: Xamã, 2001, 176p.

CFESS. Avanços e desafios na implementação do SUAS. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, nº 82, p. 189-190, jul. 2005.

CONTAS ABERTAS. **PAC 2 anos: apenas 3% das obras estão concluídas**. 2009. Disponível em: <[http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes\\_noticias.asp?auto=2686](http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=2686)> Acesso em: 28 maio 2009.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? 3. ed. Tradução de Mônica Corullón. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000. Cap. III, p. 75-123.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma**. Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a03v2588.pdf>> Acesso em: 17 maio 2009.

COSTA, Edmilson. **A crise mundial do capitalismo e as perspectivas dos trabalhadores**. São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://resistir.info/crise/a\\_crise\\_do\\_capitalismo.html](http://resistir.info/crise/a_crise_do_capitalismo.html)> Acesso em: 5 fev. 2009.

COSTA, Frederico. As categorias reflexivas fenômeno-essência no movimento de explicitação da substância do valor em O Capital. In: DORTA DE MENEZES, A. M.; Figueiredo, F. F. (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Ed. da UFC, 2003, p. 181-200.

COSTA, Octávio. Quando os homens da crise se reúnem. **Isto é independente**. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2047/artigo124424-1.htm>> Acesso em: 5 mar. 2009.

COUTINHO, Leonardo. Bye, Bye, Brasil. **Veja**. Edição 1997, ano 40, nº 30, 28 fev. 2007. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/280207/p\\_091.shtml](http://veja.abril.com.br/280207/p_091.shtml)> Acesso em: 7 jun. 2007.

COUTO, Berenice. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004, 200p.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 498p.

\_\_\_\_\_. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 39-56.

\_\_\_\_\_. Entrevista. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.jornal.ufrj.br/jornais/jornal1/jornalUFRJ1114.pdf>> Acesso em: 2 maio 2008.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** : a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008, 208p. (Mundo do trabalho).

DAVIES, Nicholas. Mecanismos de financiamento: a privatização dos recursos públicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 151-176.

\_\_\_\_\_. O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria? In: PAULA, M. de F. (Org.). **Debatendo a Universidade: subsídios para a reforma universitária**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 79-102.

DIAS, Fernando C. **Gastos militares não param de aumentar**. Portugal, 2008. Disponível em: <[http://diario.iol.pt/noticia.html?id=960890&div\\_id=4073](http://diario.iol.pt/noticia.html?id=960890&div_id=4073)> Acesso em: 14 jan. 2009.

DOMINGUES, Sérgio. **A “carta ao povo brasileiro:” a favor das elites ou dos trabalhadores?** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.adufrj.org.br/site/imprimir.php?id=1803>> Acesso em: 26 maio 2009.

DONATONI, Ataíde Rita. **O movimento docente do ensino superior na Nova República**. Uberlândia, 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewPDFInterstitial/685/622>> Acesso em: 12 jun. 2008.

DRAIB, Sônia. **O tamanho do Brasil pobre**. Entrevista, São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/suplementos/not\\_sup40930,0.htm](http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup40930,0.htm)> Acesso em 10 abr. 2008.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. de; CATANI, Afrânio M. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, F. L. *et al* (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003, p. 17-30.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003. 108p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo), v. 86.

FAVARO, Thomaz. Uma terra de oportunidades. **Veja**. São Paulo, edição 2096, ano 42, nº 3, p. 84/85.

FIDELIS, Nina. **Privatização e mercantilização do ensino**. 2008. Disponível em: <[http://www.radioagencianp.com.br/index2.php?option=com\\_content&task=view&id=5...](http://www.radioagencianp.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=5...)> Acesso em: 10 maio 2009.

FILHO, Osterne Nonato M. O contexto sócio-político da atual reforma do ensino médio. In: DORTA DE MENEZES, A. M. de.; FIGUEIREDO, F. F. (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Ed. da UFC, 2003, p. 316-330.

FINKEL, Sara. El “capital humano”: concepto ideológico. In: LABARCA, G.; VASCONI, T.; FINKEL, S.; RECCA, I. (Orgs.). **La educación burguesa**. México: Editorial Nueva Imagen, 1977, p. 263-299.

FOLHA ONLINE. **Globalização não reduz desigualdade e pobreza no mundo, diz ONU**. 2007. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol...>> Acesso em: 12 fev. 2007.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, s. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 229-251, v. VI.

\_\_\_\_\_. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. São Paulo, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SO102-25551](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO102-25551)> Acesso em: 8 fev. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola pública brasileira na atualidade. In: LOMBARDI, C. *et al* (Orgs.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 221-254 (Coleção Memória da Educação).

FURTADO, Odair. Psicologia e relações de trabalho: em busca de uma leitura crítica e uma atuação compromissada. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. Cap. 8, p. 211-239.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética de educação**: um estudo introdutório. 5. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987. 176p. (Coleção educação contemporânea).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 13. ed. Tradução Galeano Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 308p. (Estudos latino-americanos), v. 12.

GAZETA DO POVO. **Crise econômica fará mundo ter mais de 1 bilhão de desnutridos em 2009, diz ONU**. 2009. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/mundo/conteudo.phtml?id=89767&ch=>>> Acesso em: 21 jun. 2009.

GENTILI, Pablo A. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Tradução Alfredo Veiga Neto. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, 144p.

GIMENEZ, Denis M. **Da “Constituição Cidadã” aos mínimos sociais.** Disponível em: <[www.unicamp.br/unicamp\\_hoje/ju/abril2007/ju356pag03.html](http://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/abril2007/ju356pag03.html)> Acesso em: 3 jan. 2008.

GLOBO. COM. **OIT constata alta do desemprego entre jovens da América Latina.** 2006. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/O,,AA11330348-9356,00.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/O,,AA11330348-9356,00.html)> Acesso em: 9 dez. 2006.

GOIS, Antonio. **Pobres se distanciam dos ricos e dependem mais do governo.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74811.shtml>> Acesso em: 25 dez. 2005.

GOMEZ, Milton; FREITAS JÚNIOR, Osmar. **Globalização: a economia global vai bem e o povo mal.** 2008. Disponível em: <<http://www.geografiaparatos.com.br/index.php?pag=sl155>> Acesso em: 10 jun. 2009.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica.** 2. ed. Tradução Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2007, 248p.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999, 120p.

GREIDER, William. **O mundo na corda bamba: como entender o crash global.** Tradução Lauro Machado Coelho. São Paulo: Geração Editorial, 1997. 600p.

GRESPLAN, Jorge. **Marx.** São Paulo: Publifolha, 2008, 96p. (Folha explica), v. 78.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel (as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci).** Tradução Dario Canali. Rio Grande do Sul: L&PM, 1986. 94p.

GUANDALINI, Giuliano. O custo do ilusionismo econômico. **Veja.** São Paulo, edição 2060, ano 41, nº 19, p. 108/112, 14 maio 2008.

GURGEL, Cláudio. A educação entre o valor e a mercadoria. **Universidade e Sociedade.** Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ano XVI, nº 39, p. 17-27, fev. 2007.

GUZZO, J. R. Nota zero. **Veja.** São Paulo, edição 2102, ano 42, nº 9, 4/3/2009, p. 122.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 14. ed. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. 352p.

HARNIK, Simone. **Apenas 5,5 das faculdades particulares conseguiram as notas 4 e 5 no IGC (Índice Geral de Cursos).** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/01/ult105u8622.jhtm>> Acesso em: 1 set. 2009.

HASHIZUME, Maurício. **Reformas de mercado afastaram serviços públicos dos pobres**. 2006. Disponível em: <[http://www.agenciartamamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=11994&boletim\\_id=99&componente\\_id=1777](http://www.agenciartamamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11994&boletim_id=99&componente_id=1777)> Acesso em: 18 8 2006.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1986, 286p.

HUSSON, Michel. Globalização: novo horizonte do capitalismo. **Margem esquerda – ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, n° 8, p. 149/166, nov. 2006.

IPC DIGITAL. 2009. **Lula pede que o povo não vote em candidatos vigaristas**. Disponível em <<http://www.ipcdigital.com.br/Noticias/Brasil/Lula-pede-que-o-povo-nao-vote-em-candidatos-vigaristas>> Acesso em: 30 maio 2009.

KATZ, Claudio. Tecnologia e capitalismo na década de 90. In: COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996, p. 227-260.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2. ed. ampl. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, 302p.

LANDER, Edgardo. A utopia do mercado total e o poder imperial. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R. *et al* (Orgs.). **Dilemas da humanidade**: diálogos entre civilizações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 299-342.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Maria Luiza M. de C. e Silva. Londrina: Planta, 2004. 324p.

LEDA, Denise B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Orgs.). **Reforma universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006. Cap. 5, p. 73-87.

LEHER, Roberto. Contra-reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. **Margem esquerda – ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, n° 3, p. 77/89, abr. 2004.

\_\_\_\_\_. Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, F. L. *et al* (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003, p. 81-93.

\_\_\_\_\_. **‘Fast delivery’ diploma: a feição da contra-reforma da educação superior**. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://agenciartamamaior.uol.com.br/templates/ColunaImprimir.cfm?coluna\\_id=3504](http://agenciartamamaior.uol.com.br/templates/ColunaImprimir.cfm?coluna_id=3504)> Acesso em: 8 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Feições da mercantilização da educação e neocolonialismo**. Rio de Janeiro, São Paulo, 2005. Disponível em: <[http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/docs/13122005161150\\_An%C3%A1lise\\_rleher\\_dez05.doc](http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/docs/13122005161150_An%C3%A1lise_rleher_dez05.doc)> Acesso em: 8 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FÁVERO, O. (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. Cap. 12, p. 211-245.

\_\_\_\_\_. **Para silenciar os Campi**. Campinas, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>> Acesso em: 10 maio 2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio. A (contra-) reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004, p. 13-22.

\_\_\_\_\_. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, P. (Org.). **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 6, p. 151-187.

\_\_\_\_\_. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, nº 3, p. 19/30, maio 1999.

LESSA, Sergio. **Beyond Capital: Estado e capital**. São Paulo. 1998. Disponível em: <[http://www.sergiolessa.com/artigos\\_97\\_01/Para\\_Alem\\_K\\_1998.pdf](http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/Para_Alem_K_1998.pdf)> Acesso em: 31 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. História e ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista**. São Paulo: Revan, nº 20, p. 70-89, abr. 2005.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. 360p.

LIMA, Carlos. Os gastos sociais e a política econômica. **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ano XVI, nº 39, p. 37-55, fev. 2007.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz N.; CATANI, Afrânio M. **O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a02v13n1.pdf>> Acesso em: 11 jul. 2009.

LIMA, Kátia Regina de S. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007. 206p.

\_\_\_\_\_. Educação a distância ou à distância da educação? **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, ano XVI, nº 39, p. 81/91, fev. 2007.

\_\_\_\_\_. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 41-63.

\_\_\_\_\_. **Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/katiareginadesouzalima.doc>> acesso em: 3 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo: Xamã, 2004. Cap. 1, p. 23-46.

LÖWY, Michael. Um outro mundo é condição urgente e obrigatória para a preservação da humanidade. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R.; FONTES, V. (Orgs.). **Dilemas da humanidade: diálogos entre civilizações.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 257-268.

MACENO, Talvanes Eugenio. **(Im)possibilidades e limites da universalização da educação sob o capital.** 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

MACHADO, Rozimar. A mercantilização do ensino na agenda do capital e as estratégias de marketing utilizadas na venda da mercadoria ensino. In: JIMENEZ, S. V.; RABELO, J. (Orgs.). **Trabalho, educação e luta de classes: a pesquisa em defesa da história.** Fortaleza, Ceará: Brasil Tropical, 2004, p. 139-160.

MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro.** São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/ivettimagnanit11.rtf>> Acesso em: 10 maio 2009.

MAGNOLI, D. **O grande jogo: política, cultura e idéias em tempos de barbárie.** São Paulo: Ediouro, 2006. 272p.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** 2. ed. Tradução Carlos Eduardo S. Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 420p. (Os economistas).

MARTIN, Hans - Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social.** 3. ed. Tradução Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. São Paulo: Globo, 1998. 352p.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino pago: um retrato sem retoques.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 210p.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o ensino superior atual. In: VELLOSO, J. *et al.* **Estado e educação.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1992, p. 95-106 (Coletânea C.B.E.).

MARTINS, José. Entrevista com José Martins. **Revista Rubra.** Lisboa, nº 4, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.resistir.info/>> Acesso em: 4 mar. 2009.

MARX, Karl. **A guerra civil em França.** Tradução Eduardo Chitas. Lisboa: Avante, 1984, 111p.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** 2.ed. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 288p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina. COGGIOLA, O. (Org.), São Paulo: Boitempo, 2007. 255p.

MARX, Karl. **Manuscrítos econômicos e filosóficos**. Tradução Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2004, 198p.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 2 v. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. **Textos filosóficos**. Tradução Maria Flor M. Simões. São Paulo: editorial estampa, 1975, 221p. (Biblioteca do Socialismo Científico).

\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 144p.

MEDEIROS, Afonso de. **Algumas lições da crise para a nossa luta**. Disponível em: <<http://dariodasilva.wordpress.com/2009/01/06/algumas-licoes-da-crise-para--a-nossa-lta/>> Acesso em: 18 fev. 2009.

MELAZO, Fernanda. **Ritmo acelerado**. Los Angeles, 2009. Disponível em: <http://revistaensinonosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12362>. Acesso em: 4 jun. 2009.

MELO, Adriana Almeida S. de. Avaliação institucional do ensino superior: controle e condução de política educacional, científica e tecnológica. In: SIQUEIRA, A. C. de.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). **Educação superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006, p. 125-145.

MELLO, Alex Fiúza de. **Crise mundial e reestruturação produtiva: algumas questões de ordem teórica**. Pará, 2004. Disponível em: <<http://www.naea-ufpa.org/revistaNCN/ojs/include/getdoc.php?id=186&article=43&mode=pdf>> Acesso em: 18 fev. 2009.

MENEZES, Adriana. **Governo busca participação e consenso no debate**. 2004. Disponível em: <[http://www.comciencia.br/reportagens/2004/09/02\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/2004/09/02_impr.shtml)> Acesso em: 10 maio 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo *et al.* São Paulo: Boitempo, 2009, 135p.

\_\_\_\_\_. Entrevista. São Paulo, 2006. Margem esquerda – ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, nº 7, p. 13/29, maio 2006, **entrevista concedida a Ivana Jinkings**.

\_\_\_\_\_. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Londres, 2008. Tradução de JF. Disponível em: <<http://resistir.info/>> Acesso em: 20 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. “Revolução Urgente.” São Paulo, 2004. **Entrevista concedida a Anselmo Massad**. Disponível em: <[http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticiaIntegra.asp?d\\_artigo=1146](http://www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticiaIntegra.asp?d_artigo=1146)> Acesso em: 4 out. 2007.

\_\_\_\_\_. As tarefas a nossa frente. São Paulo, 2009. **Entrevista concedida a Boitempo Editorial**. Disponível em: <[http://www.boitempoeditorial.com.br/publicacoes\\_imprensa.php?sbn=978-85-7559-13...](http://www.boitempoeditorial.com.br/publicacoes_imprensa.php?sbn=978-85-7559-13...)>. Acesso em: 12 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006, 296p. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical. **Margem esquerda – ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, nº 8, p. 76/108, nov. 2006, p. 76-108.

\_\_\_\_\_. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27-44.

\_\_\_\_\_. Ir além do capital. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997, p. 143-154.

\_\_\_\_\_. **Marx, nosso contemporâneo, e o seu conceito de globalização**. 2004. Disponível em: <[http://galizacig.com/actualidade/200412/resistir\\_marx\\_nosso\\_contemporaneo.htm](http://galizacig.com/actualidade/200412/resistir_marx_nosso_contemporaneo.htm)> Acesso em: 4 out. 2006.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007, 398p. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003, 120p. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004, 567p.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002, 1104p. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **Produção destrutiva e estado capitalista**. Tradução Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989, (Cadernos ensaio), v. 5, 106p.

\_\_\_\_\_. Um anticapitalista excepcional. São Paulo, 2007. Cult, ano 10, nº 118, p. 12/15, out. 2007, **entrevista concedida a Ruy Braga e Álvaro Bianchi**.

MILLET, Damien.; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas 50 respostas: sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. Tradução Noémie R. Josse. São Paulo: Boitempo, 2006, 248p.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006, 309p. (Coleção educação contemporânea).

MIRANDA, Kênia. **A reestruturação produtiva e a educação: notas sobre a flexibilização do trabalho docente**. Salvador, 2007. In: III Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2007, Salvador. Anais do III EBEM, 2007, p. 106.

MIRANDA, Glauro Vasques de. Financiamento das instituições de ensino superior. In FÁVERO, M. de L. (Org.). **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989 (Coleção polêmicas do nosso tempo), v. 29, p. 71-82.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 288p.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? In: ABDALA JUNIOR, B.; ALEXANDRE, I. M. M. (Coord.). São Paulo: SENAC, 2001, 160p. (Série Ponto Futuro).

MOTTA, Vânia C. de. **Politizando a “sociedade do conhecimento” sob a ótica do pensamento de Gramsci**. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.senac.br/BTS/321/bts\\_32\\_1\\_artigo2.pdf](http://www.senac.br/BTS/321/bts_32_1_artigo2.pdf)> Acesso em: 8 fev. 2009.

NADER, Valéria; BRITO, Gabriel. São Paulo, 2008. **Eixo privado-mercantil abriu as portas para a corrupção no ensino superior**. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com\\_content&task=view&id=...](http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=...)> Acesso em: 10 maio 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991. 335p.

NEVES, Lúcia Maria W. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, p. 85-125.

NEVES, Lúcia Maria W.; FERNANDES, Romildo R. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002, p. 21-40.

OLIVEIRA, Ramon de. **Agências multilaterais e a educação profissional brasileira**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006. 122p.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. **Ciência: força produtiva ou mercadoria?** Salvador, 2005. Disponível em: <<http://paje.fe.usp.br/nmbarbosa/articm.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2009.

ORR, Judith; WARD, Patrick. Entrevista com Mészáros. Tradução Katarina Peixoto. “Solução neokeynesiana e novo Bretton Woods são fantasias”. 2009. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia\\_id=15619](http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=15619)> Acesso em: 10 fev. 2009.

ORSO, Paulino José. Neoliberalismo: equívocos e conseqüências. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007, p. 163-183. (Coleção educação contemporânea).

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: Da inspiração à implantação. In: SILVA JR.; OLIVEIRA, J. F.; MANCEBO, D. (Orgs.). **Reforma Universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas, São Paulo: Alínea, 2006, p. 43-58. (Coleção políticas universitárias).

PAIVA, Vanilda. A escola pública brasileira no início do século XXI: lições da história. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 161-191. (Coleção Memória da Educação).

PANIAGO, Maria Cristina S. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. Maceió: EDUFAL, 2007. 191p.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004. 120p. (Coleção Questões da Nossa Época), v. 109.

PAULA, Maria de Fátima de. A reforma universitária do governo Lula no contexto das políticas neoliberais. In: PAULA, M. de F. de (Org.). **Debatendo a universidade: subsídios para a reforma universitária**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 43-77.

PAULA, Maria de Fátima de; AZEVEDO, Marcela D. de; SINDER, Marilene. Avaliação institucional na universidade: o caso UFF. In: PAULA, M. de F. de (Org.). **Debatendo a universidade: subsídios para a reforma universitária**. Florianópolis: Insular, 2004, p. 151-182.

PEGORARO, Ludimar. O Terceiro Setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense. In: PERONI, V. M. V. *et al* (Orgs.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 179-215.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 216p.

PERONI, Vera Maria V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V. *et al* (Orgs.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 11-23.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, T; PERONI, V. (Orgs.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 137-153.

PETRAS, James. O Manifesto Comunista: qual a sua relevância hoje? (Ensaio). In: COGGIOLA, O. (Org.). **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pinto. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 239-254.

PETRY, André. É o começo ou o fim? **Veja**. São Paulo, edição 2096, ano 42, nº 3, p. 79/83, 21 jan. 2009.

PINHO, Angela. **ProUni tem mais de 46 mil bolsas ociosas**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww...>> Acesso em: 30 jun. 2008.

PINHEIRO, Maria Francisca. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005, p. 255-291.

PINTO, Marina B. A crise da acumulação de capital e o papel social da universidade brasileira. **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XVI, nº 39 (Educação: prioridade nacional?), p. 57/69, fev. 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **Uma abordagem metodológica do tema reestruturação produtiva**. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/con\\_f3\\_pinto.pdf](http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/con_f3_pinto.pdf)> Acesso em: 2 fev. 2009.

PORTES, Ivone. **O Brasil vai em busca da “terceira via”, diz “Le Monde”**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha...>> Acesso em: 3 dez. 2006.

PORTO, Maria Célia da S. **A condição do Estado assistencialista no Brasil pós-constituente**: um exame sobre as determinidades das políticas sociais brasileiras em face das imposições do ajuste neoliberal. Maceió: EDUFAL, 2007. 212p.

PROVEDELLO, Maysa Entrevista com Joseph Stiglitz – “Nova agenda de cooperação”. **Desafios do desenvolvimento**. Brasília, ano 2, nº 14 (O futuro da educação), p. 10/12, set. 2005.

RABELO, Jacqueline; RIBEIRO, Luís T. F. A problemática da formação dos professores e a crise do capital: grandes interesses em jogo. In: DORTA DE MENEZES, A. M.; FIGUEIREDO, F. F. (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Ed. da UFC, 2003, p. 220-231.

RAMAL, Andrea Cecília. **Educação a distância**: entre mitos e desafios. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art10\\_12.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art10_12.htm)> Acesso em: 11 maio 2009.

REIS, Fátima dos; RIBEIRO, João Paulo. Rio Grande do Norte, 2009. **Aprovado na CTASP PLP – 92/07 (Fundação Estatal)**. Disponível em: <<http://www.sintestrn.org.br/index.php?view=article&catid=35%3Adiversos&id=268%...>> Acesso em: 26 maio 2009.

RIBEIRO, Maria das Graças M. A reforma da universidade brasileira: novos discursos, velhas propostas. **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Ano XVI, nº 39 (Educação: prioridade Nacional?), p. 71/79, fev. 2007.

ROCHA, Antônia Rozimar M. Reforma e deforma universitária: o público e o privado e a crise do ensino superior. In: RABELO, J.; FELISMINO, S. C. et al (Orgs.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2006, p. 261-274.

RODRIGUES, José. **Frações burguesas em disputa e a educação superior no governo Lula**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a10v1234.pdf>> Acesso em: 22 maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007. 98p. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 268p.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 248p.

RYDLEWSKI, Carlos. A guerra pelo conhecimento. **Veja**. São Paulo, edição 2096, ano 42, nº 3, p. 88/89, 21 jan. 2009.

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009. 190p.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2002. 160p.

SALGADO, Eduardo. Entrevista com John Williamson – O Consenso de Washington falhou. **Veja**. São Paulo, edição 1776, ano 35, nº 44, p. 11/15, 6 nov. 2002.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.

SAMPAIO, Plínio de A. Um outro mundo é condição urgente obrigatória para a preservação da humanidade. In: MENEGAT, M.; BEHRING, E. R.; FONTES, V. (Orgs.). **Dilemas da humanidade**: diálogos entre civilizações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 268-281.

SANFELICE, José Luis. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003, p. 3-12. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007. 164p. (Coleção educação contemporânea).

SEGUNDO, Maria das Dores M. O Banco Mundial no comando da educação dos países periféricos. In: RABELO, J.; FELISMINO, S. C. *et al* (Orgs.). **Trabalho, educação e a crítica marxista**. Fortaleza: UFC, 2006, p. 217-233.

SEGENREICH, Stella Cecília D; CASTANHEIRA, Antonio Maurício. **Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós – LDBEN/96**: evidências e tendências. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a04\\_v176...](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a04_v176...)> Acesso em: 10 set. 2009.

SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no serviço social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez: 2000. 200p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos éticos-políticos da educação de hoje. In: LIMA, J. C. F. L.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 320p.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior: restrição do público e expansão do privado. Traços marcantes de uma reforma em curso. In: QUARTIERO, E. M.; BIANCHETTI, L. (Orgs.). **Educação corporativa: mundo do trabalho e do conhecimento: aproximações**. Santa Cruz do Sul, São Paulo: Cortez, 2005, p. 274-287.

\_\_\_\_\_. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos da ocasião? In: SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 285-309.

SILVA, Andréia F. da. Conselho Nacional de Educação: de aparelho de Estado a agência de empresariamento do ensino superior. In: NEVES, L.M. W. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002, p. 117-136.

SILVA, Camila C; GONZALEZ, Marina; BRUGIER, Yana S. Privatização e internacionalização do ensino superior na América Latina. In: HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 106-123.

SILVA JÚNIOR, João dos R.; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001. 290p.

SILVA JÚNIOR, João dos R. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002. 135p.

\_\_\_\_\_. **Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos de FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2005. 128p.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, São Paulo: FAPESP, 2002. 224p.

SILVA, Maria O. da S.; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004. 223p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999, p. 75-83.

SIQUEIRA, Angela C. de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004, p. 47-71.

SOARES, Laura T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 123p. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

SOARES, Maria Clara C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-40.

SOBRINHO, José D. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A.M.; OLIVEIRA, J. F. de. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, 2003, p. 97-116.

SOUZA, José dos S. A “nova” cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, R. L.; ARAÚJO, R. (Orgs.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003. Cap. 6, p. 173-200.

SOUZA, Francisco Heitor de M.; RIBEIRO, Maria das Graças M. **Acomodações neoliberais na educação brasileira e as estratégias do banco Mundial**. São Paulo, 2001. Disponível em: <[http://www.apropucsp.org.br/revista/r13\\_r05.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r13_r05.htm)> Acesso em: 7 maio 2009.

STIGLITZ, Joseph. A crise de Wall Street equivale à queda do Muro de Berlim. 2008. Carta Maior. **Entrevista concedida a Nathan Gardels**. Tradução Marco Aurélio Weissheimer. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia\\_id=15251](http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=15251). Acesso em: 6 nov. 2008.

TAVARES, Ingrid. **Rede particular responde por 90% do ensino superior oferecido no país**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/rede-particular-responde-por-90-do-ensino-superior-oferecido-no-pais-20091128.html>> Acesso em: 29 nov. 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004. 216p.

TEIXEIRA, Duda. Os rostos da crise. **Veja**. São Paulo, edição 2101, ano 42, nº 8, p. 66/69, 25 fev. 2009.

THÉBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: FRANCO, T., DRUCK, G. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 23-58.

TODESCHINE, Marcos. Graças a Deus - e não a Darwin. **Veja**. São Paulo, edição 2025, ano 48, nº 38, p. 116/118, 12 set. 2007.

TONEGUTTI, Cláudio Antônio. Financiamento da educação pública: elementos para reflexão. **Universidade e Sociedade**. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Ano XVI, nº 39, (Educação: prioridade nacional?), p. 29/35, fev. 2007.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas” e Revolução Francesa: de 1789 a 1989. In: TONET, I. **Democracia ou liberdade?** 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2004, p. 11-20.

\_\_\_\_\_. Educação e concepções de sociedade. In: TONET, I. **Educação contra o capital.** Maceió: EDUFAL, 2007, p. 9-21.

\_\_\_\_\_. Esquerda perplexa. In: TONET, I. **Em defesa do futuro.** Maceió: EDUFAL, 2005, p. 91-105.

TRINDADE, Hélio. As universidades frente à estratégia do governo. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas:** na república dos professores. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 27-37.

TRÓPIA, Patrícia V. **O ensino superior em disputa:** alianças de classe e apoio à política para o ensino superior no governo Lula. Uberlândia, 2009. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT11-3987--Int.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2009.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Crise fechará 20 milhões de postos de trabalho.** Brasília, 2008. Disponível em: [http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/2008/10/20/crise\\_fechara\\_20\\_milhoes\\_de\\_postos\\_de\\_trabalho\\_2056](http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/2008/10/20/crise_fechara_20_milhoes_de_postos_de_trabalho_2056). Acesso em: 30 out. 2008.

UOL Notícias online. **IBGE mostra que 46% dos jovens brasileiros vivem na pobreza.** Brasília, 2008. Disponível em: <[http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5772\\_u865.jhtm](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/24/ult5772_u865.jhtm)> Acesso em: 15 dez. 2008.

VAHL, Teodoro R. **A privatização do ensino superior no Brasil:** causas e conseqüências. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1980. 314p.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45-57. (Mundo do trabalho).

WATANABE, Marta; SALGADO, Raquel. **Diplomados disputam vagas de nível médio.** São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.universia.com.br/noticia/materia\\_clipping\\_imprimir.jsp?not=28676](http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping_imprimir.jsp?not=28676)> Acesso em: 26 ago. 2007.

WOLF, Alison. **Does education matter? Myths about economic growth.** London: Penguin books, 2002, 332p.

WU, Vinicius; TERRIBILI, Alessandra; CAMPOS, Anderson. **Brasil - transformações em curso na educação superior:** essa não é a nossa reforma! São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.inpecor.org.br/inpecor/index2.php?option=content&task=view&id=70&po...>> Acesso em: 6 maio 2009.